

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
FACULDADE SERRA DA MESA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO MESTRADO INTERINSTITUCIONAL

ÉTICA CONTÁBIL E ÉTICA CRISTÃ NO MUNDO DO TRABALHO

WASHINGTON LUIZ DE PAULO

GOIÂNIA
2019

WASHINGTON LUIZ DE PAULO

ÉTICA CONTÁBIL E ÉTICA CRISTÃ NO MUNDO DO TRABALHO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências da Religião – Mestrado Interinstitucional como requisito parcial para obtenção de nota na disciplina Metodologia Científica Aplicada às Ciências da Religião.

Linha de Pesquisa: Religião e Movimentos Sociais

Prof. Dr. Edmilson Marques

GOIÂNIA

2019

P331e Paulo, Washington Luiz de
Ética contábil e ética cristã no mundo do trabalho
/ Washington Luiz de Paulo.-- 2019.
116 f.: il.

Texto em português, com resumo em inglês
Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica
de Goiás, Goiânia, 2019
Inclui referências: f. 101-106

1. Ética cristã. 2. Contabilidade. 3. Contadores -
Ética profissional. I.Marques, Edmilson. II.Pontifícia
Universidade Católica de Goiás - Programa de Pós-Graduação
em Ciências da Religião - 2019. III. Título.

CDU: Ed. 2007 -- 27-426(043)
174(043)
657.1(043)

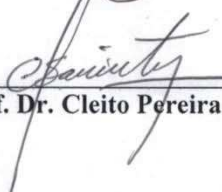
ÉTICA CONTÁBIL E ÉTICA CRISTÃ NO MUNDO DO TRABALHO

Dissertação de Mestrado Interinstitucional em Ciências da Religião - Minter - da Pontifícia Universidade Católica de Goiás / Faculdade Serra da Mesa, aprovada em 05 de abril de 2019.

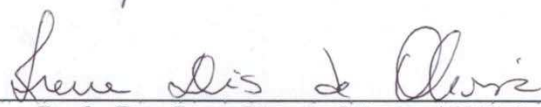
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Edmilson Ferreira Marques / PUC Goiás (Presidente)
Docente Colaborador do PPGCR da PUC Goiás / UEG



Prof. Dr. Cleito Pereira dos Santos / UFG



Profa. Dra. Irene Dias de Oliveira / PUC Goiás
Docente Colaboradora do PPGCR da PUC Goiás

Prof. Dr. Clóvis Ecco / PUC Goiás (Suplente)

Prof. Dr. Erisvaldo Pereira de Souza / UEG (Suplente)

*E selhe dosdo quo susrolride le imet do Dous o li fó,
soti toinazide cem oxare!*

Washington Luiz

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida e por todas as dificuldades enfrentadas até aqui.

Quero ainda aproveitar esta etapa para eternizar um agradecimento em especial ao meu herói que tenho a honra de chamar de pai. Um homem simples, restrito de oportunidades para adquirir conhecimento formal, contudo, a vida lhe deu sabedoria a qual compartilha com todos que o cercam. Tornou-se pra mim a referência e inspiração com seus ensinamentos, otimismo e capacidade de manter-se sempre equilibrado seja qual for a dificuldade que encontrar.

A minha mãe, minha primeira professora que ao escolher meu nome tinha um propósito e também um desafio na alfabetização (risos). Uma mulher que encarou o desafio de edificar um lar harmonioso com seu esposo, mesmo tendo que passar alguns anos dedicados a contribuir com o estudo dos filhos.

Aos meus irmãos, que nos dias de ausência puderam dar continuidade aos negócios da família e foram sempre meus incentivadores.

Aos meus filhos, os quais foram compreensivos com minha ausência nos raros momentos que temos para conviver juntos. Saibam que vocês serão sempre meus desafios para tornar-me uma pessoa melhor e um pai que seja exemplo, assim como eu tive.

A minha amiga Erika Rocha que contribuiu no auxílio da formatação do texto e correção.

Ao meu orientador Dr. Edmilson Marques, o qual foi meu incentivador desde a seleção para o Mestrado, que em momento algum deixou de acreditar em nossa pesquisa. Posso apenas lhe agradecer e dizer que continue sendo este excelente profissional.

Agradeço a Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-GO, e a Faculdade Serra da Mesa pela oportunidade de cursar este mestrado. Reconheço aqui quão valorosas instituições são, e, promotoras de desenvolvimento social e cultural neste Estado.

De forma especial também agradeço a todos que contribuíram de alguma forma na realização desta pesquisa.

Dedico esta dissertação aos meus pais e meus filhos
que serão sempre a minha referência de vida.

RESUMO

Embora a sociedade capitalista esteja sempre alheia à formação e princípios éticos do indivíduo, enquanto profissional contábil é preciso compreender na sociedade contemporânea, o papel do contador como orientador da gestão/administração das entidades tanto na questão econômica quanto social. A presente dissertação tem como objetivo apresentar quais os princípios contábeis que norteiam a forma de atuação do Contador ético e a contribuição da religião nesta formação, uma abordagem bibliográfica sobre os autores que discutem a ética, ciência da religião e uma análise do código de ética do contador Resolução nº 803/96 e suas alterações posteriores. Com esta pesquisa buscamos compreender a influência da ética cristã na ética contábil. Propomos verificar se a religião pode contribuir para a construção de valores e atitudes éticas na contabilidade. O controle do patrimônio e a escrituração, seja nos primórdios da civilização ou nos dias atuais, evidenciam a necessidade de uma ciência que possa subsidiar através de princípios fundamentais, as normas técnicas de elaboração do levantamento do patrimônio e a forma de apresentação destes relatórios aos usuários. Ao final verificamos que os valores religiosos e éticos estão impregnados na vivência do profissional das ciências contábeis, mas que ele consegue exercer a sua profissão com honestidade, justiça e assim contribuir para a transformação da sociedade.

Palavras chaves: Sociedade; Ética Contábil; Ética Cristã; Contador; Trabalho.

ABSTRACT

Although capitalist society is always oblivious to the formation and ethical principles of the individual, as an accounting professional one must understand in contemporary society the role of the accountant as guiding the management / administration of entities in both economic and social matters. The purpose of this dissertation is to present the accounting principles that guide the way the Ethical Accountant works and the contribution of religion in this formation, a bibliographical approach on the authors that discuss ethics, the science of religion and an analysis of the code of ethics of the Resolution No 803/96 and its subsequent amendments. With this research we seek to understand the influence of Christian ethics on accounting ethics. We propose to verify if the religion can contribute to the construction of values and ethical attitudes in the accounting. The control of the patrimony and the bookkeeping, be it in the beginnings of civilization or in the present day, evidences the necessity of a science that can subsidize through fundamental principles, the technical norms of elaboration of the survey of the patrimony and the form of presentation of these reports to the users .In the end, we verify that religious and ethical values are impregnated in the experience of the accounting scientist, but that he can practice his profession with honesty, justice and thus contribute to the transformation of society.

Key words: Society; Accounting Ethics; Christian Ethics; Counter; Job.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	12
CAPÍTULO I - ÉTICA E RELIGIÃO: UMA ABORDAGEM CONCEITUAL.....	17
1.1 - Aspectos Conceituais: a questão da ética	17
1.2 - Contribuições filosóficas sobre a ética	22
1.3 - Contribuições filosóficas sobre a ética na Idade média	24
1.4 - A etimologia da palavra ética	28
1.5 - Á ética da sociedade.....	33
1.6 – Sobre o conceito de religião.....	34
1.6.1 – Diversidade de religiões	43
1.6.2 – Sacralização do espaço religioso.....	46
CAPÍTULO II - CONTABILIDADE: SIMBOLOGIAS HISTÓRICAS E CÓDIGO DE ÉTICA	49
2.1 – Sobre a História da Contabilidade.....	49
2.2 - Símbolos da Contabilidade	53
2.3 – Sobre o Caduceu	54
2.4 – O anel	57
2.5 – As tabuas da lei.....	58
2.6 – As pedras preciosas.....	59
2.7 – Código de ética do profissional contábil.....	60
2.7.1 – Aspecto conceitual da profissão.....	60
2.7.2 – O profissional contábil	63
2.7.3 – A ética profissional contábil.....	66
2.7.4 – Normatização legal da Contabilidade no Brasil.....	68
2.7.5 – O código de ética, resolução CFC nº 803/96 e alterações posteriores .	70
CAPÍTULO III - ÉTICA CRISTÃ E SUA INFLUÊNCIA NA ÉTICA CONTÁBIL...74	
3.1 – Conceitos éticos na Bíblia	75
3.2 – Moral sob a ética cristã	82
3.3 – Ética cristã.....	84
3.4 – Os desafios da ética cristã	87

3.5 – A ética cristã e a ética contábil	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
REFERÊNCIAS	101
ANEXOS	107

APRESENTAÇÃO

Embora a sociedade capitalista ofereça determinadas contribuições para a formação e desenvolvimento de princípios éticos do indivíduo, quero destacar nesse trabalho o contador que faz parte e atuará neste contexto, o qual traz consigo a formação adquirida anteriormente em sua criação, seja ela relacionada a princípios religiosos ou não. No entanto, a sua ação é pautada em princípios que confrontam com práticas que, de um lado, são exigidas para um profissional da área específica das ciências contábeis e, por outro, por princípios que desenvolvem em seu cotidiano a partir de um aspecto da religiosidade cristã. Torna-se complexa a situação de um contador na atualidade, cujo arcabouço profissional está alicerçado em um código de ética aprovado desde a década de 70 e atualizado pela resolução CFC nº 1.307/2010.

É em decorrência deste contexto em que vive um contador, que esta pesquisa objetiva verificar a relação entre a ética da profissão contábil com a ética cristã, e como se situa a influência de ambas na formação do indivíduo que atua em sua área específica como profissional. Com isso poderemos compreender se as exigências do modo de produção capitalistas sobrepõem à ética religiosa a partir dos princípios éticos do profissional em contabilidade. Para realizar este trabalho buscarei também, identificar as diversas vertentes do conceito de ética no campo da contabilidade, assim como na esfera da religião cristã, o que vai nos possibilitar observar sua influência nas relações sociais estabelecidas pelo capitalismo.

Para Vásquez (1997), a ética seria a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade, ou seja, a ciência de uma forma específica de comportamento humano; ocupa-se de um objeto próprio: o setor da realidade humana que chamamos moral, constituído por um tipo peculiar de fatos visando descobrir lhes os princípios gerais (*apud* SILVA, IX EPCT). A partir deste pressuposto, observamos que cada ser humano está dotado de regras e valores distintos. Para mediar possíveis conflitos nas relações profissionais é que cada profissão institui seu código de ética profissional que regulamenta as condutas alicerçadas nos valores morais e éticos da sociedade em seu contexto.

No campo das ciências da religião abordarei mais especificamente aquelas obras ligadas à linha de pesquisa religião e movimentos sociais. Além disso, apresentarei uma discussão de obras de autores das Ciências Contábeis que

abordam a questão da ética contábil e ainda sobre os princípios fundamentais do profissional que atua nesta área.

Assim como nos sistemas religiosos a contabilidade é carregada de símbolos com suas justificativas as quais contribuem para a identificação e perseverança do contador ante a estas simbologias. Os princípios fundamentais da contabilidade são o alicerce das normas e condutas que devem percorrer os profissionais que obtém o título de bacharel em Ciências Contábeis no exercício da profissão. Antes, porém, faz se necessário dialogar com alguns autores da área das ciências contábeis acerca de sua concepção a respeito da ética nesta subesfera da ciência.

Desde os primeiros relatos sobre gestão de patrimônio e escrituração que foram ditados pelo Rei Salomão, no Eclesiastes, até os dias atuais ainda se considera o patrimônio do indivíduo como objeto de estudo da Ciência Contábil. Na obra de Iudicibus (2000, p. 32) ele narra a história de um homem muito rico e justo, que certamente tinha um bom contador, pois descreve sua riqueza no versículo três do primeiro capítulo: “E era o seu gado sete mil ovelhas, e três mil camelos, e quinhentas juntas de bois e quinhentas jumentas” (*Apud IUDICÍBUS*, 2000). Ainda na obra de Iudicibus (2000, p. 34), destaca-se a contabilidade como ciência em um despertar muito lento, cujo salto de desenvolvimento ocorre a partir do século XV, quando surge a primeira literatura contábil relevante, a obra de Frei Luca Pacioli, em 1494. Em sua obra Iudicibus e Marion (2000, p 56) reafirmam que o objeto de estudo da Contabilidade é

O patrimônio de tais entidades, sejam pessoas físicas ou jurídicas, seja esse patrimônio resultante da consolidação de patrimônios de outras entidades distintas ou a subdivisão do patrimônio de uma entidade em parcelas menores que mereçam ser acompanhadas em suas mutações e variações (IUDICÍBUS e MARION, 2000, p. 56).

O controle do patrimônio e a escrituração, seja nos primórdios da civilização ou nos dias atuais, evidenciam a necessidade de uma ciência que possa subsidiar, através de princípios fundamentais, as normas técnicas de elaboração do levantamento do patrimônio e a forma de apresentação destes relatórios aos usuários.

Assim como a ciência da religião permeia a existência do ser humano, a contabilidade também está inserida no processo de desenvolvimento das relações

sociais desde a antiguidade. E é a relação de convivência entre estas duas ciências, o impacto da religião nas decisões do profissional da contabilidade, a observação a ser considerada sobre os aspectos éticos e morais que a profissão doutrina.

Nosso objeto de pesquisa, “o contador”, será investigado considerando como pressuposto a sua formação acadêmica e os princípios éticos da contabilidade elencados pelos estudiosos da área da ciência contábil. Já sobre a religião será apresentada uma discussão sobre os princípios éticos da religião cristã sistematizados por pesquisas que corroboram para evidenciar esta questão no campo da ciência da religião. Nesse sentido, faremos uma abordagem na concepção de Durkheim (1989) que busca compreender a religião a partir de sua observação na sociedade primitiva da Austrália.

Abordaremos ainda outros filósofos que contribuíram com a formação de conceitos sobre religião, como exemplo: Weber, Bourdieu, dentre outros. É a partir destes que buscaremos estabelecer uma base sobre a ciência da religião, que possibilitará uma análise comparativa sobre ética cristã versus ética contábil.

As relações sociais estabelecidas no capitalismo promovem a ascensão de valores intimamente relacionados aos interesses do capital. Nesse sentido, o ter prevalece ao ser (FROMM, 1987), evidenciando assim, o propósito de alcançar apenas a ascensão financeira, a posse de bens materiais que são colocadas sempre em primeiro lugar. Partindo deste pressuposto, é relevante e necessário investigar o papel exercido pela religião na formação do indivíduo, principalmente quando este indivíduo é o contador, um profissional essencial e indispensável a qualquer entidade. Portanto, esta pesquisa tem como proposta principal verificar se os *princípios que norteiam a formação profissional do contador podem ser confrontados pela religião, no sentido de promover determinadas atitudes em relação à justiça e à solidariedade, ou, por outro lado, se a religião atua no sentido de favorecer a manutenção e reprodução de práticas mercantis, ao invés de seu questionamento.*

Isto posto, parto da hipótese de que quando os valores religiosos e éticos estão impregnados na vivência do profissional das ciências contábeis ele consegue exercer a sua profissão com honestidade, justiça e assim contribuir para a transformação da sociedade. Assim, para confirmar ou refutar esta hipótese faremos nossa pesquisa dividida em três capítulos, assim disposta:

No primeiro capítulo faremos a abordagem conceitual de ética e de religião, dividido em seis subtópicos. Inicialmente uma abordagem conceitual de ética, sobre

os conceitos normativos e empíricos da ética do indivíduo, as contribuições filosóficas e a ética da sociedade. Um enfoque na obra de Stukart (2003, p.14) que busca a partir da origem da palavra ética, em sua terminologia grega *ETHOS*, encontrar os significados para compreender o caráter, os valores, e as posturas do indivíduo. Em seguida, buscaremos abordar o conceito de religião cristã e sua influência na formação do indivíduo, sempre com enfoque na questão da ética que percorre os mais diversos aspectos (social e filosófico).

A ética, desde os primeiros estudos, traz consigo uma variedade de conceitos e compreensões que, embora similares, sempre oportunizam debates acerca de sua definição. Assim, faremos neste capítulo a confrontação de algumas concepções sobre a ética, que fornecerá elementos para a análise apresentada no quarto capítulo, quando buscaremos concluir a proposta desta dissertação sobre o tema.

Já no segundo capítulo é apresentada uma abordagem da contabilidade, de seus símbolos e evolução enquanto ciência. Para compreender melhor a sua simbologia buscaremos dialogar com algumas hipóteses sobre a origem da contabilidade percorrendo até os dias atuais, descrevendo, assim, a importância dessa ciência na evolução das civilizações. Trataremos ainda do código de ética do profissional contábil, uma análise comparativa desde a sua instituição na década de 70 até a última atualização ocorrida em 2010, com destaque para as principais mudanças legais, no que diz respeito aos princípios éticos que implicavam em influência no comportamento do contador que ocorreram durante este tempo de sua sistematização. Este enfoque tem como objetivo observar os aspectos característicos da ética para a contabilidade e se as mudanças na conduta profissional do contador ocorreram em função da necessidade de atender os anseios da sociedade no campo da moral e da ética. Destacaremos também os princípios fundamentais da contabilidade, os quais acreditamos ter um papel importantíssimo para sustentar e embasar as decisões do contador quando este se opõe às práticas do capitalismo em prol da sua ética.

No último capítulo, após construirmos uma base teórica com conceitos sobre ética, ética cristã, os aspectos da religião na formação do indivíduo e a ética profissional do contador, faremos uma comparação entre a concepção de ética cristã e a ética contábil. Com esta proposta esperamos oferecer uma importante contribuição para pensar a questão ética na atualidade e sua manifestação através

da ação de um determinado profissional, o qual é levado a ser formado em uma determinada ética, mas convive com uma ética religiosa em seu cotidiano, o que pode favorecer a compreensão da situação de um contador no mercado de trabalho.

Com esta proposta, após apresentar as nuances que circundam a ciência contábil, sejam seus símbolos e origem, bem como a questão ética já sedimentada no código profissional, poderemos enfim, reafirmar nossa hipótese ora levantada no trabalho de que *os valores religiosos e éticos estão impregnados na vivência do profissional das ciências contábeis, mas que ele consegue exercer a sua profissão com honestidade, justiça e assim contribuir para a transformação da sociedade.*

CAPÍTULO I

ÉTICA E RELIGIÃO: UMA ABORDAGEM CONCEITUAL

Como foi informado na apresentação inicial, faremos a abordagem conceitual de ética e religião neste primeiro capítulo, para isso dividimos em seis sub tópicos. No primeiro buscamos elaborar uma abordagem sobre os conceitos normativos e empíricos da ética do indivíduo. Na sequência, um sub tópico com as contribuições filosóficas, posteriormente apresenta-se, a ética na sociedade e por último, um tópico sobre o conceito de religião cristã e sua influência na formação do indivíduo, sempre com enfoque na questão da ética que percorre os aspectos social e filosófico.

Retomaremos para esta pesquisa as abordagens que discutem o conceito de ética, o que possibilitará compreender aspectos comportamentais e das especificidades da área da contabilidade. A partir delas teremos uma visão de como é a execução da ciência contábil pelo profissional que a exerce.

Os desafios da profissão contábil não se resumem apenas na compreensão do objeto de estudo da contabilidade e a observância dos seus princípios fundamentais. Para Ludicibus (2000, p. 24) a teoria contábil pode ser encarada sob várias abordagens, a discussão apresentada por ele baseia-se nos conceitos elaborados e desenvolvidos por Hendriksen (1999, p. 25), para o qual questões éticas fundamentais fazem parte de toda a moderna construção de teorias.

1.1 Aspectos Conceituais: a questão da ética.

Aqui iremos nos debruçar na discussão de vários autores, incluindo filósofos consagrados, assim como autores contemporâneos que dedicaram seus estudos à questão da ética. É necessária uma apresentação conceitual estruturada nas vertentes da ética, seja ela prática, empírica, normativa, especulativa ou descritiva, enfim, há sempre uma complexidade de posicionamentos sobre ética. Embora haja similaridade dos termos existem conflitos com a conceituação e entendimento do que é moral, sustenta-se assim, a importância deste tópico.

O termo “ética” é uma daquelas palavras que todos sabem o que é, mas é difícil conceituar. Sabe-se que a ética é o que estrutura as boas relações sociais,

políticas e profissionais. Sem ela a sociedade entraria em colapso em virtude dos vários conflitos de interesses particulares, que podem querer se sobrepor uns aos outros. Para Fipecafi (1997, p. 23) pode-se definir o termo ética como sendo um ramo da filosofia que lida com o que moralmente é bom ou mau, certo ou errado. Pode-se dizer, também, que ética e “filosofia da moral” são sinônimos.

Acontece que diante desse entendimento surge o conceito de moral, que por diversas vezes é confundido com o de ética. No entanto, existe diferença entre os dois termos, conceitualmente falando, mesmo sabendo que ambos se referem ao comportamento humano diante de circunstâncias vivenciadas.

De acordo com Aristóteles (2009, p. 25), “a moral é uma arte, e como toda arte deve preencher certos requisitos. A primeira é determinar que a moral trate das ações humanas. A segunda é que ela trate de determinadas ações voluntárias, mais especificamente as que partem da escolha”. Desta maneira, a diferença entre os dois conceitos encontra-se em sua generalidade. A moral é algo mais específico para uma situação concreta, como bem define Vasquez (1998), para o qual a moral é uma

Ciência que cuida dos problemas que se apresentam nas relações afetivas, reais, entre os indivíduos ou quando se julgam certas decisões e ações dos mesmos. Mas trata-se de problemas cuja solução não concerne somente a pessoa que os propõe, mas também a outras pessoas que sofrerão as consequências da sua decisão e da sua ação (VÁSQUEZ, 1998, p. 13).

Percebe-se que a moral tem sentido estrito de resolução de conflitos menores, particulares, específicos, atingindo e/ou abrangendo somente aqueles envolvidos na relação ora estabelecida. A sua abrangência é limitada e restrita a casos concretos e isolados. Já a ética tem amplitude maior, faz menção aos interesses sociais, ao conjunto, ao grupo, ao coletivo, à universalidade, conforme afirma Fipecafi (1997, p. 24):

A ética, como expressão única do pensamento correto, conduz à ideia da universalidade moral, ou ainda, à forma ideal universal do comportamento humano, expressa em princípios válidos para todo pensamento normal e sadio.

A ética e a moral não são conceitos recentes, porém, faz pouco tempo que tem tomado um aspecto claro e sistematicamente maior em virtude da grande crise

de valores que vem ocorrendo na modernidade, por se tratar do entendimento de que ambas fazem menção à postura que se espera do ser humano.

Cabe destacar aqui a concepção de Nalini (1999, p. 34), que ao contrário de Vasquez afirma que o “objeto da ética é a moral”, e justifica que por tratar-se de um comportamento humano, a moral é o objeto da ética. Para corroborar com o pensamento de Nalini, Korte (1999, p. 51), conceitua “ética como filosofia moral, é o ramo da filosofia que estuda e avalia a conduta e o caráter humano à vista dos conhecimentos, das tradições, dos usos e dos costumes”.

De acordo com Stukart (2003, p.14), a origem da palavra ética está no termo grego *ETHOS* e remete à ciência que estuda o caráter, os valores e as posturas que se espera dos homens. Afirma ainda que “a ética não analisa o que o homem faz, como a psicologia e a sociologia, mas o que ele deveria fazer. É um juízo de valores, como virtude, justiça, felicidade, e não um julgamento da realidade”.

Sendo assim, pode-se afirmar que a ética é a expressão máxima do pensamento correto, é aquilo que é aceito moralmente, é o “estudo dos juízos de apreciação referentes à conduta humana suscetível de qualificação do ponto de vista do bem e do mal, seja relativamente a determinada sociedade, seja de modo absoluto” (AURÉLIO,1999).

Considerando esta concepção, é notório que o cotidiano no qual estamos inseridos é permeado por noções que interferem nas ações coletivas e individuais. É permeado por regras informais as quais levam os indivíduos a julgarem o que é ou não certo a ser feito e realizado. Pai e mãe, por exemplo, julga ser certo que o filho vá para a escola. Esta mesma concepção é compartilhada na sua quase totalidade pela população, o que interfere nas relações sociais e mobilizam as famílias a canalizarem a educação e a cederem para determinadas instituições. É daí que emerge um fenômeno específico da sociedade em que vivemos, na qual há uma ação educativa organizada e sistematizada pelo Estado e sob a qual todos passam, com exceção de alguns poucos.

Nesse sentido, é ético aquela família que conduz seus filhos à escola. Da mesma forma, é antiético a família que não conduz seus filhos à escola. Daí explica-se a ação estatal, por meios das instituições que mantém, de atuar sobre a família no sentido de pressioná-la a caminhar com a ética coletivamente aceita.

Já no campo da religião vemos um conjunto de outras ações éticas que permeiam o imaginário e atitude social. Um exemplo é agir conforme determina as

escrituras. Se lá está escrito que não devemos roubar, e uma vez esta ideia é tornada coletiva, há conseqüentemente a elevação de uma atitude no sentido de evitar o roubo. Esta é, inclusive, uma noção ética poderosa da modernidade. Não roubar é, talvez, a ética mais defendida pelo Estado e a ética da qual depende a própria propriedade privada.

Ainda de acordo com Vásquez (2008, p. 23), “a ética é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade. Ou seja, é ciência de uma forma específica de comportamento humano”. Esta definição demonstra o valor da ética por ser considerada uma ciência, um campo de estudo. E esse também é o entendimento de Sá (2010, p. 4), ao dizer que a ética deve ser analisada sob duas perspectivas:

1º como ciência que estuda a conduta humana dos seres humanos, analisando os meios que devem ser empregados para que a referida conduta se reverta sempre em favor do homem. Nesse aspecto o homem torna-se o centro da observação, em consonância com o meio que lhe envolve. 2º como ciência que busca os modelos da conduta conveniente, objetiva, dos seres humanos.

A esse respeito é possível enfatizar dois aspectos, um em que a ciência desenvolve no seu interior aspectos éticos que definem a atitude do pesquisador diante de seu objeto de pesquisa, e de outro, há também a questão ética no que diz respeito ao julgamento e interpretação dada sobre o seu próprio objeto. Em relação ao primeiro está, por exemplo, o cuidado de considerar as limitações e interesses que o objeto apresenta. Isso é mais notável no caso de pesquisas com fontes orais, em que muitos não concordam ou não aceitam que suas informações ou determinada informação seja descrita e divulgada. Fazer o contrário, portanto, seria anti-ético e para fins jurídicos desencadearia processos etc. Em relação ao segundo há, por exemplo, o aspecto metodológico de considerar o objeto de pesquisa nas suas particularidades e ser o mais fiel possível ao que oferece enquanto informação. Ou seja, se um copo é azul e este enquanto objeto de pesquisa me oferece a cor azul enquanto informação, então, ser ético diante desta informação é sistematizá-la conforme a cor azul que me apresenta, seria, portanto, antiético dizer que a cor é rosa ou vermelha.

Kung (1999, p.149) enfatiza que as normas éticas não foram impostas aos homens como regras já preestabelecidas ou advindas da natureza do ser humano.

Para se afirmar como ética foram necessárias experiências e convivência em comunidade, e assim estabelecer um conjunto de normas. Há aquelas ainda que desenvolve durante um tempo determinado, que necessita haver experimentos e experiências, além da própria convivência e relação entre indivíduos. Assim surgem normas éticas que dizem respeito a um coletivo que as defende por considerar que faz parte da relação humana, é certo, logo, ético.

A percepção de Kung (1999) sobre a consciência ética perpassa pela experiência do cotidiano, onde são estabelecidas normas com objetivo de harmonizar a convivência de um determinado grupo de pessoas. A questão da violência é um exemplo, pois, se não há uma norma ou o desenvolvimento de uma consciência de que a violência seja algo ruim, logo, algo errado, corre-se o risco de haver uma generalização violenta da ação entre os indivíduos. Daí que a ética delimita determinadas ações tornando a vida pautada por uma relativa harmonia.

A contribuição de Nash (1993) traz uma definição particular sobre “a ética nos negócios que é o estudo da forma pela qual normas morais pessoais se aplicam às atividades e aos objetivos da empresa comercial” (*apud* LISBOA, 1997, p. 25). Não é ainda o lugar onde faremos esta análise, mas é importante destacar que no âmbito das instituições, podemos citar aqui o caso dos escritórios de contabilidade, há o desenvolvimento de uma ética, poderia até ser denominada de ética empresarial, ou mesmo ética institucional. Todos nós que já perpassamos por uma instituição sabemos que há normas e regras que devem ser seguidas. Em muitos casos essas são escritas e expostas em lugares visíveis através de placas etc., no entanto, há também aquelas que não estão escritas, mas que delineiam as atitudes. Este é o caso da relação que empregados estabelecem com seus patrões. Em nenhum lugar está escrito que é preciso tratá-lo como patrão, logo, daí é notório os casos atípicos de atitudes que demonstram isso, a exemplo das bajulações etc., mas independente de não estar escrito uma determinada ética leva o indivíduo a agir conforme as relações ali estabelecidas.

Na visão de Lisboa (1997, p. 25) a ética está arraigada no comportamento do homem e será praticada de acordo com os princípios de cada indivíduo, assim chega a afirmar que “a ética ou moralidade das pessoas ou grupos não consiste meramente no que elas fazem costumeiramente, mas no que elas pensam que é correto fazer, ou são obrigadas a isso”.

1.2 Contribuições filosóficas sobre a ética.

Para compreender melhor o conceito de ética e as suas contribuições, propomos neste tópico, trazer uma síntese sobre os principais filósofos que discutem a questão ética, dentre os quais alguns farão parte de nosso referencial teórico. Esta abordagem é importante porque aqui apresentaremos um dos aspectos que delimitam a ética. É importante para perceber o quão é complexa e o quão diferente se apresenta conforme a concepção que a delimita e também conforme o tempo, o período histórico em que foi abordada.

Partindo da premissa de que o termo ética tem origem grega, Amaral (2010) elaborou um quadro baseado nas teorias de Stukart (2003) sobre as principais contribuições de filósofos gregos e contemporâneos para a formação do conceito e dos princípios éticos.

Parafraseando Amaral (2010), descrevemos aqui as principais contribuições filosóficas que elucidam a compreensão da ética e do indivíduo desde o início na Grécia antiga. Para esta autora, a ética é abordada inicialmente nos três pensadores gregos, considerados no campo da história como os fundadores da filosofia ocidental, tratando-se de Sócrates, Platão e Aristóteles. Vamos discutir brevemente o que cada um deles pensa sobre a ética, o que vai nos proporcionar elementos para perceber o quanto é complexa.

Amaral (2010) destaca que Sócrates não deixou obras literárias que apresentassem sistematicamente as suas contribuições, o que é evidenciado pela sua metodologia do diálogo, que dispensa o uso da escrita. Contudo, a autora observa que seus diálogos foram sistematizados por seus discípulos posteriores, que acabaram contribuindo com o registro de seu pensamento o que permitiu que chegasse até nós.

Observa-se ainda que em sua característica principal estava a simplicidade, com a qual descreve o homem como um ser imbuído de “razão”. Dentre seus dizeres mais conhecidos destaca-se “conhece-te a ti mesmo” que leva a crer numa busca do autoconhecimento do homem. E, embora, seja reconhecido como sábio disse “sei que nada sei”.

Yarza (1996) tem observado que Sócrates tem sido considerado pela história e pela filosofia como o primeiro ético, e era ético por tratar de questões éticas da vida humana. Para este autor, “Sócrates é ético na medida em que

dialoga, e dialoga na medida em que é metafísico, quer dizer, porque propõe um fundamento radical e objetivo que permite responder à questão sobre o bem” (YARZA, 1996, p. 295).

A questão é que o modo de ser de Sócrates e sua ética diz muito de sua própria concepção de ética, ou seja, “a identidade de Sócrates como ético procede de seu modo de fazer e entender a ética” (YARZA, 1996, p. 295). Nesse sentido é que ele percebe a ética relacionada com o bem, a justiça, a felicidade e a virtude, que em sua concepção está intimamente relacionada com o diálogo. Para ele,

A justiça, as virtudes, o bem, a felicidade, são realidades objetivas que contêm uma racionalidade própria que o homem pode querer reconhecer com a força dos *lógos*, *dià-lógos*. Assim, a ética em Sócrates pressupõe a consistência, a presença nelas de uma inteligibilidade, de uma lógica própria (YARZA, 1996, p. 296).

A contribuição de Sócrates na questão da ética fica evidenciada a partir das obras de seus discípulos. Ao descrever a razão como cerne do homem deixou senão a ética fincada na existência do homem. E podemos notar isso em Platão. Para Platão já havia a figura suprema de “Deus”, cujo entendimento era a ideia do bem e que todas as outras coisas se subordinavam a ela. Discípulo de Sócrates e mestre de Aristóteles, intuiu que o indivíduo possuía uma alma imortal que se separava do corpo, que a razão estava na cabeça do homem e assim comandava todo o corpo a partir de suas conexões. Assim, a ética orientada pelo bem em detrimento ao mal, conforme descrevia Sócrates, está afirmada nas posições de Platão.

Em sua contribuição sobre o olhar dos filósofos, Amaral (2010) nos convida a observar a partir de Aristóteles um primeiro caminhar para a sistematização da ética com orientação na razão. Busca-se isso através do silogismo, que é o conjunto de três proposições, nas quais a terceira é a conclusão verdadeira desde que a primeira e a segunda também o sejam.

Nota-se que desde o início, antes de falar em ética, torna-se necessário compreender o indivíduo e o que emana deste. Chega-se inclusive a inferir no discurso de Platão a existência de um ser supremo, no qual todas as coisas se subordinam inclusive o homem. Já para Valls (1996, p. 49) “a maioria das doutrinas gregas colocava, realmente, a busca da felicidade no centro das preocupações éticas”.

Embora o campo das ideias é o que mais se sustenta quando se propõe a discutir a ética, Chagas, para reafirmar este conceito, busca na leitura de Platão a “ideia do bem”.

Platão descreve, de uma maneira literariamente muito sedutora, como há uma espécie de Eros filosófico que atrai o homem para este exercício de contemplação. Como o astrônomo contempla os astros, o filósofo contempla, através da arte dialética, as ideias mais altas, principalmente as do Ser e do Bem. O Ser é imutável e também o Bem. A partir deste Bem superior, o homem deve procurar uma escala de bens, que o ajudem a chegar ao absoluto. [...] O sábio não é, então, um cientista teórico, mas um homem virtuoso ou que busca a vida virtuosa. E que assim consegue estabelecer em sua vida a ordem, a harmonia que vem do hábito de submeter-se à razão. Dialética e virtude devem andar juntas, pois a dialética é o caminho da contemplação das ideias e a virtude é esta adequação da vida pessoal às ideias supremas (CHAGAS, 2008, p. 64).

Com esses conceitos reafirmados por Amaral (2010) e Chagas (2008), evidencia-se que a contribuição filosófica nos primórdios da civilização sobre ética está apenas no campo das ideias, ainda não há uma observação sobre esta no comportamento dos indivíduos e seu modo de relacionar de forma sistematizada. A ética aí é pensada no campo da intelectualidade, do pensar a vida e fazer do pensar o meio de atingir o absoluto. O sábio, ou o que chamamos atualmente de intelectual, seria, deste ponto de vista, um caminho para a virtuosidade, para a ordem e também para a harmonia. A percepção sobre como o indivíduo age em comunidade, como se relaciona com outros de sua espécie, no que tange a ética surge a partir da idade média.

1.3 Contribuições filosóficas sobre a ética na Idade média.

Amaral (2010), fundamentada na obra de Stukart (2003), traz também as contribuições sobre a ética na visão dos filósofos modernos a partir da idade média até a época de Sartre (1905 – 1980). Segundo Amaral (2010), Hobbes (1588 – 1679) sentenciou que “o método dedutivo com premissas verdadeiras leva a conclusões indiscutíveis, o método indutivo só dá probabilidades”. Esse pensador além de filósofo era político e acreditava que dentre os regimes, a monarquia era a melhor organização do Estado. É partir daí que vemos emergir uma ética fincada até a cabeça com os princípios da ciência. Ainda em seu estado inicial já demonstrava

todas as prerrogativas da sistematização como princípio, e também sua ligação com o Estado. O Estado aí é elevado às alturas como o meio de garantir a ética social, como o meio de desenvolvimento de uma ética específica, uma ética desenvolvida a partir de um campo jurídico, sistematizado, racionalizado para usar as palavras de Weber (2012).

Nesse sentido apontado anterior por Weber (2012) é que destaco aqui a contribuição de Descartes, matemático e físico, considerado o fundador do racionalismo francês. Em sua obra *Discurso do método*, definiu regras que se aplicam inclusive sobre a ética. Assim descrito por Amaral:

1ª Jamais acolher algo como verdadeiro, que não se conheça como tal. 2ª Dividir cada uma das dificuldades em tantas parcelas quantas forem possíveis e necessárias para melhor resolvê-las. 3ª Conduzir os pensamentos por ordem, começando pelos objetos mais simples até atingir os mais complexos. 4ª Fazer enumerações tão completas até ter certeza de nada omitir (*Apud VAZ et al*, 2010, p. 20).

A ética aqui começa a aparentemente se confrontar com a ética religiosa, cristã, uma vez que até então nada poderia ser questionado quando vindo da igreja ou nomeadamente apresentasse-se como expressão de Deus. Jamais considerar algo como verdadeiro, como apontado na citação anterior, é um princípio científico, logo ético, que conduz a forma de pensar e de fazer ciência. Vemos desenvolvendo aí uma ética que caracteriza a vida moderna.

Ao mesmo tempo que a ciência está começando a tomar a dianteira na forma de pensar a questão ética na vida moderna, há ainda a resistência de pensadores que continuam a apresentar a crítica ao que é absoluto e divino. Spinoza (1632 – 1677), por exemplo, um judeu holandês de origem portuguesa, embora sua maior contribuição esteja vinculada a ética, suas obras descrevem a razão como sentido complementar à existência do indivíduo. Por considerar Deus e natureza uma única realidade foi expulso como ateu.

Outro importante filósofo é Voltaire (1694 – 1778), considerado um dos idealizadores do movimento filosófico do século XVII chamado iluminismo. Seu pensamento caracterizava-se pela confiança no progresso e na razão, pelo desafio à tradição e à autoridade e pelo incentivo à liberdade de pensamento. Embora considerado liberal, erigiu uma capela em Farney, de acordo com sua fé em Deus (uma divindade).

Kant (1724 – 1804) foi o primeiro a separar a fé da ciência, exaltando a razão em si mesmo. Seu pensamento é o começo da filosofia moderna. Em sua perspectiva, “só podemos conhecer a matéria pelo pensamento e pelos sentidos. A matéria é uma forma do espírito. A primazia do espírito restaura as bases religiosas. Viver com base na fé”. O bem maior deve ser criado pelo nosso livre arbítrio. Nossa felicidade é o bem, que necessariamente está ligada à virtude e à felicidade.

Kant, ao contextualizar o racionalismo exaltando a capacidade do homem de compreender a partir de sua própria existência, também fez questão de ponderar os empiristas, reconhecendo que “a matéria dos nossos conhecimentos são as próprias coisas e a forma somos nós mesmos”. Em sua obra “Crítica da Razão Pura”, considerada um marco do segundo período da obra Kantiana, fundamenta o conhecimento humano e fixa seus limites.

Korte (1999, p. 126), ao analisar a ética kantiana, descreve que o indivíduo que busca justificar sua ação tem que estar em consonância com os anseios da sociedade. Para validar uma ação como ética e ter um valor moral o indivíduo tem que desejar fazer o que é direito. A noção de direito que vai se desenvolvendo aqui é ao mesmo tempo uma noção que carrega consigo uma tradição milenar, ou seja, uma noção carregada de noções daquilo que se aprende na realidade, mas por outro lado, destoa desta pois agora começa a desenvolver uma noção de direito enquanto respeito a normas e regras formalmente estabelecidas.

Com um pensamento diferente, Mill (1806 – 1873) acreditava que ética deveria se harmonizar com a liberdade de cada um. A influência que as ações exercem sobre a felicidade é o que constitui o princípio da moral e da responsabilidade ética. Inglês com formação em economia, é considerado por Barreto (2009) um dos filósofos que instituiu “o utilitarismo que é considerado como a ética normativa.” Sua concepção filosófica sobre ética infere

Que toda ação moral ou decisão promove a felicidade quando se está moralmente correta e a infelicidade quando se está moralmente incorreta. [...] defende-se também, a ideia de que esta ação ou decisão não afeta apenas um indivíduo, mas todo um grupo que estaria relacionado direta ou indiretamente (BARRETO, 2009, p. 42).

Com destaque de Amaral (2010) temos o filósofo Kierkegaard (1813 – 1855), considerado como precursor da moderna filosofia existencialista e pensava que medo e solidão faziam parte da religião. Afirmou: “Fazer o bem pelo próprio bem e

não por orgulho, recompensa ou premiação”. Para Kierkegaard, o existencialismo fundamenta-se a partir de suas teorias cujo pensamento se desenvolve no íntimo do indivíduo, sendo este o único responsável por sua vida. A forma como pretende-se viver, com retidão, sinceridade, não garante êxito, há de surgir obstáculos. O existencialismo, ao mesmo tempo, carrega consigo o desenvolvimento de uma concepção em que a ética é delimitada no campo individual. Ser o indivíduo o único responsável por sua vida torna a coletividade um aspecto considerado em segundo plano. Ressalta-se necessariamente a ética possível pela ação da responsabilidade.

Embora, encontramos mais assertivas de Nietzsche no momento que propomos ler sobre religião, ele escreveu incansavelmente sobre a imoralidade. Achava absurdo que pudéssemos saber o que é bom e o que é mau. Considerava o cristianismo a religião dos fracos e sua moralidade dos escravos. Defendia a existência do super-homem, livre de convenções do bem e do mal, mas criativo. Ele foi também filósofo dos nazistas, defendeu que “aos opressores pertence o mundo”. As consequências dessa antiética e corrupção dos costumes resultaram na destruição da sociedade durante a Segunda Guerra Mundial. A sociedade que não observa um código de ética e tolera a corrupção fatalmente desmorona.

É nesse sentido que a ética em Nietzsche pode ser observada através de sua reflexão “sobre as diferenças de valor como hierarquia fisiológica segundo ‘o superior’ e ‘o inferior’ (‘mais importante, mais essencial, mais indispensável, mais insubstituível’, etc.)” (NIETZSCHE, 1982). Segundo Azeredo (2009, p. 90) não há nada, na sua visão, que seja mais importante e decisivo, em termos de avaliações, do que a diferença hierárquica entre o superior e o inferior”. Daí a sua concepção e interpretação da vida humana que se dá através de uma relação de dominação, ou seja, entre aquele que manda e aquele que obedece. Por isso Nietzsche dizer que “*Toda ética até aqui mostrou-se infinitamente limitada e local: cega e de má-fé com relação às leis reais, ainda por cima*” (Apud AZEREDO, 2009, p. 91).

Embora haja uma predominância da percepção da obra de Nietzsche como uma busca pela comprovação da não existência de Deus, cabe destaca-lo como um daqueles que contribuiu sobremaneira para a discussão das questões éticas na sociedade e sua relação com a moralidade.

Para Amaral (2010) outro importante filósofo é Sartre (1905 – 1980). Sua principal característica é a sua tentativa de inculcar nos homens um novo humanismo, sem Deus. Para ele a humanidade pode decidir livremente. Sem Deus

o homem se desvencilha daquele que o impõe uma forma de vida e o obriga a viver conforme os seus preceitos. Nesse sentido, a liberdade é a única fonte de valor. Cada um deve criar livremente suas normas de comportamento. “Sartre não se cansa de acentuar que a noção de liberdade originária envolve uma responsabilidade radical, e que a solidão em que é feita a escolha não isenta o sujeito do compromisso com a universalidade, isto é, com os outros” (SILVA, 2010).

Sartre comunga da perspectiva existencialista, e coloca o indivíduo como o responsável por sua ação. A radicalidade é notável em sua perspectiva, que a concebe na conduta humana diante do que esse pode fazer. Essa radicalidade pode ser notada na angústia, daí expressa claramente a concepção de Sartre, quando defende que expressa

Na ausência de fundamento da própria existência enquanto contínuo processo de escolha, constante exercício de liberdade, orientado pelo projeto existencial, que não é outra coisa senão a projeção de possibilidades que orientam precariamente o sujeito em direção a si mesmo (SILVA, 2010, p. 270).

Sartre cria uma noção ética de indivíduo que caminha em direção a si. O indivíduo constrói a si mesmo e faz a si mesmo. Esse processo constitui a própria existência e não tem fim, é indeterminada. A ética sartreana vai ser superada posteriormente pelo estruturalismo e o pós-modernismo, mas nunca deixará de ser manifesta nas ações individuais do homem moderno.

Na filosofia do existencialismo, onde “o homem está condenado a ser livre”, Sartre demonstra um lado da angústia do indivíduo. Contrário à aceitação de valores previamente definidos pela igreja ou qualquer outra tradição, afirmou que somos responsáveis por nossos “atos, valores e sentidos”. Ao tomar conhecimento da liberdade e ao mesmo tempo saber agir de forma adequada torna-se angustiante.

Ante aos vários filósofos aqui destaca-se uma característica quase incomum, que é a observação do homem a partir de sua razão. Já utiliza-se da capacidade do indivíduo de tomar decisões sobre sua conduta, de forma racionalizada e com livre escolha.

1.4 – A etimologia da palavra ética

Para Korte (1999, p. 1) “a ética estuda as relações entre o indivíduo e o contexto em que será situado, ou seja, o que é individualizado e o mundo a sua volta.” A partir desta concepção é possível observar que a ética busca compreender o indivíduo e o seu contexto. Não há, portanto, que pensar a ética desligada das relações sociais estabelecidas. A totalidade que envolve a vida humana toma a primazia nesta noção de ética.

Assim, segundo Korte (1999, p. 1), os estudos da ética incluem “todos os fenômenos sociais de que o homem faça parte”. As sensações e ideias o levaram a compreender a relação entre o indivíduo e o contexto em que está situado, demonstra como a ação “respeitar” interfere no relacionamento pessoal que tem, contudo, que se encontrar no contexto onde ele está situado.

Korte (1999) traz a concepção do indivíduo como um dilema ético e aponta a herança genética como influência para a determinação de como o indivíduo se comportará diante da ética,

Ou seja, sou induzido a crer que o conjunto de regras para adaptação e desenvolvimento de cada indivíduo antecede sua criação. [...] Em consequência sou levado a admitir que há uma autoridade anterior que enuncia, dita e estabelece esse princípio ordenatório (KORTE, 1999, p. 4).

Na visão de Korte (1999, p. 5) surge o “*Princípio da Ordenação*, ideia – vontade – ordenamento – criação – nascimento”. A condição do tempo logo se apresenta dentro do contexto que rodeia a ética, passado – presente – futuro e assim também a condição de um ser superior, “Deus”, e a Autoridade Ordenadora.

Percebe-se aqui que há sempre uma correlação entre a contextualização de ética, bem ou mal e a existência de um ser superior, “Deus”. Contudo, neste capítulo buscamos apenas a compreensão dos conceitos e definições sobre ética sem aprofundar nas questões de Autoridade Ordenadora ou mesmo sobre a existência de um ser superior e sua influência sobre o indivíduo e a maneira como este se comporta, questão que será mais desenvolvida no tópico sobre ética cristã.

Korte (1999, p. 22) enfatiza que o estudo das relações de um homem com seu contexto, situado num determinado tempo, “é objeto da ética.” E, assim, define o que está contido na ética como seu objeto: “o dimensionamento e a quantificação dos fenômenos que dizem respeito às ações, processos, atos e fatos ligados à vontade, à ideia, às linhas e formas de pensar e agir”.

Aqui temos a revelação de que há conexão, responsabilidade, de quem cria com a criatura, uma ligação direta com a coisa que põe no mundo, mesmo a criatura assumindo individualidade ao nascer. Para Korte (1999, p. 25),

Devemos levar em conta que o que recebemos é sempre a projeção da ideia do mundo físico em que estamos colocados. A experiência indica que a análise do fenômeno ético não é um processo tão simples. Além das ideias que são, por natureza, abstratas, devemos usar, na vida prática, a acuidade sensitiva e perceptiva. Só assim podemos captar convenientemente as informações que nos são dadas pela experiência.

Nesta perspectiva compreender o fenômeno ético tem sua complexidade entrelaçada na natureza, coisas abstratas, na praticidade do dia-a-dia, assim como na capacidade do indivíduo de percepção e sensibilidade. A noção de sensibilidade e de percepção é, nesse sentido, fundamental para o desenvolvimento da ética. Se tenho noção ou desenvolvo a percepção de uma dada norma esta passa a guiar o meu comportamento, a minha atitude, em uma determinada situação e para determinada direção. Por isso, a ética assim entendida, está associada à subjetividade, ao fazer individual e à clareza que assume as normativas da vida.

Já a contribuição de Oliveira (2004), define que a ética é um conjunto de princípios e disposições voltadas para a ação, com o objetivo de balizar o comportamento humano. A ética faz uma reflexão crítica sobre a moralidade e existe como referência para que a vida em sociedade possa se tornar cada vez mais humanitária (*Apud* MORAIS, p. 4). Assim como já enfatizado anteriormente pelos filósofos no início da idade moderna, a exemplo de Descartes, a ética vai tomando cada vez mais uma característica racional de pensar a vida. Uma racionalidade que se converte em moralidade, mas ao mesmo tempo crítica desta.

Em sua obra Vasquez (1982, p.12) enfatiza que a ética é como “uma teoria ou ciência do comportamento moral [...]. Ou seja, é uma ciência de uma forma específica de comportamento humano”. A ciência, enquanto uma forma de pensar a vida humana, desenvolve em seu interior uma ética, concebida como traços, regras, formas de pensar. Daí a ideia da ética enquanto teoria ou ciência do comportamento moral. A teoria pensada enquanto explicação do que se apresenta na realidade, neste caso, a ética como articulação teórica ou ideológica do comportamento humano.

Nesta perspectiva é possível pensar que a ética também é criada, desenvolvida, sistematizada. É, portanto, elevada a uma forma de ser estabelecida por aqueles que a articulam no campo da teoria, reconhecidos por alguns como doutrinadores. Chagas (2008, p. 36), ao refletir sobre os doutrinadores da ética, por exemplo, a percebe como “fenômeno científico e racional” que nos abre possibilidade para outra visão. “Essa tessitura virtualmente “concreta” não invalida nem exclui, porém, outra face sua, ou seja, a dimensão abstrata ou filosófica de que a ética se reveste”.

Assim, para melhor compreendermos a proposição de Chagas (2008) e onde este busca sustenta-la, recorreremos à obra de Lisboa que assim conceitua:

A ética, como expressão única do pensamento correto, conduz à ideia da universalidade moral, ou ainda, à forma ideal universal do comportamento humano, expressa em princípios válidos para todo pensamento normal e sadio (LISBOA, 1997, p. 24).

Lisboa (1997) inclusive enfatiza a origem etimológica das palavras ética e moral, que estão na “palavra grega *ethos* e na palavra latina *mores*, respectivamente hábitos e costumes”. Com isso, começamos a perceber em nosso cotidiano que hábitos e costumes por vezes se confundem, o que não é diferente na percepção de ética e moral. É perceptível que analisar a ética demanda mais cuidado e rigor, uma vez pode ser concebida equivocadamente enquanto moral, a que pese as discussões já apresentadas, possuem as suas diferenças. Por outro lado, ética pode ser também aproximada de uma certa concepção de ciência.

Retomando a proposta de Korte (1999) sobre a definição de ética, para ele as ciências empíricas são aquelas que utilizam o método experimental, cujo campo de atuação permite fazer e repetir experiências. Estas tratam de fenômenos físicos, químicos e biológicos. São também designadas ciências aplicadas porque é possível aplicar os conhecimentos obtidos. Como é possível observar na concepção de Korte, aparentemente ética está associada à forma de ser da ciência, à sua metodologia. Refere-se ao corpo sistemático e elaborado que delineia e corrobora para a atuação do pesquisador. A forma de ser e de fazer na pesquisa toma corpo e é delineada através de regras bem estabelecidas.

Na ética estuda-se os fenômenos e fatos éticos, que enunciam, explicam ou justificam leis, regras e normas que atuam no relacionamento e no procedimento humano. Para Korte,

Uma é a Ética científica, como ciência dos fatos, ações e processos éticos, que explica como ocorrem e em que condições se manifestam. Outra é a Ética filosófica, que estuda as normas e as leis, e explica porque ocorrem ou devem ocorrer as relações (KORTE, 1999, p. 97).

A ética como ciência aborda fenômenos éticos de pelo menos duas maneiras: por constatações de que os mesmos fenômenos obedecem às mesmas regras e racionaliza as observações projetando-as por meio das ideias que contém. É a ética que estuda os princípios que nos permitem distinguir o bem do mal, o certo do errado, o correto do incorreto.

A partir da obra de Korte (1999) temos assim uma estruturação da ética:

- A Ética Filosófica: que procura as causas primeiras ou finais;
- A Ética Utilitarista: que tenta definir a utilidade dessas observações;
- A Ética Religiosa: que busca invocar ou reportar-se a causas mitológicas ou de cunho religioso;
- A Ética Teórica: visa estabelecer e harmonizar as relações do ser humano com a natureza e o universo;
- A Ética Descritiva: pretende descobrir e descrever os fenômenos sociais que dão suporte às leis, que sustentam as crenças e os credos. Também busca descrever cronologicamente os fenômenos éticos, para estabelecer as relações causais.

Assim, Korte (1999) define que a Ética Filosófica divide-se em duas abordagens: a Ética Especulativa, que procura encontrar as razões últimas ou primeiras por meio da sistematização dos dados conhecidos; e a Ética Normativa, que busca esclarecer e definir razões que nos induzam a certos comportamentos. Partindo dessas duas vertentes, ele assim define

A Ética não é em si mesma um código, nem um conjunto de regras e nem é só o estudo do comportamento ou de suas regras, normas e leis. É um campo de conhecimento em que, à medida que avançamos, são feitas descrições, constatações, hipóteses, indagações e comprovações. É possível encontrar leis, enunciados, e respostas verossímeis e

verdadeiras. O objetivo da Ética é o estudo dos fenômenos éticos. Isso implica ordenação de pressupostos, ordenamento de ideias, linhas e formas de pensar, e, mais que tudo, sistematização da observação e dos conhecimentos, o que quer dizer método de trabalho (KORTE, 1999, p. 114).

Diante então de todos os conceitos ora abordados e dos autores citados, o entendimento de ética que será adotado como norte desta pesquisa é o de Korte (1999), que aborda a ética como a concretização de vontades, ideias e pensamentos em ações, relações e atos juntamente com uma reflexão crítica da universalidade dos mesmos (atos e ações).

Faz se necessário esta observação etimológica visto que ao longo deste trabalho nos debruçaremos sobre a questão ética e em muitos momentos será conflitado com aspectos morais. Contudo, nosso objetivo é aprofundar o estudo da ética na profissão contábil e verificar como o contador se resolve perante os dilemas éticos.

1.5 – A ética na sociedade

Após a discussão sobre o conceito de ética e as contribuições dos principais filósofos, da idade antiga até o final do século XX, torna-se oportuno a partir do olhar de Korte (1999) compreendermos a ética na sociedade. No início de sua obra *“Iniciação à Ética”*, Korte (1999, p. 1) afirma que “a ética estuda as relações entre o indivíduo e o contexto em que está situado”. No decorrer de sua obra, apresenta sensações e ideias que o levaram a compreender a relação entre o indivíduo e o contexto em que está situado, determinando que a ética estuda o homem como ser incluído e relacionado com o universo. Demonstra, assim, como a ação pautada em princípios de respeito, práticas normatizadas, interfere no relacionamento pessoal que tem, contudo, que se encontrar no contexto onde ele está situado.

Toda pessoa nasce inserida em uma realidade particular que a influenciará, favoravelmente ou não, com a adoção de posturas, valores, princípios e “práticas do bem”, ou o inverso. Ou seja, o indivíduo não nasce portando todos aqueles elementos valorativos, ele passa por um processo de aprendizagem e apreensão de valores daqueles com quem convive e no ambiente em que está inserido. Vale

ressaltar que esse ambiente ora mencionado se refere à família, a grupo de amigos, escola, bairro onde mora, dentre outros.

É nesses ambientes, através da interação que o indivíduo/criança mantém, que passa a ter contato direto com valores e a aprender a utilizar todo o aprendizado adquirido de maneira que possa estabelecer relações sociais harmoniosas (WEBER, 2010). É no ambiente social que vai desenvolvendo maneiras específicas de se relacionar consigo mesmo e com os outros. Práticas são inculcadas e assimiladas através do convívio familiar e social. Hábitos alimentares, vestimentas, maneiras de se cumprimentar assim como maneiras de se comportar vão sendo impostas e reproduzidas.

Ainda segundo Weber (2010), uma questão fundamental a ser estudada quando se fala em ética na sociedade é que os costumes e hábitos encontram-se em constante mudança, ou seja, o que antes poderia ser considerado “errado” hoje pode ser aceito como “normal”. Abre-se, então, o leque de discussão do conceito de ética como sendo “uma simples listagem das convenções sociais provisórias” já que era parte do intuito de se fazer o bem e o que é certo. A ética e seus valores não nascem com o indivíduo, ele os assume porque lhe são inculcados, e ela só se manifesta mediante seu querer.

A propositura inicial deste capítulo era compreender a origem do termo ética, trazer uma abordagem conceitual de ética, suas subdivisões, normativa, empírica, utilitarista e outras vertentes mais. Contudo, foi preciso buscar autores (filósofos e estudiosos) deste tema, verificar suas posições, em grande maioria conflitantes, mas que nos oportunizaram vislumbrar os conceitos sobre uma ótica desnuda de preceitos, com intuito de criar bases sedimentares para nossa discussão a partir do terceiro capítulo, que é a ética contábil. Aqui ainda se faz necessário apresentar uma discussão sobre o conceito de religião, proposta apresentada na introdução.

1.6 - Sobre o Conceito de Religião

A proposta deste tópico de apresentar uma abordagem sobre o conceito de religião, tem como objetivo compreender os seus impactos na formação do indivíduo, o que vai nos fornecer elementos para entender a sua influência em indivíduos específicos, a exemplo do que acontece com aqueles que nos propomos a estudar (o contador). Desta feita, faremos uma conceituação sobre religião, a

contribuição de filósofos e outros estudiosos que se propõem a discuti-la. No segundo momento, entendemos que será importante apresentar conceitos sobre a sacralidade do espaço, aquilo que dá sentido ao homem religioso e como é a continuidade da manifestação religiosa e suas crenças.

No sentido de apresentar o conceito de religião, recorreremos a Silva (2004) que assim contribui,

O termo “religião” originou-se da palavra latina *religio*, cujo sentido primeiro indicava um conjunto de regras, observâncias, advertências e interdições, sem fazer referência a divindades, rituais, mitos ou quaisquer outros tipos de manifestação que, contemporaneamente, entendemos como religiosas (SILVA, 2004, p. 4).

Com essa observação é possível afirmar que a religião estava direcionada a normas e regras, conseqüentemente a uma sociedade organizada. A mesma impunha regulamentações, advertências e até mesmo interdições. Essa forma de ver a religião deixa claro que é um conceito ainda usual, haja vista que em sua maioria as denominações religiosas são alicerçadas sobre um código de regras e condutas.

Wiebe (1998, p. 16) afirma que é inevitável estabelecer definições para melhor entendimento dos conceitos e facilitação do campo de pesquisa, desta forma alega que:

A menos que seja possível alguma definição preliminar da religião, alguma forma de compreensão intuitiva da natureza da religião suscetível de formulação verbal, nenhum estudo da religião pode chegar a ser iniciado. Sem tal delimitação de um campo de pesquisa qualquer e todas as coisas estariam abertas à investigação; e se tudo está aberto à investigação, nós na verdade não temos absolutamente nenhum estudo específico da religião.

Tillich (1973) apresenta uma definição de religião que a relaciona com o entendimento de fé, o que faz menção aos ensinamentos de Agostinho, Anselmo e Schleiermacher (GROSS, 2013, p. 10, 12-13; cf. TILLICH, 1963c, p. 279, TILLICH, 1980, p. 5, 7, TILLICH, 1973, p. 76). Porém, não é algo totalmente subjetivo, pois afirma que: “Religião não é um sentimento; ela é uma atitude do espírito em que elementos práticos, teóricos e emocionais estão unidos para formar um todo complexo” (TILLICH, 1973, p. 160).

Não somente para Wiebe, mas também para vários estudiosos, há claramente uma defesa da necessidade de delimitação do campo de pesquisa e a tentativa de explicar religião não apenas como fenômeno religioso, mas verificar se esta pode ser validada como uma ciência. Para Jensen (2013),

Estudiosos da religião não precisam, necessariamente, tornarem-se filósofos da ciência, mas eles devem tentar resolver alguns dos problemas no estudo da religião, com o olhar voltado para a filosofia da ciência e para a epistemologia em geral (JENSEN, 2013, p.171).

No mesmo sentido, Jensen (2013, p. 172) complementa afirmando que “epistemologia é a teoria do conhecimento, do que este consiste, de como podemos obtê-lo e como podemos defender e justificar nosso conhecimento”. Ao tomarmos estes conceitos para compreender o que é religião, percebe-se que esta está entrelaçada aos conceitos de homem/indivíduo e sociedade.

Daí, quando Durkheim (1989), através de uma observação sobre religião, a partir de uma sociedade aborígine, faz ponderações de que não há religião sem sociedade estabelecida e nem mesmo que possa existir uma sociedade sem religião. Esta concepção corrobora com a conceituação de Silva (2004) sobre religião, o qual a concebe como um “conjunto de regras, observâncias, advertências e interdições”. Visto que por mais primitiva/simple que seja uma organização social ela carece de regras. Assim, para Jensen (2013, p. 172) os assuntos sobre religião e seus estudos inter-relacionam com o estudo do “comportamento humano, ideias e instituições”.

Em outra abordagem conceitual, Silva (2004, p. 4), apresenta que:

A definição mais aceita pelos estudiosos, para efeitos de organização e análise, tem sido a seguinte: *religião é um sistema comum de crenças e práticas relativas a seres sobre humanos dentro de universos históricos e culturais específicos.*

Com este conceito a autora nos propõe olhar a religião sob a ótica dos sistemas simbólicos e ao mesmo tempo chama a atenção para os aspectos históricos e culturais de cada sociedade. Assim, é necessário fazer algumas considerações importantes, como as diferentes civilizações e culturas existentes se manifestam, principalmente aquelas distintas do ocidente. Para Silva (2004), em

algumas civilizações não há definições do termo “religião”, por outro lado, conceituamos as manifestações conhecidas nas culturas existentes de “religião”.

Por mais que busquemos elucidar o conceito de “religião” é preciso compreender que este está diretamente ligado à forma de civilização e ao universo histórico onde se encontra a manifestação dos fenômenos denominados “religiosos”.

Jensen (2013, p. 177), por outro lado, afirma que “as atividades científicas não se desdobram em um vazio nem procedem no nada”. Diz que a busca da compreensão do significado da religião perpassa pelo modelo derivado da “cristandade ocidental”, o qual é utilizado não só por filósofos e estudiosos do ocidente, mas por todos aqueles que se dedicam ao estudo da religião.

Como a reflexividade teórica e o escrutínio destacam-se como importantes ferramentas da epistemologia para o estudo das ciências sociais e humanas, campo ao qual pertence a “religião”.

Tais questões não são apenas política e filosoficamente triviais, por que elas indicam a necessidade de reflexividade e escrutínio do nosso conhecimento tácito e da cosmologia cultural não questionada, quando consideramos “como deveríamos proceder para adquirir conhecimento” (JENSEN, 2013, p. 177).

Silva (2004, p. 8) resgata a importância do Iluminismo e do Racionalismo do século XVIII na definição e debate sobre religião, contudo, é a partir do século XIX e início do século XX que surgem “análises históricas e comparadas de diferentes tradições religiosas”. Diversos pensadores a exemplo de *Weber, Marx, Durkheim e Nietzsche*, dentre outros, apresentam suas contribuições, as quais passam a nortear como “linhas mestras das abordagens psicológicas, sociológicas e antropológicas dos estudos da religião”.

Os diversos estudos já realizados e deixados em sua forma sistematizada, contribuíram sobremaneira para a compreensão do conceito de religião, sobre como é definido nas diversas civilizações, até mesmo naquelas onde não se tem uma organização do pensamento sistematizada em conceito. Passamos, assim, a perceber sobre o olhar dos estudiosos a respeito da ação da ciência sobre o indivíduo e sua relação com a sociedade. Daí emergem interpretações e estudos a respeito da religião impactados e caracterizados pelo saber científico, pautado em premissas empíricas com a necessidade de sua comprovação.

Para compreender como ocorre a manifestação da religião no indivíduo, Weber faz uma abordagem mais filosófica, demonstrando que a ação religiosa é uma ação racional, que a experiência religiosa, ainda que instintiva, seja orientada por regras que racionalizam o processo. Nem toda pessoa consegue alcançar o êxtase da experiência religiosa, limitando assim, à possibilidade de vivenciar o momento com o sagrado.

Assim, Weber (2004, p. 280) denomina aquele que consegue, em sua plenitude, estabelecer essa experiência religiosa, como carismático – “um dom puro e vinculado à pessoa que possui, não podendo ser adquirido”. Deste modo, há uma abstração apenas aparentemente simples, a representação dos seres que se ocultam por trás dos “objetos, artefatos, animais ou homens carismáticos”, surgindo assim, a crença nos espíritos. O que fomenta toda essa abstração é o carisma da pessoa qualificada, que está nas mais antigas profissões,

O mago é uma pessoa carismaticamente qualificada de modo permanente, em oposição à pessoa comum, o “leigo”, no sentido mágico do conceito. Requisitou para si particularmente o estado que especificamente representa ou transmite o carisma, o êxtase, como objeto de um empreendimento (WEBER, 2004, p. 280).

O surgimento de “Deus ou deuses” está relacionado com a capacidade que este tem de “encarnar” em algum objeto, animais ou pessoas. A invocação deste ser está relacionada com a capacidade de abstração, os poderes suprassensíveis, que podem interferir no destino do homem e como este influencia o mundo ao qual está inserido.

Weber (2010) considera como religiões mundiais cinco religiões ou o que ele chama de “sistemas religiosamente determinados de ordenamento da vida”, os quais atraem as multidões de fieis que ora percebemos nos diversos templos existentes. É justamente neste campo das religiões mundiais que Weber considera estar e desenvolver as éticas religiosas, que segundo ele se manifesta como a confuciana, a hinduísta, a budista, a cristã e a islâmica. Ainda há, no entanto, uma sexta analisada por ele, tratando-se do judaísmo. Esta última exerceu forte influências em outras religiões e sem tal explicações ficaria complicado entender por exemplo, o cristianismo e o islamismo.

No interior das religiões mundiais Weber considera haver uma ética econômica, que segundo ele “alude às tendências práticas à ação que se baseiam

no nível psicológico e pragmático das religiões” (WEBER, 2010, p. 10). A questão é que a ética econômica apontada por Weber exerce certas influências nas éticas religiosas. Isso acontece porque aquela mantém uma certa autonomia no que diz respeito à atitude do homem diante do mundo. Ao mesmo tempo esta atitude condiciona e os elementos religiosos. É por isso que ele observa que: “o condicionamento religioso do estilo de vida também é um, ainda que só um, dos fatores condicionantes da ética econômica” (WEBER, 2010, p. 10).

O autor ressalta, portanto, que o estilo de vida religiosa determinado é afetado profundamente por questões econômicas e políticas que atuam em determinada área geográfica, política, social e nacional. Questões éticas da religião no Brasil, por exemplo, se apresentarão aqui de uma forma distinta daquela que apresenta na China ou em qualquer outro país, embora possam apresentar elementos comuns.

O papel do pesquisador neste campo infere assim, em dar conta de esmiuçar e revelar as características de cada religião, no entanto, é algo complexo e praticamente impossível, quando trata de abordar todas as religiões. É por isso que Weber restringe sua pesquisa na busca pela “identificação dos fatores condicionantes do estilo de vida a respeito dos estratos sociais que influenciaram de maneira mais decisiva a ética prática de suas respectivas religiões” (WEBER, 2010, p. 10). São eles que determinam a característica e a forma assumida pela ética na prática, são eles também que demonstram a distinção da ética religiosa entre si.

Nesse sentido, aponta que o

Confucionismo foi a ética de um status de prebendários, de indivíduos que possuíam uma educação literária e que se distinguiam por um racionalismo secular. O status ético-religioso (ou irreligioso, se preferir) deste estrato condicionou o estilo de vida chinês independente do estrato em si (WEBER, 2010, p. 11).

Já o hinduísmo surgiu de uma gleba de literatos cultos. No cotidiano não desempenham nenhum ofício mas exerciam o papel de diretores espirituais e ritualistas das pessoas e comunidades. Desta religião emerge relações sociais pautadas em determinados status que caracterizou o seu ordenamento social.

O budismo é uma expressão religiosa que foi difundida por monges mendicantes, caracterizados por serem contemplativos. O budismo praticava a mendicância e defendiam o estar fora do mundo. Na concepção de Weber apenas

eles eram praticantes de uma comunidade religiosa. Segundo ele “todos os outros não eram senão leigos religiosos de condição inferior: objetos, e não sujeitos da religiosidade” (WEBER, 2010, p. 11).

A quarta religião apontada por Weber, o islamismo, era inicialmente uma religião integrada por guerreiros conquistadores, uma forma religiosa de cavaleiros cruzados. Não praticavam o ascetismo sexual como os cristãos, mas utilizavam da prática contemplativa e mística, através da atividade desenvolvida por plebeus que dominavam a orgiástica.

O judaísmo veio a se tornar “religião de um povo pária cívico”.

Na Idade Média, o judaísmo sujeitou-se à condição de um estrato de intelectuais, com uma formação literária e ritualista que constitui um traço peculiar desta religião. Esse estrato representava uma intelectualidade pequeno burguesa, racionalista e socialmente semi-proletária (WEBER, 2010, p. 12).

Por fim, o autor aborda a religião cristã, que segundo ele “começou como uma doutrina de artesãos assalariados e ambulantes”. O cristianismo, na concepção de Weber, é uma religião predominantemente urbana. Daí observar que a cultura ocidental torna-se fortemente influenciada por esta. O que nos importa nesta concepção de Weber é observar que a ética religiosa se manifesta de maneiras distintas. No entanto, a ética cristã tem um peso na nossa pesquisa, uma vez que é a que vai estar presente sobremaneira na forma como os contadores se apresentam no seu local de trabalho.

Outro autor que oferece uma importante contribuição para compreender a ética religiosa é Durkheim (1989), o qual começa a fazer uma abordagem sociológica do fenômeno religioso a partir da observação do sistema totêmico na Austrália. Através de seus estudos busca elementos de representações fundamentais e de atitudes rituais que possam ter significação objetiva, se assemelhando aos ritos e símbolos já descritos por outros estudiosos da religião.

Parafraseando Durkheim (1989, p.32), o que devemos “encontrar é uma realidade concreta que só a observação histórica e etnográfica é capaz de nos revelar”. O detalhe dos fatos religiosos é explicado diferentemente, conforme se ponha na origem da evolução do naturismo, o animismo ou alguma outra forma religiosa.

Para Durkheim (1989) se, de fato, é útil saber em que consiste esta ou aquela religião particular, importa ainda mais examinar é a religião de uma maneira geral. Como todas as religiões são comparáveis, e como todas são espécies de um mesmo gênero, há necessariamente elementos essenciais que lhes são comuns.

Contudo, Silva (2004, p. 09) nos apresenta uma reflexão diferente, onde afirma que

Não é mais suficiente pensar *sobre* diferentes religiões; é necessário considerar *como* pensamos as diferentes formas de religião. É necessário abandonar a pretensão de chegar a uma teoria ou metodologia final ou absoluta. O reconhecimento de que os estudos atuais sobre religião devem ser multiculturais e multidisciplinares leva à necessidade de construir várias estratégias interpretativas. O reconhecimento crescente da importância de diferentes tradições religiosas trouxe desafios teóricos e metodológicos, e também promoveu o surgimento de questões comparativas bastante complexas. A variedade de abordagens e a pluralidade das tradições religiosas não só enriqueceram os estudos e investigações das religiões como são um desafio a uma compreensão mais adequada da história e do significado contemporâneo das religiões.

Com as contribuições filosóficas sobre a definição de religião, com a evolução dos anos, fez-se necessário uma nova roupagem. É preciso pois, não apenas pensar que há diferentes religiões, assim como diferentes conceitos e definições sobre o que é “religião”. Corroborando com o pensamento de Silva (2004), é preciso compreender que com o avanço das sociedades e a “era da globalização”, as fronteiras de civilizações foram se abrindo para novas perspectivas e assim possibilitando inclusive a inserção de novas formas de religiões em locais com culturas já estabelecidas.

Quando Silva (2004) ressalta a necessidade de compreender a “pluralidade das tradições religiosas”, e que esta nova abordagem nos levará a buscar por um novo “significado contemporâneo das religiões”, torna-se por conflituoso com as ideias que surgiram no início do século XIX, onde os estudiosos, principalmente socialistas, teciam comentários sobre uma certa crise e decadência nas expressões religiosas formais. Segundo Silva (2004, p. 7), “um coro de filósofos, cientistas e políticos apregoava, no alvorecer do século XX, que não haveria espaço para religiões formais ou para Deus no mundo do avanço científico que se anunciava”.

Ao assumir as proposições sobre a evolução da religião, seja como ciência, ou mesmo como uma forma de expressão religiosa, Silva (2004) apresenta um conceito que surge a partir de estudos recentes, onde

Os trabalhos mais recentes em diferentes áreas de pesquisa defendem a posição de que religião é um fenômeno histórico, que surge em circunstâncias intelectuais e culturais particulares. O fenômeno religioso constitui-se por práticas discursivas ocidentais, especificamente definidas para estudos de caráter científico e acadêmico (SILVA, 2004, p. 7).

Se considerarmos essa assertiva, de que religião é um fenômeno histórico, o qual surge em circunstâncias intelectuais e particulares de cada indivíduo/sociedade, é preciso retomar e dar créditos a Durkheim, quando este apresenta a religião como parte integrante da sociedade e indissociável desta.

Diante da pluralidade de religiões, que se formaram a partir da expansão das civilizações e a migração de culturas entre si, faz-se necessário destacar que

O respeito à diversidade é um dos valores mais importantes do exercício da cidadania, como não podemos esquecer. Só nesse respeito absoluto podemos entender que não existem seitas (pois não existem grandes e pequenas religiões), não existe sincretismo (pois não existe uma religião pura de influências de outras) e, acima de tudo, não existe para o historiador ou para o filósofo uma religião melhor do que outra (SILVA, 2004, p. 3).

Essa expansão da religião, nas mais diversas formas de expressão do fenômeno religioso, colaborou para um novo “pensamento religioso”. Para Silva (2004, p. 3), “cada uma expressa uma visão de um grupo e cada uma teve e tem seu valor específico, exatamente por serem diferentes”.

Para assentar sua posição Silva (2004, p. 9) diz que “toda forma de conhecimento passível de interpretação, no nosso caso o estudo das religiões, é sempre incompleto e sujeito a novas formulações”. Embora nosso objetivo seja aqui apresentar apenas os conceitos de religião, seu surgimento e impacto na percepção do indivíduo, enquanto ser integrante de uma sociedade, percebe-se que quanto mais aprofundarmos o estudo, podemos compreender as crenças de cada indivíduo e superar preconceitos e atitudes que tornam o mundo mais complexo de se viver.

Por fim,

O pensar religião, no momento em que vivemos, tem que estar articulado com reflexões críticas sobre esquemas geradores de discriminação ou exclusão, inclusive os religiosos. A ampliação das temáticas de estudo, metodologias e abordagens das religiões, religiosidades, espiritualidades produz um momento privilegiado em direção à tolerância e compreensão das alteridades (SILVA, 2004, p. 12).

Korte (1999) aponta três noções abstratas que estão presentes, para ele, em quase todas as sociedades: família, religião e propriedade. A família como fonte de hereditariedade, a continuação da espécie e os laços de família são fenômenos éticos. A religião é a ideia de uma autoridade ordenadora, da causa primeira. A propriedade é onde está contida a ideia de posse, de poder possuir, desfrutar e utilizar os meios físicos que integram o contexto de cada indivíduo ou contexto social.

As representações religiosas são representações coletivas, que exprimem realidades coletivas; os ritos são maneiras de agir, que só surgem no interior dos grupos coordenados e se destinam a suscitar, manter ou refazer alguns estados mentais desses grupos. Como cada religião apresenta maneiras distintas de se comportar, assim como desenvolvem sentidos diferentes os quais delimitam as ações dos fiéis, ainda que de maneira sucinta, pensamos ser indispensável tecer algumas considerações sobre a diversidade de religiões. Isso é necessário tendo em vista ser este um fenômeno que atinge as instituições modernas, com ênfase aqui à profissão de contador.

1.6.1 Diversidade de religiões

Toda religião possui mandamentos básicos e princípios norteadores voltados para o bem da coletividade. Essa variedade de representações religiosas levou Amaral (2010), muito próximo do que fez Weber (2010), a elaborar um quadro baseado nas teorias de Stukart (2003) sobre a relação existente entre ética e religião em alguns dos principais seguimentos religiosos existentes, com seus valores, crenças, mandamentos e código de ética. São eles: hinduísmo, budismo, mosaísmo, cristianismo e islamismo.

Inicialmente apresenta o Hinduísmo e tece uma reflexão sobre suas características específicas. Esta religião se originou aproximadamente em 1500 a.C.

Não possui dogmas e nem um fundador especificamente determinado. Dentre suas crenças e valores, acredita em Brahma, princípio absoluto e único, lei que rege o mundo, Shiva e Vishnu, a trindade hindu. Dentre os mandamentos que a rege, o livro sagrado *Vedas*, escrito por Manu “ensinam que toda existência é o sofrimento e conforme nossa atitude, pelo ciclo do renascimento, podemos facilmente alcançar o Brahma” (AMARAL, 2010, p. 24).

Em virtude disso, é necessário que o indivíduo busque a pureza, autocontrole, serenidade, não violência, misericórdia e ascetismo. Assim como no cristianismo, possui os dez mandamentos que são: 1. Força da alma; 2. Paciência; 3. Autocontrole; 4. Respeito pela propriedade alheia; 5. Pureza; 6. Domínio dos sentidos; 7. Inteligência compreensiva; 8. Sabedoria; 9. Verdade; 10. Controle da raiva.

A origem do budismo foi instituída por Siddhart Gautama, o Buda (o iluminado), por volta do ano 500 a.C. Esta é uma religião que não possui um Deus a devotar. Tem como crença principal o fato de a vida ser um sofrimento constante e que este surge em detrimento do desejo. Desta forma, a extinção do desejo, conseqüentemente, elimina o sofrimento e a pessoa alcança o Nirvana, ou seja, liberta-se do ciclo existente que é: nascimento, sofrimento, morte e renascimento.

Dentre os mandamentos deixados por Buda tem-se: 1. Não mate nenhum ser vivo; 2. Não pegue o que não lhe deram; 3. Não minta; 4. Não tome bebidas que embriagam; e 5. Seja casto.

Para Amaral (2010), o mosaísmo foi fundado por Moisés no ano 1200 a.C., e teoricamente foi a primeira a adotar um Deus único. Só o fato de ser monoteísta já a tornava diferente das demais existentes naquele período que eram politeístas, que predominava na época.

Diferentemente também da época, o mosaísmo não tinha relação com as questões da natureza, mas somente com os ordenamentos divinos, que determinavam que os homens vivessem seguindo os mandamentos de Deus, os quais são a base de sua ética (conforme Êxodo 20:3-17). São eles: 1. Amar a Deus sobre todas as coisas; 2. Não falar seu santo nome em vão; 3. Guardar os dias santificados; 4. Honrar pai e mãe; 5. Não matar; 6. Não cometer adultérios; 7. Não furtar; 8. Não levantar falso testemunho; 9. Não desejar a mulher do próximo; 10. Não cobiçar as coisas alheias.

Na sequência, podemos dizer que surge o cristianismo, fundado por Jesus Cristo o qual deu origem ao calendário cristão. Tem como crença e valor o princípio de que todos são iguais perante Deus, de que a felicidade verdadeira somente é alcançada no outro mundo e que não há salvação sem cumprimento dos mandamentos.

Os mandamentos são os mesmos do mosaísmo, porém, com ênfase em dois: 1. Amarás, pois, o Senhor, teu Deus, de todo o teu coração, de toda a tua alma, de todo o teu entendimento e de toda a tua força; 2. Amarás o teu próximo como a ti mesmo.

Para Amaral (2010) embora, sob uma percepção monoteísta, o islamismo tenha Maomé como seu fundador, e também o profeta da religião, foi instituída no ano 600 d.C., tendo como deus, Alá. Os seus mandamentos se resumem em cinco deveres básicos: preces, abluções, esmola, jejum no Ramadã e peregrinação a Meca uma vez na vida. Também admite os dez mandamentos do Cristianismo, porém, com a diferença de que permite até quatro esposas, e o ladrão deve ter o braço cortado.

Embora nossa discussão esteja centrada na ética contábil e como esta é influenciada pela ética cristã, este tópico tem como objetivo demonstrar que não só o cristianismo e sim diversas religiões são constituídas de regras e mandamentos que irão orientar seus fiéis e seguidores. Assim como a ética, que aponta e se refere a um conjunto de condutas do indivíduo para com a sociedade na qual ele pertence, a religião também tem suas regras e por isso acreditamos que, embora a proposta seja discutir a influência da ética cristã, induz que se aplica também às demais religiões.

Considerando, portanto, que ética e religião apresentam algo em comum, o aspecto normativo, por outro lado, emerge daí uma forma específica de atitude, que não só se apresenta na ação humana em si, mas esta também passa a ser projetada no espaço, geograficamente falando.

As profissões que se desenvolvem com a sociedade capitalista criam seu espaço, geram relações determinadas, determinam regras e normas. O contador não é diferente. Assim como qualquer outro profissional tem seu espaço de atuação e faz dele a expressão de si mesmo, faz dele um lugar sagrado. Vejamos com mais detalhes sobre este aspecto da sacralização do espaço, questão que vai nos oportunizar e oferecer elementos para nossa análise no último capítulo.

1.6.2 – Sacralização do espaço religioso

Eliade (1999, p. 27) busca compreender o homem das sociedades tradicionais e sua relação com o cosmos. Com seu olhar, observa-se que nosso mundo é um cosmos e tudo que esteja no exterior (fora dele) representa o caos. A partir desta concepção surge os demônios, as ameaças como dragões, monstros marinhos, etc. Assim, acredita-se que nas sociedades tradicionais as muralhas, labirintos e fossas surgiram como defesas mágicas, como meio de proteção contra demônios.

A construção de uma casa representa mais que uma simples decisão, à sociedade tradicional representa a consagração do lugar. Já nas sociedades industriais a casa é o espaço que oportuniza ter um descanso para uma nova jornada no momento que sucede. É também o lugar da procriação, da manutenção e reprodução da vida, da auto-organização.

Para o homem religioso a ideia de casa é uma decisão primordial que remete à criação do mundo. “É preciso, pois, imitar a obra dos deuses, a cosmogonia” (ELIADE, 1992, p. 31). Nem sempre esta é uma decisão fácil, implica em sacrifícios que ajudarão na consagração do local, na criação do seu mundo. É em casa, por exemplo, que gero novas vidas, que formato formas de agir e de ser. Há ali, portanto, uma sacralização semelhante ao que o mundo representa para a visão religiosa.

A concepção de casa para o contador também significa estabelecer-se profissionalmente, onde o seu trabalho torna-se um local sagrado. A sacralização deste ambiente é que começa a alicerçar suas crenças com base na sua formação religiosa. Mas obviamente que a religião é um dos aspectos que atuam em seu comportamento. Essa questão torna-se mais complexa quando relacionada com a aprendizagem que desenvolveu em âmbito acadêmico, onde assimila os conhecimentos científicos referentes à sua área de atuação. Mas vejamos um pouco mais sobre este aspecto da sacralização do espaço na visão de Eliade (1992).

Na obra *O Sagrado e o Profano*, em seu primeiro capítulo, deixa claro que os exemplos de civilizações citadas têm intuito de demonstrar como o homem religioso, em suas diversas culturas, buscam estabelecer o seu espaço como centro do mundo, ‘um cosmos’, através do qual pode-se estabelecer um canal de comunicação com os deuses. Os símbolos deste local que os caracterizam têm

prerrogativa de demonstrar seu comprometimento com o sagrado, e tudo que encontra-se fora deste é o caos.

É preciso compreender como se dá o surgimento da religião no indivíduo, bem como a sua continuidade. Para O'Dea (1969, p.58), "o ritual e a liturgia, como expressão de atitudes, desenvolvem-se também em torno de incidentes, crises e transições importantes na vida do indivíduo e do grupo". Em qualquer fase da vida o ser humano está marcado por ritos sacramentais, seja no nascimento, na morte, etc.

Os ritos e materiais utilizados no cristianismo, com o passar do tempo foram padronizados de forma gradual. "O culto tornou-se a representação da experiência religiosa e maneira pela qual os crentes exprimiam sua relação com o sagrado" (O'DEA, 1969, p.60). Desta forma, O'Dea (1969, p. 61) afirma que "o ato de culto é um ato social ou de reunião, em que o grupo restabelece sua relação com os objetos sagrados e através destes, com o além, e ao fazê-lo reforça sua solidariedade e reafirma seus valores".

Na conceituação de O'Dea (1969, p. 61) "o mito é a forma primordial da expressão intelectual de atitudes e crenças religiosas", considerado como o segundo nível na institucionalização da religião. Para exemplificar, no mito o homem é capaz de exprimir sua emoção, explicar seu mundo, aquele que faz sentido, assim como a solidariedade com esse mundo.

Apesar da discussão central ser a questão ética, faz-se necessário sedimentar alguns conceitos sobre a sacralidade, ritos e alguns símbolos religiosos para que oportunamente possamos comparar com os símbolos da contabilidade, que serão discutidos no próximo capítulo, com intuito de encontrar nesses elementos sustentação para uma postura ética no exercício da profissão contábil.

Antes de finalizar este capítulo ressaltamos que o conceito de ética que aqui tomamos como referência para a nossa análise, está alicerçado a partir da definição de Korte (1999, p. 114), para o qual ética não se trata estritamente e somente de um código ou manual com regra, nem tampouco pode ser restringida a um estudo do comportamento humano, mas é preciso considera-la também como "um campo de conhecimento em que, à medida que avançamos, são feitas descrições, constatações, hipóteses, indagações e comprovações".

A tentativa de conceituar ética continuará premente na sociedade na medida em que esta avança no decurso do tempo, seja por novas hipóteses ou mesmo na busca de comprovações sobre o comportamento do indivíduo e suas ações no

universo que se insere. No que diz respeito à religião, não será diferente a busca por sua definição, principalmente se partirmos do conceito de Durkheim, que infere a religião como pertencente à sociedade, seja ela qual for. Assim, o indivíduo estará sempre sujeito a mudanças no seu comportamento e este poderá influenciar num novo conceito sobre a religião na sociedade.

No próximo capítulo, após as definições sobre ética, religião e a sacralização do espaço, faremos uma abordagem a respeito das simbologias históricas da contabilidade e uma análise comparativa do código de ética do profissional contábil, partindo da resolução do Conselho Federal de Contabilidade n. 803/96, até a última atualização, ocorrida em 2010, com destaque para as mudanças jurídicas que *a priori* podem interferir no comportamento do contador, que ocorreram durante este tempo de sua sistematização. O objetivo aí é observar os aspectos característicos da ética para a contabilidade e verificar se as mudanças na conduta profissional do contador ocorreram em função da necessidade de atender os anseios da sociedade no campo moral e ético.

CAPÍTULO II

CONTABILIDADE: SIMBOLOGIAS HISTÓRICAS E CÓDIGO DE ÉTICA

Embora o propósito deste trabalho seja a discussão da questão ética e sua relação com a ética cristã, faz-se necessário uma abordagem sobre a contabilidade. Inicialmente faremos um breve relato sobre a história da contabilidade, seus principais autores, responsáveis pela difusão desta ciência desde os tempos remotos até os tempos modernos. Colocamos aqui como tarefa o objetivo apresentar os símbolos da contabilidade, incluindo aqueles que emergiram com a própria origem da contabilidade, os quais foram inclusive apresentados em obras literárias e que perduram até os dias de hoje.

2.1 – Sobre a História da Contabilidade

Segundo Hendriksen e Breda (1999, p. 39) a origem da contabilidade é incerta, contudo, os “sistemas de escrituração por partidas dobradas começaram a surgir gradativamente nos séculos XIII e XIV em diversos centros de comércio no norte da Itália”. Embora houvessem relatos de fragmentos anteriores, datados do final do século XIII, a obra que tornou-se conhecida mundialmente foi *Summa de arithmetica, geometria, proportioni e proportionalitá*, cuja origem data de 1494, em Veneza, Itália. Ao nominar Luca Pacioli como autor desta obra que revolucionou a contabilidade, Hendriksen e Breda (1999) destacam a relevância da mesma e embora tenha passado 500 anos da sua origem, permanece atual.

Cabe aqui destacar um trecho desta obra, onde abordava a confecção de um balancete de verificação e que apresenta em termos essenciais os aspectos originais e distintivos da contabilidade:

Para que tudo fique mais claro no encerramento mencionado, é necessário que faça esta outra comparação, a saber, somar numa folha de papel todos os débitos de Razão+ e colocá-los do lado esquerdo, e somar todos os créditos e colocá-los do lado direito, e depois estas últimas somas serão ressomadas; uma das somas será o total dos débitos, e a outra será o total dos créditos, sua conclusão será de que seu Razão terá sido bem mantido. [...] mas, se uma das somas for maior do que a outra, terá havido um erro no seu Razão, o qual com diligência, será melhor que o encontre com a inteligência

que Deus lhe deu, e com os recursos de raciocínio que tiver adquirido, e que são muito necessários para o bom comerciante, [...] caso contrário, não sendo um bom contador em seus negócios, andará como um cego, e muitas perdas poderão surgir (PACIOLI *apud* HENDRIKSEN e BREDÁ, 1999, p. 39/40).

Por mais complexo que possa parecer, a descrição de Pacioli sobre o livro razão é de que este deve ser elaborado em forma de duas colunas, colocando do lado esquerdo os créditos e ao lado direito os débitos. Logo após relacionar estas informações, deve-se proceder a soma de ambos os lados, obtendo sempre o mesmo valor tanto para o lado do débito quanto para o lado do crédito, assim, teremos um resultado da contabilidade com exatidão. A fórmula que outrora fora apresentada por Pacioli perdura até os dias atuais, mesmo com todos os avanços que houvera na sociedade pós-moderna, a essência continua. E aquele que queira tornar-se um contador é preciso ter o domínio sobre esta, inclusive recorrendo aos dons que receberá de Deus, conforme mencionado.

Assim, se observa a grandiosidade da obra de Luca Pacioli, que trazia com riqueza de detalhes o modo operacional da contabilidade que permaneceu sendo utilizado até os dias atuais. Impressiona-se que, embora tenhamos avançados em tantas áreas/ciências, percebe-se que a ciência contábil ainda utiliza-se da primazia descrita no século XIV. Um dado interessante a ser observado aí é que mesmo desenvolvendo um raciocínio lógico, logo, científico, que diz respeito a uma forma específica de pensar, o autor ainda demonstra influência da forma teológica de pensar o mundo. Isso fica claro quando ele remete a questão da inteligência a Deus. Há aí um exemplo de que desde a sua origem a contabilidade caminha de mãos dadas com formas expressivas da religião. Embora haja aparentemente uma dissociação, há no fundo, uma conciliação.

Adiante, quando discutirmos o código de ética do profissional contábil abordaremos com maiores detalhes sobre a informação contábil, cuja função na época (séc. XIV até o XVI) tinha caráter único e exclusivo de atender o proprietário do negócio, sem distinção de entidade. Nas discussões que irão suceder neste trabalho veremos que a informação contábil tornou-se extremamente útil e de interesse para vários usuários, não restringindo apenas aos proprietários do negócio, como ocorrera até o século XVI.

Contudo, apesar da nossa referência atual ser as escritas de Pacioli, para Hendriksen e Breda (1999, p. 42), antes da Europa surgir como um centro comercial,

“já existiam no Oriente Médio e no Extremo-Oriente” civilizações que utilizavam de registros contábeis. Esses registros, embora apresentem características rústicas, são exemplos de como a contabilidade foi se tornando uma atividade praticada e de grande influência para o desenvolvimento da sociedade moderna.

Por exemplo, os agricultores egípcios nas margens do Nilo pagavam aos coletores de tributos com cereais e linhaça pelo uso de água para irrigação. Recibos eram dados aos agricultores desenhando-se figuras de recipientes de cereais nas paredes de suas casas. Os arqueólogos crêem que as fichas de argila abundantes na Mesopotâmia eram usadas, de maneira similar, para fins contábeis (HENDRIKSEN e BREDA, 1999, p. 42).

Diante destes fatos não se pode prescindir a origem exata da contabilidade, visto que há relatos de sistemas contábeis desde os primórdios da civilização, sejam para cobrança de tributos ou para quantificar o patrimônio das pessoas. Essa discussão histórica da contabilidade ajuda a perceber o quão antiga é a sua prática. É, obviamente, distinta daquela praticada no mundo moderno, uma vez que esta se apresenta com um grau de complexidade muito mais profundo e baseada em cálculos lógicos que oferece uma exatidão ao seu praticante. Esta abordagem também torna-se relevante para estabelecermos um marco de sua existência e como essa, de certa forma, sempre esteve ligada à evolução da civilização/sociedade como uma ferramenta que contribuía no propósito.

Ao avançarmos no tempo, para o período considerado pós-revolução industrial, podemos identificar os avanços da contabilidade ante as necessidades de recursos para exploração de outras regiões, o que segundo Hendriksen e Breda (1999), marca definitivamente o surgimento de especialistas em contabilidade.

No início do século XIX, ainda havia menos de 50 contadores públicos registrados nas principais cidades da Inglaterra e da Escócia. Esses números cresceram rapidamente em consequência da aprovação da Lei das Companhias em 1844, que passou a exigir balanços aprovados por auditores (HENDRIKSEN e BREDA, 1999, p. 47).

Embora tenham ocorrido diversas manifestações contrárias à existência da lei, houve, a partir deste momento, o surgimento de organizações de contadores, surgindo assim os primeiros órgãos de registros e controle dos profissionais de contabilidade. Este é um marco importante, pois estabelece também um rompimento

com a forma rústica da prática da contabilidade que marcou a época anterior. O surgimento de especialistas demarca ao mesmo tempo a emergência de uma cultura distinta, característica do mundo moderno, em que a atividade cotidiana passa a ser medida pelo grau de conhecimento adquirido através da cultura letrada. Da mesma forma, o que vemos acima através da Lei das Companhia em 1844, é o exercício de uma profissão que garante aquilo que Weber chamou de racionalização das relações sociais. Agora, a produção, a compra e a venda, elemento central que está nas bases da sociedade capitalista, ganha um aliado poderoso, o profissional da contabilidade. Com a profissionalização da contabilidade e o desenvolvimento de especialistas que passam a praticá-la, agora como profissão, os produtores e os comerciantes ganham auxiliares que conseguem *a priori* determinar com precisão os balanços e controle internos de seu patrimônio.

Em termos históricos podemos ainda evidenciar alguns detalhes num breve relato sobre a contabilidade o qual destaca:

Em primeiro lugar, a contabilidade não é uma novidade no mundo dos negócios. Há registros de milhares de anos. Em segundo lugar, contabilidade não é o mesmo que contabilidade pública. Praticamente todo seu desenvolvimento inicial esteve relacionado às necessidades de informações de administradores, e não investidores. Em terceiro lugar, a contabilidade não é uma criação de homens brancos, anglo-saxões e protestantes. Seu desenvolvimento dependeu, de maneira crucial, de eventos ocorridos na África, na Índia, (...) e em outros lugares. [...]. Em quarto lugar, a contabilidade é o produto de uma colaboração intelectual extraordinária entre judeus, cristãos e muçulmanos; é um empreendimento verdadeiramente multicultural. Em quinto lugar, o desenvolvimento da contabilidade foi estimulado por avanços tecnológicos pelo menos tão dramáticos quanto os que observamos em nosso tempo (HENDRIKSEN e BREDA, 1999, p. 49).

Nesse resumo é possível compreender a importância da contabilidade desde a sua origem e como um elo entre os povos. Ao mesmo tempo demonstra que está integrada às práticas religiosas. É, na verdade, o resultado da colaboração entre religiões distintas. Talvez fosse até coerente dizer que a contabilidade é a soma de perspectivas distintas das diversas expressões religiosas.

Como a maioria das profissões, o contador tem seu código de ética profissional, que oportunamente trataremos nos capítulos seguintes, e sua profissão possui alguns símbolos com seus significados.

2.2- Símbolos da contabilidade

Souza e Gaertner (2016, p.107) afirmam que a contabilidade surgiu diante da necessidade de registrar atos de comércio pelos povos antigos, há cerca de 2000 a.C. Destaca ainda, que um dos pontos cruciais para o desenvolvimento da contabilidade é justamente a evolução da humanidade e suas necessidades de trocas, que foram se tornando cada vez mais complexas. Com a emergência da sociedade capitalista, pautada inicialmente no que Marx (1981) denominou de capitalismo comercial, vemos aí já os primórdios do que posteriormente viria a predominar, ou seja, um capitalismo fundado na produção industrial. A contabilidade assume uma complexidade e aprofundamento neste período que jamais foi visto em épocas anteriores. Basta observar que começa a ser praticada conforme códigos definidos e sistematizados. Ao mesmo tempo que há a delimitação de códigos, a prática e a profissão, criou símbolos para que se distinguisse como campo e subesfera da ciência.

Com objetivo de compreender melhor esta profissão faremos uma exposição de seus símbolos e como estes surgiram, qual sua representatividade no campo da mitologia. Para Arruda (*apud* RAMOS e SILVA, 2014, p. 160) “a mitologia são lendas de aventuras dos deuses e dos heróis que são contadas e as chamamos de mitos. Observa ainda que a mitologia tem certa ligação com a religião”. A contabilidade, assim como as demais subesferas da ciência, não está livre ou desassociada de crenças mitológicas. O exemplo disso está nos símbolos que a representa.

A maior simbologia da ciência contábil é o Caduceu, que é reconhecido como símbolo do deus grego Mercúrio.

Mercúrio tinha como característica as asas no capacete e algumas vezes nos pés, que lhe trazia agilidade, leveza na execução das ordens que lhe era dada. Com bastão mágico sempre em mãos, chamado de Caduceu, era o que o auxiliava no poder de adivinhação e proteção em suas missões divinas. Com isso, este, tornou-se símbolo de tudo que ele protegia como é o caso do comércio (RAMOS e SILVA, 2014, p. 161).

Assim como apresenta em sua origem, a profissão contábil está diretamente ligada aos atos de comércio. Esta é a razão pela qual o símbolo da contabilidade está ligado a Mercúrio. Ser rápido e ágil é um elemento fundamental e exigido nas

práticas comerciais. É isso que demanda e determina o sucesso de um comerciante. Ser rápido é o mesmo que conseguir atender as demandas, logo, é sinônimo de aumento de recursos financeiros e bons negócios. Assim, o Caduceu expressa a mitologia grega, mas é expressão atualizada da profissão contábil, e enquanto tal, é agora carregada, assim como Mercúrio, da obrigação de rapidez e agilidade. É a expressão da profissão auxiliar do poder de proteção das práticas comerciais. Portanto, justifica-se ter o seu símbolo maior de representatividade ligado ao deus do comércio.

Há ainda uma versão que coloca o caduceu como símbolo da indústria e a contabilidade. Com esta assertiva é notório também a mudança de concepção ligada ao desenvolvimento do capitalismo, ou seja, como citamos anteriormente, Marx (1981) observa que inicialmente o capitalismo se apresenta como capital comercial, mas que posteriormente este é dominado pelo capital industrial. Daí, talvez, explicasse esta simbologia e concepção que liga o caduceu à indústria. Vejamos com mais detalhes sobre esta concepção.

Em Portugal (século XVIII), quando se iniciou o ensino da contabilidade, em escolas onde se formavam os contadores que vinham para o Brasil, o processo didático denominava-se “Aulas de Comércio”. [...] Essa poderosa associação de “Aulas de Comércio”, “Escolas Técnicas de Comércio”, “Escrita Mercantil”, “Livros Comerciais” (expressões do Direito), justifica a adoção de Mercúrio, como evocação representativa, e do caduceu representante simbólico desse mesmo Deus como símbolos da contabilidade. O caduceu todavia, por muito tempo, também simbolizou a indústria, e foi representado por um ramo de oliveira ou de loureiro no qual se enrolavam duas serpentes (CRC/BA, *apud* RAMOS e SILVA, 2014, p. 161).

Como se observa há o entrelace da contabilidade aos atos de comércio em seus ramos (comércio e indústria). Surgem outros elementos (símbolos) que compõem o caduceu e aos quais foram justificados seus significados na profissão contábil.

2.3 – Sobre o Caduceu

Segundo Souza e Gaertner (2016, p. 111) historicamente observa-se que a contabilidade é uma ciência que se mostrou importante durante milênios, tendo como símbolo protetor Mercúrio.

Aos poucos, às simbologias das profissões foram sendo inseridas significativas personagens mitológicas da Antiguidade, de tal forma que a representatividade de seus heróis tornou-se algo distinto para determinadas profissões, a exemplo da Contabilidade, e seus símbolos — o anel, caracterizado pelo Caduceu, a Tábua das Leis, a pedra rosada e os brilhantes (SOUZA e GAERTNER, 2016, p. 110).

Para Ramos e Silva (2014, p. 159) o caduceu pode ser considerado como patrimônio cultural da contabilidade face a uma história que entrelaça com a relevância da profissão contábil. Cada item que o compõe traz consigo um significado que exprime a qualidade de um bom profissional contábil comprometido principalmente com as questões éticas. Aqui já vemos caracterizar a profissão e seus símbolos como representação de uma ética determinada, a ética contábil.

A imagem abaixo é a simbologia maior da contabilidade que até aqui temos falado, o mitológico Caduceu. Podemos ver com detalhes a composição deste símbolo e nas indicações colocadas em formas de palavras ao lado o que representa cada um. Na verdade, o Caduceu é a junção de várias coisas, que são unidas para formar apenas uma.



Fonte: CRJRJ

Os símbolos que compõem o caduceu são: asas, elmo, bastão e duas serpentes. Cada símbolo traz consigo um significado que está relacionado com as características do que se espera de um profissional contábil.

De uma forma bem sintetizada Vaini (*apud* Souza e Gaertner 2016) diz que "os romanos utilizaram o caduceu como símbolo de equilíbrio moral e da boa conduta; o bastão expressa o poder, as duas serpentes, a sabedoria, as asas, a diligência, o elmo é emblemático de pensamentos elevados".

Para Souza e Gaertner (2016, p. 111) "a sua exata simetria e a bilateralidade das asas e das serpentes, expressam a visão de equilíbrio ativo, ao mesmo tempo em que retratam forças adversas". Esses elementos podem ser relacionados com comportamentos éticos na profissão, haja vista que o contador terá na maioria das vezes, de observar o que é ético, ao passo que precisa atender o seu cliente/empregador em seus anseios.

Podemos observar a questão da simetria e bilateralidade também na própria construção dos demonstrativos contábeis, vide o balanço patrimonial cuja apresentação compõe-se de ativo e passivo, que expressam a igualdade de um lado para com o outro, representam o equilíbrio, de um lado, as origens dos recursos, e, de outro as aplicações.

O bastão como símbolo do poder pode ser compreendido como aquele que detém o conhecimento, de prestar a melhor informação aos usuários da contabilidade. Embora, desde sua origem, a contabilidade tenha como objetivo prestar informações aos seus usuários (contratantes), atualmente tornou-se fundamental que se expresse de forma precisa as informações retiradas dos demonstrativos contábeis, cujos usuários não são mais apenas os contratantes e sim toda uma sociedade ávida por informações que possam contribuir na orientação de seus negócios.

Na busca por estratificar as representações simbólicas e relacioná-las com os dias atuais, vemos as serpentes como símbolo de sabedoria. O saber contábil é mister para o desempenho com êxito daquele que dispõe a enveredar-se na profissão, deve ter a capacidade de elaborar relatórios cada vez mais simples, porém, com uma eficiência e eficácia ao transmitir suas informações aos usuários da contabilidade.

Ainda utilizando-se da pesquisa de Vaini (2012), as asas que representam a diligência, em seu sentido amplo, significa ter interesse e cuidado naquilo que faz, condições essenciais para o desempenho da profissão contábil. O elmo representa pensamentos elevados que fecha com a honradez da profissão, descreve aquele que é capaz de atender com diligência, zelo, sigilo e ainda tem o reconhecimento

pela descrição com que faz, e desempenha nesta atividade, de expressar para toda uma sociedade os demonstrativos contábeis. O profissional da contabilidade não se conduz apenas pelo Caduceu. Há ainda outras simbologias que delimitam o seu campo profissional, este é o caso do anel que também está envolvido com expressões mitológicas.

2.4– O anel

Como um símbolo que possa representar a profissão, o anel tem em seu formato o conjunto dos símbolos interligados à mitologia de forma que expresse os significados do profissional que fará jus a este grau.

O anel do Contabilista apresenta, de um lado, o caduceu de Mercúrio, que indica a insígnia do deus do Comércio, com o entalhe de um bastão que representa o poder; com duas serpentes trançadas, simbolizando a sabedoria, (isto é, o quanto se deve estudar antes de agir, para escolher o caminho correto e ao mesmo tempo, o mais vantajoso para o cliente); mostrando também o capacete com duas asas que representam atividade e diligência, dedicação e cuidado ao exercer a profissão. Do outro lado, as Tábuas da Lei, com a legenda "Lex", em platina ou ouro branco (SOUZA e GAERTNER, 2016, p. 110/111).

Com mais este símbolo, que pode ser carregado pelo profissional no seu dia a dia e ser estampado para seus contratantes, o contabilista reforça o seu campo de atuação como profissional. Com esse símbolo se distingue de outras profissões. Demonstra habilidades que podem convencer outros a pagarem pelo seu trabalho. Ao mesmo tempo, esses símbolos exigem do contabilista uma determinada atitude e comportamento. Ser contabilista agora, não só deve estampar os seus símbolos, como também se apresentar enquanto tal. E se apresentar enquanto tal é demonstrar em seu comportamento aquilo que sistematicamente está descrito nas simbologias que carrega.

No anel do profissional contábil, além do caduceu, cujos significados já apresentam a correlação da mitologia com a contabilidade no tópico anterior, eis que surge mais outro símbolo, “as tábuas da Lei”. As pedras preciosas, o metal em que é forjada a peça tem seus significados.

É de se destacar que todos os componentes formam um conjunto significativo, ou seja, são simbólicos. As interpretações dos símbolos variam, mas ao se tornarem conhecidas e serem admitidos acabam por prevalecer. Suas bases estão na tradição, nos costumes, e não em fundamentos de dever ou obrigação. Símbolos não são normas obrigatórias, mas são sim, elementos integrantes de um complexo interpretativo social do ser humano (SOUZA e GAERTNER, 2016, p. 111).

É preciso considerar, no entanto, que os símbolos são concretizados nas atitudes e ações dos indivíduos. Bourdieu (1998) já havia percebido isso quando discutiu o poder simbólico. Ou seja, o símbolo também é e pode ser a representação do poder. No caso do contabilista, os seus símbolos não são meros ordenamentos, eles funcionam também como catalizadores de comportamentos. Eles manifestam ao mesmo tempo uma insígnia que leva o indivíduo da profissão a lembrar que enquanto tal é preciso atuar conforme está em sua cartilha da profissão, ou seja, é preciso ser ético.

2.5– As tábuas da lei

Este símbolo, “as tábuas da lei”, além de remeter aos primórdios da civilização, onde eram cunhadas em tábuas as normas que deveriam ser seguidas, enfatiza o compromisso do profissional contábil com a norma legal, com o fazer responsável, sob pena de ser punido conforme prescrito em seu código de ética.

As Tábuas da Lei trazem os conceitos de mandamentos ou normas de convivência dos homens, fundamentados na lei de Deus, entregue a Moisés. No anel, ela se insere em um dos lados sob forma clássica de um retângulo, encimado por um semicírculo colocado no meio da horizontal superior da figura, sobre pequenas linhas horizontais, sugerindo a escrita das normas ali gravadas (SOUZA e GAERTNER, 2016, p. 113).

As tábuas da lei, assim como as demais simbologias da contabilidade, reforça o fazer contábil; reforça a atitude e comportamento daqueles que integram tal ciência; delimita o campo de atuação assim como caracteriza e elabora hábitos e desenvolve costumes. Em síntese, as tábuas da lei garantem que sejam dados os primeiros passos na forma de escrita da ética contábil. Ali já se apresenta as normas

que regulamentam a profissão e das quais o profissional deve ficar atento e assimilar, praticar.

Para Souza e Gaertner (2016) “a profissão contábil está diretamente ligada às normas do direito, no que diz respeito à escrita de demonstração, de informação e ao regime legal”. Ao estabelecer a tábua de lei como símbolo, faz um alerta ao profissional contábil de forma contínua à sua ligação com os preceitos e normas legais bem como o compromisso em obedecer seu código de ética.

Isso significa que a ciência contábil não se estabelece enquanto tal desassociada do campo jurídico. Inclusive, a forma de garantir que as normas e regras que desenvolve sejam garantidas, respeitadas, depende da atuação do direito enquanto meio regulamentador das relações sociais. Há também a dependência da atuação do Estado como mantenedor da ordem estabelecida sob o regime do capitalismo. A contabilidade integra essa totalidade estabelecida pelo modo de produção capitalista como mais uma ciência a lhe favorecer o desenvolvimento. E daí o papel distintivo do profissional da contabilidade. Neste rol de simbologias destacamos ainda as pedras preciosas.

2.6– As pedras preciosas

As pedras preciosas normalmente estão cunhadas nos anéis de todas as profissões, não apenas naquelas produzidas para representar a ciência contábil. A pedra que representa o símbolo da contabilidade é cor-de-rosa forte, que se assemelha ao rubi, que expressa o símbolo do direito. Esta é fixada na parte superior do anel, circundada de brilhantes que remete ao valor cultural. Para Souza e Gaertner (2016) “esta simbologia é tão antiga, quanto o próprio homem, pois, quando sem conhecimento, é comparado com a pedra bruta, enquanto que, depois de receber a luz da sabedoria, de ser instruído, torna-se uma pedra polida”.

Assim, as pedras preciosas, além do papel de adornar o anel como um símbolo de significados para profissão, também relaciona pela cor com o direito, e o seu valor enfatiza o grau de sabedoria e conhecimento que traz consigo aquele que faz jus ao seu uso.

A contabilidade, com sua historicidade distintiva que percorre a história da humanidade, teve sua estruturação reconhecida por volta do XIV. Ao iniciarmos este

capítulo tínhamos a pretensão de apresentar a história da contabilidade, seu surgimento e sua importância no desenvolvimento das civilizações. Além disso, propomos buscar a identificação dos símbolos, suas mitologias e os significados que representam perante o profissional da contabilidade. Nesta parte seguinte, aprofundaremos na abordagem sobre a questão fundamental que dá à contabilidade, a distinção de ser uma ciência diferente das demais, estamos nos referindo ao seu código de ética.

2.7 – Código de ética do profissional contábil

Como fora proposto inicialmente, a discussão central recairia sobre o código de ética do profissional contábil. Assim, tentaremos aqui abordar os principais conceitos firmados pelo Conselho Federal de Contabilidade, órgão regulamentador que tem dentre suas prerrogativas a normatização e a fiscalização do exercício da profissão. Esta discussão é essencial para a análise sobre a ética. A questão é que ser ético para o contabilista é estar atento e praticar aquilo que aprendeu, é atuar conforme está descrito nos princípios da própria ciência.

Para tanto, faz-se necessário retomar um pouco da origem da profissão contábil no Brasil, sua evolução ao longo dos séculos até os dias atuais, quando surgiu a regulamentação e o código de ética vigente. Além do mais, buscaremos um paralelo com os conceitos de ética já enfatizados no capítulo anterior e que serão aprofundados na discussão sobre a influência da ética cristã na profissão.

Uma vez já delimitado que a ética é a concretização de vontades, ideias e pensamentos em ações, relações e atos juntamente como uma reflexão crítica da universalidade dos mesmos (atos e ações), partimos agora para o aspecto profissional, uma vez que todos os ramos possuem em suas atividades uma carga de responsabilidade na esfera social.

2.7.1 - Aspecto conceitual da profissão

A expressão profissão deriva-se da palavra *profesione* no latim e faz referência ao ato ou efeito de professar. Entende-se que é uma espécie de confissão pública de algo, seja opinião, modo de pensar, de agir, um entendimento de um ramo ou atividade, uma formação, ou qualquer tipo de crença (TARGINO, 2000). No

que diz respeito à palavra profissão entende-se que é uma atividade desenvolvida de maneira pessoal, estável, rentável e honrada, visando benefício próprio e de terceiros.

Originalmente, na ideia de profissão estão compreendidos vários pressupostos, a saber pessoa qualificada, tempo de aprendizagem, exames para o reconhecimento de habilidades e capacidades, juramento do grau, remuneração e livre-arbítrio na opção pelas soluções. Modernamente, há uma superposição dos conceitos que identificam atividades profissionais e ofícios diversos, sendo que todo trabalho contínuo e remunerado ficou englobado pela ideia de profissão. Os usos e costumes no palavreado dominante dos últimos decênios confundirão a ideia de profissão, ofício e atividade (CHAGAS, 2008, p. 83-84).

Distinguindo e diferenciando tais palavras temos que, conforme o Dicionário Aurélio, a profissão é a capacitação que um indivíduo especializado apresenta para exercer um trabalho ou atividade na sociedade; o ofício faz menção à função que desempenha e a atividade é a rotina de serviço (AURELIO, 2018).

De acordo com Sá (2010), a palavra profissão deriva da expressão latina *professione* que quer dizer “ação de fazer profissão” e diz ainda que: “o conceito de profissão, na atualidade, aquele que é aceito, representa: trabalho que se pratica com habitualidade a serviço de terceiros, ou seja, prática constante de um ofício”(SÁ, 2010, p.147).

Segundo o mesmo autor a profissão vai muito além do aspecto individual, pois proporciona interações sociais e morais. Ele menciona os pensamentos de Cuvillier no intuito de embasar sua afirmação:

1. É pela profissão que o indivíduo se destaca e se realiza plenamente, provando sua capacidade, habilidade, sabedoria e inteligência, comprovando sua personalidade para vencer obstáculos.
2. Através do exercício profissional, consegue o homem elevar seu nível moral.
3. É na profissão que o homem pode ser útil à sua comunidade e nela se eleva e destaca, na prática dessa solidariedade orgânica (SÁ, 2001, p. 129).

O exercício profissional implica automaticamente a apresentação e efetivação de uma postura que busque harmonizar a relação das partes envolvidas. A prática profissional cria uma relação entre necessidade e utilidade no âmbito

humano, que exige uma conduta específica para a harmonia das partes envolvidas, quer seja dos indivíduos diretamente ligados ao trabalho, do grupo em que tal relação se insere ou de toda a sociedade (CORRÊA; FERREIRA, 2005).

De acordo com Dinis, e baseado nos ensinamentos de Parsons (2001, p. 19), “[...] o profissional é um especialista técnico em virtude do seu domínio tanto da tradição, quanto das habilidades necessárias à sua aplicação.” Ainda baseado nas teorias de Parsons, Dubar (2005) afirma que o significado de profissão tem relação direta com a ligação que se estabelece entre profissional e cliente. Desta forma, diante do fato de haver uma parte com habilidades e capacitação técnica, há outra (cliente) que cria uma relação de dependência já que necessita de tais conhecimentos para atender suas necessidades.

Isso somente ressalta a característica utilitária da profissão que além de ser vantajosa ao próprio profissional proporcionando realização em várias áreas (pessoal, financeira, profissional) ainda proporciona em contra partida a satisfação do cliente com a satisfação de suas necessidades. E segundo Dubar (2005, p. 130), “a institucionalização dos papéis em profissão resulta, pois, em primeiro lugar, segundo Parsons, de um equilíbrio das motivações entre a necessidade que o cliente tem do profissional e a necessidade que este tem de ter clientes”.

Para Freidson (1998) e Bonelli (2002) as profissões possuem algumas características que as distinguem das demais ocupações, quais sejam: evolução mediante certificação dada por uma educação formal e quanto à sua atuação que ocorre em grupos com conhecimentos e interesses compartilhados. A profissão também apresenta a superação de ações mediadas pela subjetividade. A profissão pressupõe o profissional, que por sua vez pressupõe regras e normas as quais devem seguir. A profissão pressupõe também uma habilidade com alto grau de conhecimento e aprofundamento em uma determinada área do conhecimento. Por fim, a profissão pressupõe uma ética que delinea e interfere na atitude do indivíduo que se apresenta enquanto tal. Ou seja, se considero ser um profissional de uma determinada área, esta simples propositura me leva a agir enquanto tal, apresentando-me enquanto tal e finalmente, me faz empreender no meu cotidiano relações que tomam agora a referência de ser efetivada através dos códigos que estão nos princípios da ética que agora defendo. Neste contexto, qual seria então os elementos distintivos do profissional da contabilidade?

2.7.2 - O profissional contábil

O profissional da contabilidade, assim como os demais profissionais de outras subesferas da ciência, comungam de referenciais normativos que interferem e constroem a sua forma de ser. Ser um contabilista não basta dizer que é contabilista, exige critérios, exigem determinados conhecimentos e habilidades específicas. De acordo com Sá (2000, p. 130):

A profissão contábil consiste em um trabalho exercido habitualmente nas células sociais, com o objetivo de prestar informações e orientações baseadas na explicação dos fenômenos patrimoniais, ensejando o cumprimento de deveres sociais, legais, econômicos, tais como a tomada de decisão administrativa, além de servir de instrumentação histórica da vida, da riqueza.

O ramo da contabilidade é uma ciência social uma vez que lida e atua diretamente com o patrimônio e riquezas das pessoas (MARION, 2006). “A contabilidade é uma ciência que permite, através de suas técnicas, manter um controle permanente do Patrimônio da empresa” (RIBEIRO, 1999, p. 14).

Além de tal controle oferecido pela contabilidade, esta ainda permite uma análise e fornecimento de informações que influenciam a tomada de decisões, pois é capaz de interpretar variações, composições e resultados dos fatos econômicos ocorridos em uma entidade (SANTOS, 2014).

O objetivo principal da contabilidade (e dos relatórios dela emanados) é fornecer informação econômica, física de produtividade e social relevante para que cada usuário possa tomar decisões e realizar seus julgamentos com segurança. Isto exige um conhecimento de modelo decisório do usuário e, de forma mais simples, é preciso perguntar ao mesmo, pelo menos, qual a informação que julga relevante ou as metas que deseja maximizar, a fim de delinear o conjunto de informações pertinentes. Embora um conjunto básico de informações financeiras consubstanciadas nos relatórios periódicos principais deva satisfazer às necessidades básicas de um bom número de usuários, a contabilidade ainda deve ter flexibilidade para fornecer conjuntos diferenciados para usuários ou decisões especiais. Isto deveria ser possível sem introduzir traumas no sistema (IUDÍCIBUS, 2010, p. 14).

A tomada de decisão não é uma tarefa fácil quando esta demonstra probabilidades para não ser concretizada. Contudo, há princípios racionais que torna possível que seja efetivada com sucesso, diminuindo quase a zero a porcentagem

probabilística de dar errado. A contabilidade é esta forma racional que garante a tomada de decisão de uma forma que possibilite o sucesso, que garanta a sua efetivação com uma margem mínima de erro. É por isso que sistematizar os objetivos desejados pelo usuário da contabilidade é um passo importante. Não é possível atingir tal objetivo se não traço o caminho e tenho clareza da meta a ser atingida. E posso fazer isso utilizando-se de cálculos e reflexões precisas, as quais podem garantir, como uma pequena margem de erro, que possa ser atingida.

Desta forma, a contabilidade torna-se um instrumento essencial para a administração de uma empresa e sua tomada de decisões, pois ela coleta dados, transforma-os em informações úteis e abre um leque de possibilidades ao gestor (MARION, 2006). E para o gestor, proprietário de uma empresa ou para qualquer contratante, a contabilidade transforma-se em uma prática a ser efetivada no cotidiano de suas ações que visam atingir a um determinado objetivo. Se o meu objetivo é, por exemplo, o lucro com a produção de sapatos, a contabilidade pode me proporcionar a garantia de atingir aquele objetivo. Para isso é que apresenta em sua categoria a necessidade de elaborar de forma sistemática os passos a seguir em suas decisões.

O profissional contábil é, nesse sentido, aquele prestador de serviços responsável pelo fornecimento de informações úteis à auxiliar os gestores / administradores à tomada de decisões futuras. Para Fortes (2002, p. 108):

Os contabilistas, como classe profissional, caracterizam-se pela natureza e homogeneidade do trabalho executado, pelo tipo e características do conhecimento, habilidades técnicas e habilitação legal exigidos para o seu exercício da atividade contábil. Portanto, os profissionais da contabilidade representam um grupo específico com especialização no conhecimento de sua área, sendo uma força viva na sociedade, vinculada a uma grande responsabilidade econômica e social, sobretudo na mensuração, controle e gestão do patrimônio das pessoas e entidades.

Diante, então, da responsabilidade social intrínseca à profissão contábil, já que estuda, analisa, interpreta e controla as operações que envolvem patrimônios de terceiros, é necessário que tal postura seja regida por um regramento ético e moral. Se consideramos que a propriedade privada é elevada a um grau máximo de valoração, podendo ser considerada como um elemento sagrado, intocável, diante desta o contador não poderia agir de outra maneira, senão, relacionando-se com a

mesma segundo critérios previamente definidos. Nesse sentido, serei ético se não cobiçar a propriedade alheia; serei ético se contribuir com a manutenção da propriedade do outro; e no sentido contrário serei antiético se desejar a propriedade alheia ou mesmo apresentar perigo para a mesma.

Segundo Carvalho (1999, p. 8), no que diz respeito ao papel do profissional contábil como agente auxiliador na administração das empresas e no que diz respeito ao seu papel social com o advento da globalização, afirma que “chegamos à conclusão de que o profissional que só conhece a contabilidade, e não enxerga o mundo à sua volta, está morto”. É nesse sentido que enfatizamos a questão da propriedade ou ainda, do ponto de vista da contabilidade, o patrimônio. Este é parte integrante e essencial da vida moderna. O profissional da contabilidade deve ter clareza de que é diante deste fenômeno que abrange a totalidade da vida social que atuará. Por isso a importância da ética em sua profissão.

Essa necessidade, de um trabalho mais amplo por parte do contador, já é percebida por vários autores. Silva (2002, p. 6) enfatiza que

O profissional da área contábil deve ser muito mais que um simples contador, deve necessariamente ser um gerenciador de informações, que possua uma visão global do mundo e que converta as informações contábeis de que dispõe em benefícios à organização.

Tal profissional deve estar atento às atualizações e mudanças no mercado, buscando estar informado e não se acomodando com os conhecimentos já adquiridos. Deve buscar formação continuada que o torne apto a ser mais que um “escriva” ou “guarda-livros” (IUDÍCIBUS, 2006, p. 41), mas alguém preparado para os novos desafios que a profissão lhe impõe. Segundo Marion (2003, pp.33-34),

O contador deve estar no centro e na liderança deste processo, pois, do contrário, seu lugar vai ser ocupado por outro profissional. Deve saber comunicar-se com as outras áreas da empresa. Para tanto, não pode ficar com os conhecimentos restritos aos temas contábeis e fiscais. O contador deve também ter formação cultural acima da média, inteirando-se do que acontece ao seu redor, na sua comunidade, no seu Estado, no seu país e no mundo. Deve ter um comportamento ético-profissional inquestionável, participar de eventos destinados à sua permanente atualização profissional e estar consciente de sua responsabilidade social e profissional.

Ultrapassar a própria área de atuação é indispensável, uma vez que o contador não se relaciona somente com indivíduos da sua própria área de atuação. Isso significa que os códigos que são desenvolvidos e reconhecidos em sua profissão podem e na maioria dos casos não são reconhecidos por profissionais de outras áreas. Nesse sentido, a ética para este profissional ultrapassa o seu campo de atuação e exige que busque pelo reconhecimento de que, enquanto profissional, exigirá agir e se comportar de uma forma determinada para que a sua forma especializada de agir não cause estranhamento a outros. Por outro lado, que a sua atuação não crie insegurança e desconfiança, e para isso é que deve colocar a ética contábil acima de qualquer outra coisa.

2.7.3 - A ética profissional contábil

Unificando, então, os dois conceitos (profissão e ética) têm-se que ética profissional equivale às regras que orientam o exercício de qualquer atividade. Para Masiero (2007, p. 455):

Ética profissional reúne um conjunto de normas de conduta, exigido no exercício de qualquer atividade econômica. No papel de 'reguladora' da ação, a ética age no desempenho das profissões, levando a respeitar os semelhantes, no exercício de suas carreiras. A ética envolve o relacionamento de profissionais, a fim de resgatar a dignidade humana e a construção do bem comum.

A categorização harmônica das relações emergentes da atuação contábil torna-se assim o objetivo da ética contábil. Superar ou evitar o conflito para que o objetivo seja atingido é fundamental, senão, indispensável. É nesse sentido que as reflexões de Masiero (2007) ressaltam o aspecto da dignidade humana e a construção do bem comum. Estas não podem ser concretizadas se não há um princípio norteador das ações individuais e coletivas. A harmonia entre os indivíduos pode, e geralmente é, estabelecida através do imaginário sobre a ética.

Na concepção de Camargo (2008, pp. 31-32) para a realização da "ética profissional e a aplicação da ética geral no campo das atividades profissionais, a pessoa tem que estar imbuída de certos princípios do ser humano para vivê-los nas suas atividades do trabalho". Para que o profissional conduza seu trabalho com

eficiência, eficácia e efetividade é necessário ter responsabilidade individual perante o seu grupo.

Deve-se considerar o grupo em detrimento da parte, nunca desmerecendo o individual, mas sim valorizando o crescimento do coletivo. E essas ações devem ser concebidas como éticas conscientes, não apenas no que diz respeito ao outro, mas também como pano de fundo indispensável para a agregação de valor e diferencial na atuação do profissional e/ou empresa.

Hoje, mais do que nunca, a atitude dos profissionais em relação às questões éticas pode ser a diferença entre o seu sucesso e o seu fracasso. Basta um deslize, uma escorregadela, e pronto. A imagem do profissional ganha, no mercado, a mancha vermelha da desconfiança (JACOMINO, 2000, p. 28).

Sabemos que a cada dia que passa ser profissional em uma determinada área exige-se muitos esforços, muitas leituras e também uma determinada experiência prática. Isso, no entanto, não basta para que um indivíduo consiga delimitar uma área e ser reconhecido. O seu reconhecimento perpassa, como ressalta Jacomino (2000), especialmente pelo seu comprometimento ético. Podemos até dizer que hoje um contabilista não se torna contabilista dominando apenas os aspectos e habilidades específicas de sua área, mas se torna contabilista dominando a ética da profissão, e isso vai além de sua própria habilidade específica e profissional. Por isso que basta um deslize para ver a sua imagem ser manchada.

Oliveira (2012) e Chauí (2011) concorrem no entendimento de que a prática da ética profissional é uma espécie de Ética Normativa pois além de requerer-se por parte da sociedade uma capacitação técnica ele ainda tem o papel de promover recomendações. “O contador deve manter um comportamento social adequado às exigências que lhe faz a sociedade. Não basta, assim, a preparação técnica, por melhor que ela seja. É preciso encontrar uma finalidade social superior nos serviços que executa” (LISBOA, 1997, p. 61).

A profissão do contabilista é regida por um conjunto de princípios éticos (LISBOA, 1997), os quais são sua essência e estabelecem as condições para o sucesso em sua carreira. Dias (2014) afirma que a ética deve ser seguida pelo profissional até nos momentos mais críticos, é necessário seguir um conjunto de valores no intuito de ser um profissional correto, justo, íntegro, tomando decisões baseadas na humildade, honestidade e integridade.

Isso significa que ser um profissional da contabilidade não é algo simples. Exige ir além de seu lugar de origem e estabelecer relações que primam por éticas que podem, inclusive, não estarem sistematizadas em suas tábuas normativas, daí o exemplo da questão da honestidade e a integridade, assim como dos elevados valores humanos. “Os princípios éticos e morais são, na verdade, os pilares da construção de um profissional que representa o direito justo, distinguindo-se por seu talento e principalmente por sua moral e não pela aparência” (OLIVEIRA, 2012, p. 50).

Contador é o profissional que lida com a área financeira, econômica e patrimonial. Ele é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis e pelo estudo dos elementos que compõem o patrimônio monetário das companhias. Para o contador, cada número tem seu significado, tudo é importante, pois cada dado que ele avalia traduz a representatividade dos negócios de uma empresa. Com isso, ele recomenda as atitudes a serem tomadas que visem solucionar problemas financeiros. Deve sempre estar atualizado com as leis que regem o patrimônio das pessoas jurídicas (empresas), bem como às datas e prazos das obrigações fiscais e interpretar corretamente os dados coletados, para assim adotar os procedimentos necessários para o crescimento da empresa ou instituição (BRASIL PROFISSÕES, 2016, s/p).

Nesse contexto, o *mister*, que é o profissional contábil, com tamanha responsabilidade pela informação que guiará a gestão dos negócios, poderá afetar sobremaneira a sociedade em que convive. Nesse sentido, torna-se fundamental a existência de um código de ética que irá norteá-lo na condução de sua profissão.

Aguiar (2003) afirma que diante do fato da ética reportar-se à prática humana existe intrínseca à cada profissão uma ética que deveria ser aplicada, ou seja, a ética nesta profissão nasce da “progressiva especialização das atividades humanas”. Considerando estes aspectos mais amplos que delimitam a ética contábil, temos agora clareza de alguns elementos sobre os quais um profissional da contabilidade se referencia. Há ainda um elemento a ser aprofundado e que garante de forma mais segura a efetivação e delimitação da ética contábil. Aqui estamos nos referindo à normatização legal da contabilidade.

2.7.4 – Normatização legal da Contabilidade no Brasil

Segundo Lima e Pinto (2007, p. 17) o marco regulatório da profissão contábil no Brasil é a partir de 1770, “quando Dom José, também rei de Portugal” através de uma “Carta de Lei a todos os domínios lusitanos”, estabelece a obrigatoriedade de registro de “todos os guarda-livros na Junta de Comércio”. Surge-se aí o marco regulatório da profissão contábil neste país, sendo o registro uma obrigatoriedade para que o contador pudesse prestar serviços aos órgãos públicos da época.

A formação propriamente deste profissional, através de uma educação voltada para profissão, só ocorrerá no início do século XIX, tendo como marco o ano de “1809 com a criação da Aula de Comércio que fora efetivamente implantada um ano depois”. Somente

Em 1870 acontece a primeira regulamentação da profissão contábil no Brasil, por meio do decreto imperial nº 475. É reconhecida oficialmente a Associação dos Guarda-livros da Corte, considerada como a primeira profissão liberal regulamentada no país (LIMA e PINTO, 2007, p. 18).

Embora houvesse o reconhecimento deste profissional e suas multitarefas, além da capacidade de relacionar as diversas áreas de conhecimento, o ensino em si praticamente não avançou, quando se compara com o avanço da sociedade brasileira no final do século XIX e início do século XX, inclusive com a proclamação da república e surgimento de uma nova ordem no país. Se considerarmos que a expressão e grau de desenvolvimento da contabilidade está intimamente relacionada ao contexto que integra, isso fica claro. É notório que as práticas mercantis no Brasil regularizada por um Estado também racional só se deu de forma mais aprofundada e desenvolvida a partir da promulgação da República em 1889. A partir daí há um salto da regulamentação racionalizada da sociedade brasileira, logo, um campo fértil e livre para o avanço da contabilidade.

Para Lima e Pinto (2007, p. 18), o início do século XX destaca-se com grande importância para a classe contábil, pelo surgimento da “Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado”, a qual tem seu diploma reconhecido pelo decreto federal n.º 1339/05, com a inauguração do curso geral e outro superior. Destaca-se ainda a fundação dos institutos e associações de contadores principalmente nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

Ainda, de acordo com Lima e Pinto (2007, p. 19), a fundação do “Conselho Perpétuo” que viera a tornar-se o embrião para instituição dos conselhos regionais e

federal de contabilidade, existentes atualmente, contribuiu significativamente para o desenvolvimento da profissão contábil.

Nos anos seguintes, mais precisamente nas décadas de 30 e 40, diversos decretos foram instituídos, dando reconhecimento à profissão contábil e instituindo a obtenção do título de guarda-livros/contador, com uma regulamentação inclusive do ensino para este profissional. Entre eles o principal é o decreto n.º 7.938, de 1945, que instituiu o curso superior de ciências contábeis. Um ano mais tarde, em 1946, é sancionada a Lei que institui o Conselho Federal de Contabilidade – CFC, órgão maior de representatividade da classe no país, responsável pela fiscalização e cumprimento do código de ética da profissão contábil.

Uma vez constituído o Conselho Federal de Contabilidade, este demorou algumas décadas para regulamentar o código de ética do profissional contábil, que ocorrera somente em 1970, através da resolução CFC n.º 290. No entanto, tomaremos como referência para nossa pesquisa a resolução CFC n. 803/1996 e demais alterações que ocorreram até a última atualização através da resolução CFC n. 1307/2010. É a partir deste marco que centraremos nossos esforços no sentido de compreender as normativas que regem a profissão e o seu vínculo com a ética do indivíduo.

2.7.5 – O código de ética, resolução CFC n.º 803/96 e alterações posteriores

Embora o código de ética em si tenha sido regulamentado através da resolução CFC n. 290/70, é a partir da sua primeira alteração que faremos uma apresentação deste importante instrumento normatizador da profissão contábil. Com estes códigos, finalmente está dada a sistematização dos parâmetros éticos que regem a profissão do profissional da contabilidade.

O contador possui um código de ética inerente à sua profissão que visa minimizar as condutas que contrariam a postura a ser adotada pelo profissional. Tal código estabelece a diretriz a ser adotada na realização de suas atividades. O artigo primeiro do Código de Ética Profissional do Contador (CEPC) estabelece:

Art 1º “Este Código de Ética Profissional tem por objetivo fixar a forma pela qual se devem conduzir os contabilistas, quando no exercício profissional e nos assuntos relacionados à profissão e à classe”.

O código de ética profissional do contabilista, aprovado na resolução CFC n. 803/96, é composto de quatorze artigos distribuídos em cinco capítulos: do objetivo; dos deveres e proibições; do valor dos serviços profissionais; dos deveres em relação aos colegas e à classe; e, das penalidades. É importante ressaltar que as alterações ocorridas neste instrumento surgiram de uma maior intensificação do relacionamento do profissional da contabilidade com a sociedade, bem como de sugestões colhidas junto aos profissionais que atuavam na época em seus diversos grupos.

Assim, já percebe-se aqui elementos da concepção de ética descritos por Korte (1999), como um objeto de estudo do conhecimento. Assim, a medida em que avançamos encontraremos soluções e adversidades sobre as quais será preciso estabelecer um novo procedimento de conduta. A busca e detenção do conhecimento está devidamente acostada no código de ética profissional do contabilista visto sua necessidade de mudanças e como estas ocorrem.

Segundo Lisboa (2010) o CEPC tem o fim maior de guiar as ações de maneira que estejam em sintonia com os princípios éticos inerentes à profissão, dentre os quais destaca a lealdade, responsabilidade e a preservação de sua imagem. Inicialmente, apresentaremos aqui a parte do art. 2. da resolução CFC n. 803/96:

Art. 2º São deveres do Profissional da Contabilidade:

(Redação alterada pela Resolução CFC nº 1.307/10, de 09/12/2010)

I – exercer a profissão com zelo, diligência, honestidade e capacidade técnica, observada toda a legislação vigente, em especial aos Princípios de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade, e resguardados os interesses de seus clientes e/ou empregadores, sem prejuízo da dignidade e independência profissionais;

(Redação alterada pela Resolução CFC nº 1.307/10, de 09/12/2010)

II – guardar sigilo sobre o que souber em razão do exercício profissional lícito, inclusive no âmbito do serviço público, ressalvados os casos previstos em lei ou quando solicitado por autoridades competentes, entre estas os Conselhos Regionais de Contabilidade;

III – zelar pela sua competência exclusiva na orientação técnica dos serviços a seu cargo;

IV – comunicar, desde logo, ao cliente ou empregador, em documento reservado, eventual circunstância adversa que possa influir na decisão daquele que lhe formular consulta ou lhe confiar trabalho, estendendo-se a obrigação a sócios e executores.

As alterações aqui ocorrida por força da Resolução CFC nº 1.307/10, de 09/12/2010, vem inicialmente adequar a nomenclatura dos termos *caput* do artigo substituindo o termo contabilista por profissional da contabilidade, bem como, no inciso I, acrescentar a necessidade de observância aos princípios de contabilidade e as normas brasileiras de contabilidade. Na resolução anterior 803/96, trazia em seu texto a necessidade de observação das legislações, contudo, não enfatizava as normas contábeis.

Já neste primeiro inciso podemos observar que, embora o contador tenha que resguardar os interesses do seu cliente/empregador, não o pode fazer em prejuízo da sua dignidade e independência profissional. Desta feita, embora a sua concepção ética formada, enquanto indivíduo, seja formatada através da academia ou mesmo da formação religiosa, não poderá ser diminuta para simplesmente atender os anseios de seu cliente/empregador.

No inciso segundo tem assegurado o dever do sigilo profissional de tudo aquilo que lhe é confiado por seu contratante. Há ainda, o dever de zelar pela competência que lhe é exclusiva. Ao contador está assegurado o direito de exercer a profissão e alguma prerrogativa, contudo, é obrigado a manter-se apto para a função.

O inciso quarto, obriga-o a comunicar sempre e de forma reservada ao seu cliente/empregador por fato ou circunstância que venham influir no desempenho de sua atividade.

Em seu código de ética está clara a necessidade de ser um exímio conhecedor da profissão contábil, agir sempre com zelo e discrição com o objetivo de atender os anseios de quem o contrata, assim como, ter a mesma postura de sigilo e avisar que por algum motivo não pode executar determinados trabalhos. Esses deveres são as bases da profissão desde a instituição da resolução CFC n. 803/96.

A resolução CFC n. 1.370/2010 acrescentou mais três incisos no artigo segundo, dos quais destaco o inciso décimo: “cumprir os Programas Obrigatórios de Educação Continuada estabelecidos pelo CFC”. Mesmo que para o exercício da profissão exige-se o melhor conhecimento técnico e que seja capaz no desempenhar da profissão, com o passar do tempo percebeu-se a necessidade de exigir deste profissional a continuidade do aperfeiçoamento, a constante participação em eventos de educação continuada.

Para Silva (2003, p. 10), “a ética é também definida como conjunto de normas adquiridas pelo hábito reiterado de sua prática. O complexo de normas éticas se alicerça em valores, normalmente, designados valores do bem”. Assim, evidencia a necessidade do contador em exercer sua profissão com esmero e sempre observando os preceitos legais que a regulamentam.

Contudo, Sá (*apud* SILVA, 2003, p. 10) enfatiza que a “ética é um estado de espírito que é quase hereditário e vem da formação e do meio social”. Para ele, o convívio em sociedade e a formação dada pelos genitores fará a base da ética no indivíduo. Nesse aspecto, corrobora com nossa hipótese inicial de que o contador com uma formação ética enquanto indivíduo é capaz de tomar as decisões que melhor contribuirá com a sociedade.

O contador que teve uma formação inicial ética não terá dificuldades em cumprir as determinações do seu código de ética profissional, assim como, saberá posicionar-se diante de situações que possam contrariar sua formação. Por outro lado, é preciso reconhecer que o meio social em que vive fará mudanças em sua formação enquanto indivíduo/contador, uma vez que a ética no seu cotidiano não é normatizada e acabada dentro de nós, ela sempre está em constante mudança.

É notório que a ética contábil desenvolve um conjunto de preceitos, regras, normas de condutas, logo, de hábitos e costumes. Mas esta não está só no mundo e não tem a primazia sobre as demais existentes na sociedade. A ética contábil convive com outras éticas profissionais, mas também convive com uma de maior predominância que é a ética cristã. Nesse sentido, no próximo capítulo buscaremos abordar a ética cristã e posteriormente apresentaremos uma análise sobre como esta interfere na formação do indivíduo. Esta discussão é necessária tendo em vista o objetivo ao qual propomos no início, qual seja, o de analisar a relação entre a ética contábil e a ética cristã. Com isso esperamos apresentar mais elementos que irão embasar as discussões acerca da ética contábil e a influência da ética cristã no mundo do trabalho. Inicialmente discutimos a questão da ética cristã, as contribuições filosóficas para sua compreensão e definições, posteriormente uma abordagem sobre sua importância na sociedade atual.

CAPÍTULO III

ÉTICA CRISTÃ E SUA INFLUÊNCIA NA ÉTICA CONTÁBIL

Após uma estruturação das contribuições filosóficas acerca da ética uma abordagem conceitual sobre religião, e uma análise específica sobre a ética na contabilidade, buscaremos neste capítulo uma conceituação sobre ética cristã. Como apresentamos no capítulo anterior uma discussão sobre a contabilidade, suas simbologias e o código de ética que normatiza a conduta do profissional contábil, a partir deste capítulo faremos uma discussão comparativa da concepção da ética cristã e a ética contábil.

Contudo, antes de realizar esta análise é preciso compreender os conceitos de ética no meio cristão, as mudanças ocorridas com a evolução da sociedade e, como esta propicia a definição de novas normas e hábitos, assim como novos comportamentos e atitudes. Para Iwashita (2014) a fé em Deus, a crença do cristianismo na busca da salvação é a origem da ética cristã. Weber (2004) destaca que a questão da salvação é um elemento distintivo da crença religiosa. Está é a mais poderosa crença que leva os fieis a aderirem a uma determina religião. É desta que emerge, por exemplo, a ética protestante a qual vai com o seu desenvolvimento oferecer importantes elementos de contribuição para o desenvolvimento concomitante de um espírito do capitalismo.

No entanto, para Adriano (2007, p. 10), “a história da ética como disciplina filosófica é mais limitada no tempo do que a história das ideias morais da humanidade”. Assim, concebendo as concepções distintas existentes sobre a ética cristã é que propomos aqui conceitua-la e apresentar suas contribuições e/ou influência na ética contábil.

May (2008) busca conceituar ética a partir das concepções de José Míguez Bonino para os quais, a ética está direcionada a compreender o bem e o mal, o modo de agir do indivíduo e como este se comporta em sociedade. Não somente em suas relações sociais mas também busca esclarecer e orientar como devemos comportar “nas múltiplas dimensões da vida”.

O direcionamento de May (2008) para conceituar ética e por consequência a sua definição de ética cristã é a que mais assemelha às definições de ética assumidas nesta pesquisa. Ao discutirmos o código de ética do profissional contábil,

percebemos o quanto este se modifica diante da evolução da sociedade, sempre com intuito de normatizar novas situações que podem interferir na conduta ética do contador. Assim, a conceituação da ética, partindo dos anseios do indivíduo, e como as questões do bem e do mal vão regular as condutas sociais, justificam as mudanças que ocorrem no código de ética. Tal situação, que anteriormente era considerada uma transgressão ética, ao promover adequações no código, esta poderá ser aceita como uma conduta correta, já que a sociedade atual não recrimina mais tal atitude.

Mas é diante de um novo contexto que a ética contábil agora encontra um campo livre para se desenvolver, que ainda assim se depara com a ética cristã no cotidiano. Esta é distinta daquela no que diz respeito aos seus princípios, logo à sua ética. Vejamos sobre esta segunda de forma mais detidamente.

3.1 – Conceitos éticos na Bíblia

Ao abordar ética cristã é necessário compreender alguns conceitos éticos e morais contido no livro de maior importância aos cristãos, a Bíblia. Ao observarmos o antigo testamento podemos destacar que as mensagens ali contidas são orientações sobre como o homem deve agir e portar em comunidade, e agindo conforme as escrituras este será ético e valoroso perante Deus.

A partir da análise da origem da criação percebe-se uma mensagem que enobrece o indivíduo ao compará-lo ao criador. Segundo está escrito: “Façamos o homem à nossa imagem e semelhança” (Gn 1:26). Esta não é uma simples frase e carrega consigo um conjunto de outras coisas, por exemplo, as causas e consequências de sua assimilação e prática pelos indivíduos. Partindo desta premissa, a ética é elevada as alturas tendo em Deus a sua principal referência. O indivíduo sendo a imagem e semelhança daquele, é colocado em uma situação em ter que refletir que só poderá atingir a salvação após a morte na terra se seguir os passos e caminhos trilhados por Deus. Ser ético, portanto, é fazer aquilo que Deus fez. Fato este que por si só já tornaria o indivíduo um ser ético, de caráter moral. No entanto, embora tenhamos a imagem e semelhança de Deus é necessário tomar atitudes que irão corroborar com uma conduta ética.

Há na Bíblia, principalmente no livro de Êxodo, algumas normas e leis sobre a propriedade, lei contra o falso testemunho. Não estaria aqui uma das mais

elevadas formas de associação entre religião e o estado atual da modernidade, onde a propriedade é tornada sagrada e a lei o mais alto instrumento de julgamento de ações que vão contra os seus princípios? A ética cristã, aqui considerada, ratifica o respeito à propriedade. Criminaliza as falsas acusações e atitudes pautadas na mentira. Se Deus foi fiel e verdadeiro, aos demais seres humanos cabe serem também fieis e verdadeiros. Estas Informações acabam por caracterizar e demonstrar uma conduta moral e por conseguinte ética.

Assim, na sequência dos livros do antigo testamento, Deus vai orientando o indivíduo que se propõe a seguir um caminho moral e ético com o propósito de ser semelhante a Ele. No entanto, essa orientação se dá através de normas como os dez mandamentos e as missões dada aos profetas. Percebe-se aí uma ética centrada na moralidade, a busca do indivíduo em estabelecer-se perante Deus como um homem íntegro e correto.

Para Adriano (2007, p. 16) antes de conceituar ética cristã é preciso compreender o *éthos bíblico*. “É nesse *éthos* que a ética cristã está sistematizada. Não é um *éthos* racionalmente demonstrável. É, isso sim, uma moralidade fundada na obediência à palavra de Deus e sujeita (essa moralidade) à fé”. Nesta perspectiva, a ética cristã já está dada, normatizada e descrita. Cabe aos fieis assimilá-la e exercê-la. Por isso é necessário, antes de tudo, compreender o *éthos* bíblico. É por isso também que a ética cristã pressupõe a leitura bíblica e sua assimilação. A leitura é o caminho e a solução, é também a forma de inculcar as normas cristãs sem que seja necessária uma instituição para fazê-lo, como é uma exigência no campo da contabilidade, cujos princípios e profissão se dá no interior da universidade.

Na perspectiva da ética cristã, o homem continua obediente a uma moralidade centrada na figura do ser supremo, sustentada pela fé. Percebe-se que num momento inicial o *éthos* mencionado por Adriano (2007) está ligado à autoridade legitimadora de Deus e a influência deste sobre as tribos existentes no antigo testamento.

A comunidade primitiva se considerava a comunidade escatológica da salvação, o verdadeiro Israel de Deus (Gl 6,16; Ef 8,12); a comunidade de Deus (At 20, 28; 1Cor 10,32; 11,22; 15,9; Gl 1,13). No campo ético, a comunidade se apresentava como uma comunidade israelita fervorosa (At 2, 42-47; 4, 32-35; 5-12-16) por

isso gozava da simpatia do povo e podia se considerar como o ideal para todo bom israelita (ADRIANO, 2007, p. 18).

Desta maneira, observa-se que a ética cristã está centrada nos costumes baseados nas orientações e na moralidade interpretada do livro sagrado, a Bíblia. Assim, perpassa por todo antigo testamento a concepção de que a ética cristã está calcada nos valores morais de boa convivência da sociedade. E essas boas convivências só podem ser realizadas se seguirem os princípios descritos na Bíblia, o lugar onde a ética cristã se apresenta como o mais sagrado dos valores éticos da humanidade.

De acordo com Adriano (2007, p. 19), “a formação da ética cristã primitiva (exortações e diretrizes apostólicas para a existência cristã) levou em conta as palavras de Jesus e as legitimou e interpretou de acordo com as novas situações da comunidade pós-pascal”. A partir do novo testamento eis que surge uma nova orientação sobre a ética cristã.

A fé e a aceitação da “Palavra de Deus” (representada pela Bíblia) norteiam os indivíduos cristãos a se comportarem de maneira ética na sociedade. É daí, segundo os princípios bíblicos, que emerge a concepção de ética de certo ou errado, verdadeiro ou falso, bom ou mal. A ética cristã constrange o indivíduo a agir de maneira correta pela consciência de que sua fé seria morta sem a realização de obras que condigam com a maneira de ser de Deus, sem mencionar que não existem boas obras sem fé.

A ética cristã também prevê o respeito e obediência à escritura, à Bíblia. A desobediência ao sagrado é algo que merece o castigo. A crença em Deus, no entanto, perpassa ao mesmo tempo na obediência, o que demonstra, conseqüentemente, uma certa hierarquia nas relações entre Deus e a humanidade. É nesse sentido que podemos ver passagens como:

“Somente quem crê obedece”: a fé exige como consequência a obediência (à palavra de Deus). Mas, ao mesmo tempo e dialeticamente, “só quem obedece crê”: a fé só existe na obediência e nutre-se da obediência à palavra de Deus. Jesus chama ao segmento, e o segmento não é somente fé, mas fé e obediência, obediência e fé. (GIBELLINI, 2002, p. 110).

Ser ético na perspectiva cristã, portanto, perpassa pela fé em Deus e que crer nele é o pressuposto de todas as ações. Mas a credulidade considerada na

ética cristã da obediência, como colocou Gibellini (2002), a fé só existe na obediência. Eberhard Bethge publicou em 1949 a obra do teólogo polonês Dietrich Bonhoeffer acerca do conceito de ética cristã que assim diz:

A ética não pode ser uma ética dos princípios ou das normas, que é preciso primeiro formular e fixar para depois aplicar e estender à realidade. O objetivo da ética não é o conhecimento do bem e do mal, baseado em princípios e normas [...] e sim o discernimento da vontade de Deus em vista da ação concreta (GIBELLINI, 2002, p. 110).

Considerada a ética deste ponto de vista, é como se a escritura não representasse letras mortas, códigos frios e inanimados. As letras em si é a representação e o próprio Deus falando, porém, transvestido de tinta e papel. Nesse sentido, as questões normativas, logo, éticas, expressadas na bíblia não podem ser comparadas com as normativas jurídicas, já que aquela tem em Deus a sua representação última e o discernimento de sua vontade é o que guia a ação humana. Já a norma jurídica tem no Estado o seu mais alto teor de representatividade.

Deus como figura superior e sagrada, no entanto, recebe uma segunda derivação que vai percorrer a crença cristã na corporificação e humanidade de Deus, Jesus Cristo. Há vários fatores que nos remetem a uma nova visão da ética cristã a partir de Jesus Cristo, como podemos observar:

- a) A motivação cristológica da ética;
- b) O papel do Espírito como impulso e força liberada da vida moral;
- c) A convicção de que a efusão pentecostal do Espírito se perpetua no ato batismal;
- d) A parênese batismal como fundamento da vida cristã (ADRIANO, 2007, p. 19).

Ante a estas perspectivas, temos agora um Cristo, atuante na sociedade e o seu Espírito passa a ser o credo ético, conforme pontua Adriano (2007). No antigo testamento a moral e a ética preocupavam-se em estar em sintonia com as leis e mandamentos de Deus. A partir do novo testamento, Jesus Cristo assume a representação do credo ético, e suas ações e modo de vida passam a guiar a ética cristã.

Definir a Ética Cristã como a *constituição dinâmica* de uma consciência coletiva, cujos valores e atitudes encontram seu embasamento no modo de ser de Jesus e cujo pensamento é capaz de analisar, criticar e, conseqüentemente, julgar ideias, hábitos, valores e comportamentos em estruturas político-sociais e cuja finalidade é de levar toda e qualquer sociedade ao cumprimento da justiça e à consolidação da felicidade e da paz (ADRIANO, 2007, p. 23).

Ressalta-se aí a importância de seguir os caminhos de Jesus, seu modo de agir bem como ter uma consciência crítica sobre as estruturas sociais que começavam a existir. Ao embasar no modo de ser de Jesus, o indivíduo consolidará a felicidade e a paz. Com esta nova roupagem assumida pela ética cristã, fortalece-se o aparato religioso cristão, com a emergência de novos valores, ideias que vão ser concretizadas através de comportamentos e hábitos.

Os conceitos filosóficos sobre ética têm sua base estrutural no estudo das ações do indivíduo e a forma como este reage diante de situações adversas, impostas pela sociedade. Já na concepção cristã, a ética é direcionada à vontade de Deus, aqui, a afirmação contida no texto de Pedro (1 Pd 1. 15,16): “Mas como é santo aquele que vos chamou, sede vós também santos em todas as vossas ações, pois está escrito: Sedes santos porque eu sou santo”. A ética cristã observada por este ângulo, não remete às ações em sociedade e sim aos sentimentos do indivíduo. Nesta nova forma que assume a ética cristã, esta ganha um reforço das reflexões e ideologias sistematizadas no campo acadêmico.

Por este caminho, pensar a ética cristã remete ao mesmo ao mesmo tempo ao científico. Para May (2008, p. 20), “a ética relaciona-se com outras disciplinas do ser humano de forma colateral ou correlacionada”. A teologia, por exemplo, é fundamental para a ética cristã, cuja relação pretendida parte do interior do indivíduo. Para complementar essa ideia, Tillich (*apud* MAY, 2008, p. 21) diz que “ao utilizar o método da correlação, a teologia sistemática (ética cristã) realiza uma análise da situação humana, da qual surgem as questões existenciais, e mostra que os símbolos utilizados na mensagem cristã são as respostas a tais questões”. Vemos que a ética cristã extrapola os escritos sagrados e pulula das escritas científicas. Se faz também presente no universo acadêmico e atinge os indivíduos por meios antes inesperados.

Considerando esta perspectiva como ponto de análise, a ética cristã, assim como a religião, visam colaborar com o crescimento e desenvolvimento humano,

com o estabelecimento de uma forma de ser da sociedade. Emerge daí uma concepção de ética pautada na ambivalência da existência do mal e por conseguinte constrange o indivíduo a entender a necessidade da relação entre Deus e o Homem (COUTO, 2008). Evidencia-se no caso especificamente da ética cristã, que esta coloque como objetivo principal, alcançar primeiramente o individual e por conseguinte o coletivo, o que corrobora o pensamento de Geisler quando afirma que “numa sociedade pluralista, como a que nós vivemos, é fundamental a existência de valores éticos definidos, [...] de modo que venham a oferecer um modelo de vida alternativo à sua sociedade” (GEISLER, 1984, p. 7).

Para Gouvêa (2002, p. 15) “quase tudo que se entende como ética cristã é, na verdade, fruto da absorção por parte da moral cristã de noções advindas da filosofia helenista”, assim como as ideias de mandamento divino e criação colaboram para o desenvolvimento do entendimento de ética. Ainda segundo Gouvêa:

O mandamento é o princípio ético universal compreendido ou assimilado na forma de um comando divino. Dizer que algo é um mandamento divino significa, em linguagem religiosa, que isto deve ser reconhecido como princípio ético universalmente válido (GOUVÊA, 2002, p. 16).

A ética cristã, por este viés, está impregnada na consciência coletiva. Isso pode ser notável na relação entre pais e filhos, ou adultos e crianças, cujas relações delega ao primeiro a primazia de mandar e aos segundos o de obedecer. Nesta mesma direção caminha na ética cristã a relação entre a humanidade e a sua expressão superior, Jesus Cristo. O primeiro deve obedecer a tudo aquilo que foi dito, embora esteja escrito, pelo segundo. Entender que esse conceito de ética cristã é universalmente aceito e válido para a tradição/religião cristã permitirá compreender a diferença entre o que são considerados meramente doutrinas religiosas (que se encontra em toda e qualquer religião) e o que são os valores e princípios (mandamentos) que se estabeleceram como valores sociais universais

No lugar marcado em todas as outras éticas pelo contraste de dever e ser, ideia e realização, motivo e obra, aparece, na ética cristã, a relação entre realidade e concretização, passado e presente, história e acontecimento (fé) ou então, para declinar o nome inequívoco do assunto em lugar do conceito ambíguo, a relação de Jesus Cristo e do Espírito Santo (BONHOEFFER, 1991, p. 108).

A ética cristã observada desta forma, pauta-se na ideia de um ser supremo que tudo vê, que tudo pode, e que em tudo interfere. Jesus Cristo é a emanção do ser supremo, seu filho, porém, o meio pelo qual a força superior que guia a humanidade se manifesta. Seu espírito está entre os mortais, entre os pecadores, e aí está para ser a sua companhia diária, que pode ser notada através do sentimento.

Para que esta ética se estabeleça e se reproduza, é inegável o poder de influência e veiculação de informações que a religião possui, sem mencionar que está presente em grande parte dos locais públicos e privados, compartilhando seus modelos de conduta, seus valores e princípios (BOELTER, 2008). Basta uma rápida observação para o que ocorre dentro de determinadas instituições religiosas, o templo e lugar original da ética cristã, para observar que esta delimita atitudes determinadas, provoca sentimentos e constrange a atitudes valorativas de tudo que está ali dentro.

Com todo este aparato que vai se desenvolvendo pelo cristianismo, conseqüentemente, pulverizando uma determinada forma de ética, a cristã, é que emergem um aspecto moral e forma de vida. Ao retomar a reflexão apresentada no primeiro capítulo sobre a relação da ética com a moral, podemos ver claramente que a ética cristã também pode ser concebida segundo os seus princípios.

Para Vasquez (1982, p.12), ética é “uma teoria ou ciência do comportamento moral [...]. Ou seja, é uma ciência de uma forma específica de comportamento humano”. Enquanto moral em sua concepção é a “ciência que cuida dos problemas que se apresentam nas relações afetivas, reais, entre os indivíduos ou quando se julgam certas decisões e ações dos mesmos” (VASQUEZ, 1998, p. 13). Para Nalini (1999, p. 34), o “objeto da ética é a moral”, e afirma que por ser inerente às atitudes do ser humano, a moral é o objeto da ética.

Enquanto Vasquez busca diferenciar ética de moral, Nalini afirma que ambas se entrelaçam. Assim, partindo desta premissa apresentada sobre a ética e moral, ao retomar a discussão sobre moral na ótica cristã, podemos clarear algumas das especificidades da ética cristã e sua influência na ética contábil.

Após dialogar com os conceitos aqui apresentados por Adriano (2007), May (2008) e outros autores que apresentam suas discussões sobre a ética cristã, Andrade (2015) inova e traz sua definição sobre ética cristã. Para ele a ética cristã

É a ciência que tem por objetivo orientar não apenas o cristão, mas também o não cristão, quanto as reivindicações da Bíblia Sagrada acerca de uma conduta pessoal, familiar e pública. Ela é portanto, normativa. É imprescindível, por isso mesmo, que suas orientações estejam bem fundamentadas na doutrina dos profetas hebreus e dos santos apóstolos (ANDRADE, 2015, p. 20).

Para Andrade (2015) a ética, além de ciência normativa, tem a função de orientar cristãos e não cristãos na sua conduta como indivíduos em uma sociedade relativista. A padronização das normas e a necessidade de conhecer todas as consequências para aqueles que não seguem os ensinamentos de Deus e seu filho Jesus Cristo, contribuirá para separar os puros dos ímpios. A moral aí apresentada sobre a ética cristã, portanto, é um assunto a ser considerado de forma mais detalhada.

3.2 – Moral sob a ótica cristã

A moral, como vimos no primeiro capítulo, já recebeu diversas interpretações. No interior das reflexões é notório que há uma certa similaridade a aproximação desta com a ética. Em alguns casos chegam a ser confundidas. Para a ética cristã, no entanto, a moral também recebe contornos específicos. Para compreender a conceituação da moral sob a ótica cristã, podemos apropriar do conceito apresentado por (ADRIANO, 2007, p. 31), segundo o qual:

Na esfera da moralidade o homem se define, rigorosamente, como pessoa que, sendo um valor em si mesma, é capaz de abrir-se ao reino dos valores, ao bem universal, à lei divina. Como pessoa, o homem é um todo, a máxima universalidade na singularidade absoluta.

May (2008, p.19), conceitua que “a moral refere-se, sobretudo ao conteúdo ou às respostas específicas que se aceitam como normativas para o comportamento. A ética, por sua vez, aponta a maneira ou o processo de discernir a moral ou de como chegar às respostas específicas e o porquê. Trata-se do processo de raciocínio moral.” Desta feita, entende-se que a moral são as atitudes e a forma de agir do indivíduo, enquanto a ética é a validação destas perante a sociedade, como os outros nos vê e julgam nossas atitudes ante a critérios previamente definidos pelo grupo social.

Sob a perspectiva apresentada por May (2008) e Adriano (2007), acerca dos conceitos de moral, podemos observar que as mesmas corroboram com a moral e ética fundamentada no antigo testamento, onde a essência era a obediência aos mandamentos de Deus. A ética cristã, nesse sentido, é carregada de aspectos morais.

Embora na maioria das pesquisas que se propõem discutir ética, tem por obrigação apresentar as definições sobre moral, como podemos ver anteriormente nas contribuições de Vasquez e Nalini, torna-se possível traçar um paralelo também sobre a ética cristã, que assim como as demais, também desenvolve no seu interior uma moralidade. E ser moral para a ética cristã é seguir os passos estabelecidos pela escritura. Contudo, para Andrade (2015), a ética na pós-modernidade teve um distanciamento da moral, colocando-as num campo de conflitos.

A evolução da sociedade foi transformando a ética secular, contexto em que as ações do homem, mesmo que pareçam imorais, passam a ser éticas a partir da aceitação dos indivíduos. Nesse sentido, “já é possível ser imoral e ético ao mesmo tempo” (ANDRADE, 2015). O homem público pode-se relegar a ser integro/ético em suas ações públicas e cometer transgressões com atitudes que não condiz ao seu posto, porém, por tratar-se de questões pessoais, já deixarão de ser cobradas pela sociedade. Assim se sustentará a ética enquanto profissional/público e a imoralidade em sua vida pessoal.

Por outro lado, a ética cristã nos remete aos ensinamentos bíblicos. Para Andrade (2015), a única maneira de alcançar uma ética e uma moral irreparável é permanecer fiel aos ensinamentos de Deus, como se vê no antigo testamento e também os exemplos de Jesus Cristo. Portanto, independente do contexto e da situação em que o indivíduo esteja, se considerar e agir conforma a ética cristã, este pode fazer com que a integridade da ética da profissão que exerce seja respeitada. Ser político, por exemplo, tem como prerrogativa fazer do Estado um órgão que atenda aos interesses universais. No entanto, é um espaço perpassado por práticas corruptivas, hierárquicas e dominadas por relações de dominação. Mas se o político considerar a ética cristã em suas ações, pode tornar o Estado um instrumento para efetivar o que a ele mesmo é determinado fazer, ou seja, atender aos interesses universais. Sabemos que na prática a ética cristã, nesse sentido, parece se manifestar em alguns poucos e raros casos.

Assim, o indivíduo que “ama Deus é superior ao moralista”, com essa atitude o homem tende a seguir os costumes apontados na bíblia sagrada e ter a fé de que o amor o consagrará ao eterno. Desta forma terá uma ética perfeita. Apesar dos vários apontamentos sobre a ética cristã até aqui apresentada, vejamos ainda um pouco mais sobre esta.

3.3 – Ética cristã

Após as discussões até aqui apresentadas sobre ética e moral, na maioria das vezes sustentadas como objetos de estudo distintos, faremos a partir deste subtópico a discussão sobre ética cristã. Esta discussão é fundamental para o propósito geral da dissertação, uma vez que é a esta que remeteremos na última parte como forma de entender a sua relação com a ética contábil.

Andrade (2015) alerta que a ética secular foi dissociada da moral na pós-modernidade, principalmente na academia, onde os filósofos e estudiosos construíram novas definições e conceitos, cuja crítica principal é que na sociedade pós-moderna já se é possível ser imoral e ético ao mesmo tempo. O ponto crítico para Andrade é o início do século XX, que logo após a guerra, os valores cristãos começam a serem questionados, surgindo aí um suposto “liberalismo teológico”.

Na concepção de Guedes (2012, p. 7), a ética consegue influenciar nas relações humanas e estabelecer um código de conduta social. Contudo, “a ética em si não fará a transformação da moral da humanidade.” Divergindo assim da ideia inicial de Andrade.

A ética cristã tem seu eixo central a partir dos ensinamentos de Jesus, conforme afirma Guedes (2012, p. 8) “a palavra planificadora de Cristo exerce papel fundamental na efetiva incorporação da ética na vida do homem, possibilitando-o a participar plenamente no processo de transformação da sociedade.”

Ao retomar a discussão sobre ética cristã Guedes reconhece inclusive, as mudanças que ocorrem com a evolução da sociedade, corroborando assim com parte das assertivas de Andrade, reconhecendo que não há na atualidade um regramento de conduta do indivíduo no que diz respeito à conduta ética.

Ao conceituar ética cristã, apresenta ao mesmo tempo uma crítica à atual sociedade como superficial e relativista. Em suas palavras:

A ética cristã é o sistema de valores morais associados ao cristianismo histórico e que retira dele a sustentação teológica e filosófica de seus valores, sendo a alternativa para a nossa sociedade superficial e relativista. Ela opera a partir de diversos princípios e valores, que acredita revelados por Deus, através das sagradas Escrituras (GUEDES, 2012, p. 12).

A partir dessa definição identificamos os aspectos que irá sustentar a tomada de decisão do contador enquanto profissional, que atua numa sociedade superficial, carente de valores e diante de um cristianismo cada vez mais pluralista.

Na sociedade pós-moderna, o termo superficial vem caracterizar o indivíduo que tem uma enormidade de escolhas, quer seja profissionais, quer sejam pautadas em conduta de vida. Nesse sentido, a ética cristã busca normatizar o caminho a seguir como aquele transcrito no Antigo e Novo Testamento. Guedes (2015) enfatiza que é preciso transferir para a consciência os ensinamentos de Deus, no que diz respeito à moral do homem.

Ainda assim, é preciso compreender o livre arbítrio do homem, e que

Cada indivíduo, com suas características únicas, tem a sua ética. Apesar das influências que sofre pelo relativismo e pelo pluralismo dos dias atuais, tem sistema de valores armazenados em seu subconsciente que consulta no processo de fazer escolhas (GUEDES, 2015, p. 20).

A assertiva de Guedes (2015) vem corroborar com a hipótese de que o indivíduo que tem impregnado em sua formação valores morais e éticos cristãos, agirá de forma involuntária, porém com uma predisposição a fazer o bem a partir das escolhas realizadas em seu subconsciente. A partir desta assertiva podemos aludir, no entanto, que a ética cristã e a ética contábil se assemelham em um aspecto, o de conduzir o indivíduo a fazer de sua atitude e comportamento o meio de gerar uma harmonia social.

Por outro lado ainda, vemos que a discussão central da ética cristã é a obediência do homem aos ensinamentos cristãos contidos na Bíblia. Porém, precisamos compreender como a ética cristã agirá no mundo dos negócios. Essa é a questão inicialmente levantada que intriga e provoca uma reflexão mais detalhada sobre o papel exercido pelo contador.

Para Guedes (2015, p. 29), o indivíduo tem consciência “da importância da ética na vida pessoal, social e profissional.” No entanto, os negócios nem sempre

estão em conformidade com os preceitos éticos contidos nos livros sagrados. A sociedade moderna é muito dinâmica e exigirá cada vez mais um indivíduo alinhado com preceitos que farão surgir novos ramos da ética: caráter e personalidade.

A personalidade irá valorizar apenas o social do indivíduo, a sua prosperidade financeira, capacidade de vencer na vida e obter um *status* social. Enquanto, o caráter enfatizará no homem, valores como a modéstia, humildade, integridade e justiça, tornando-o assim, um ser ambíguo que em seu cotidiano deverá escolher sempre entre uma das duas vertentes.

Guedes (2015), ao citar as escolhas éticas que podemos ter no mundo dos negócios enfatiza que:

Na visão cristã, a ética encontra-se assentada na mais pura simplicidade, bastando agirmos conforme as leis divinas. O que não quer dizer que torna-se com isso uma coisa fácil de realizar. [...] A crença em Cristo, necessariamente, tem que proporcionar uma transformação interior do ser humano, fazendo-o vivenciar o conjunto de princípios e fundamentos que encontramos nas sábias e sempre oportunas lições de Jesus (GUEDES, 2015, p. 31).

O entendimento da ética cristã nos remete a uma necessidade de interiorizar os ensinamentos de Deus pelo indivíduo. Isso pode ser efetivado através de sua formação, e o desenvolvimento de sua consciência em uma perspectiva ética pautada no cristianismo. Coexistindo, a ética cristã e a ética profissional podem contribuir, para que a tomada de decisão esteja sempre pautada nos valores de Cristo, ou seja, aparentemente os princípios de ambas as éticas permanecem semelhantes, ou seja, gerar uma harmonia social. Nesse sentido, não há conflito entre ambas, pois atuam para reproduzir o existente, as regras, normas e modo de ser da vida moderna.

Para Gibellini (*apud* PIMENTAL, 2012), a ética cristã não pode ser “vitalista”, que vive só de sim no mundo e nem uma ética da renúncia que vive só de não. O que realmente importa é que o indivíduo tenha consciência e saiba que aquela atitude tomada terá sempre uma consequência perante a sociedade. E as consequências para ele podem ser medidas através dos códigos de ética estabelecidos em sua profissão ou mesmo através da ética cristã que pode ser acessada através das escrituras. Considerando, no entanto, que a ética cristã

convive agora em uma época distinta daquela em que prevalecia enquanto tal, quais os desafios a enfrentar?

3.4 – Os desafios da ética cristã

Após conceituarmos moral e ética sobre o olhar do cristianismo, iremos dialogar com alguns autores sob as perspectivas e desafios que a ética cristã tem enfrentado na sociedade pós-moderna.

Segundo Boff (*apud* BERNARDES, 2012), a crise moral e ética na atualidade propicia a degradação das relações entre os indivíduos, pautada na tensão que se instalou na tentativa de sobrepor os interesses particulares em detrimento dos interesses da coletividade, do direito e da justiça.

Assim, afirma: “tal fato se agrava ainda mais por causa da própria lógica dominante da economia e do mercado que se rege pela competição, que cria oposições e exclusões, e não pela cooperação que harmoniza e inclui” (BOFF, 2003, p. 27). Aqui Boff explicita um dos maiores percalços do indivíduo na sociedade pós-moderna, e, principalmente no que diz respeito ao contador, que atua diretamente com o capitalismo empresarial e dominante.

O contador, embora este esteja alicerçado por um código de ética profissional, que tenha uma formação enquanto indivíduo pautada na moral cristã, ainda assim, terá que posicionar na sociedade diante de um capitalismo, cujos valores e princípios já adquiridos tem-se “atualizados” de forma a permitir que algumas transgressões morais sejam éticas. Assim como afirma Guedes (2012) e Andrade (2015), a sociedade tem uma evolução constante e até mesmo os conceitos normativos passam por adequações com propósito de aceitar atos que anteriormente eram inadmissíveis.

A vida moderna, para utilizar um termo de Berman (1998), onde tudo que é sólido se desmancha no ar, tem se submetido a uma fase que tem expressado o rompimento com as linhas divisórias e bem definidas no campo do pensamento, da teoria, da ideologia, e dos atributos valorativos do cotidiano. O certo e o errado agora encontram-se na fronteira da moral e da ética. Aliás, ética e moral caminham para uma nova configuração.

Neste contexto, o dilema profissional talvez seja um dos maiores desafios da ética cristã. Numa sociedade em que o ter tende a oferecer um status social de

realização, o ser com condutas morais e obediência às normas descritas nas sagradas escrituras, exige antes de qualquer coisa o componente chamado fé. Para o cristão, a fé é o combustível para manter seus pensamentos e o agir no caminho da retidão. Cabe ao indivíduo que se denomina “cristão”, que vivenciou todos os ensinamentos de Cristo, sempre aconselhar-se nas normas descritas no Antigo e Novo Testamento. Para Andrade (2015), esta é a única maneira de manter-se como íntegro e correto.

A ética cristã, no entanto, ainda tem muito a avançar neste novo caminho. É um traçado espinhoso e cheio de ondulações. As cátedras colocadas no centro de qualquer concepção anterior, agora está se desmoronando. Poderia até pensar no desmoronamento da própria ética cristã, mas é notável que essa tem sobrevivido ao tempo, esta, portanto, nos coloca a pensar que é apenas mais uma das tempestades que deverá enfrentar. Os códigos, normais e leis da escritura, ainda sobressaem a muitas das intempéries da modernidade. Se manifesta nas relações interpessoais e na normalidade instituída pelo capitalismo, onde nas próprias formas de agradecimento e despedida os indivíduos acabam por verbalizar palavras como “graças a Deus” ou “vai com Deus”. Se manifesta também no respeito à propriedade e nas aglomerações dos templos religiosos. Mas é necessário, contudo, verificar como a ética cristã se relaciona com a ética contábil.

3.5 – A ética cristã e a ética contábil

Nossa pesquisa tem como objetivo verificar a relação que é estabelecida e a influência da ética cristã nos comportamentos e atitudes previstas e delimitadas pela ética contábil. Antes deste tópico buscamos os principais autores que discutem e conceituam ética para posteriormente introduzirmos os conceitos de ética contábil e ética cristã. Na sequência trouxemos as discussões da ética profissional, assim como a história da contabilidade e sua evolução ao longo dos últimos anos, em compasso com as mudanças que ocorreram na sociedade pós-modernidade.

Neste capítulo incumbiu-se a conceituar inicialmente a ética cristã e como os estudiosos têm observado suas mudanças ao passo que a sociedade evolui. Houve aí, uma diferenciação acentuada sobre ética e a moral. Ao observarmos os ensinamentos e referências sobre ética e moral na bíblia sagrada podemos observar

que ao homem cristão é reafirmado a todo instante a necessidade de seguir rigorosamente os ensinamentos de Deus para que este alcance a eternidade.

No Antigo Testamento a moral e os valores estão centrados no diálogo de Deus com os profetas e àqueles que são escolhidos para liderar seu povo. Uma espécie de normas e condutas transmitidas diretamente ao homem para que este não ocorra em transgredir o que é estabelecido pelo ser superior.

Um dos pontos que pode ser levado aqui em consideração é que ambas as formas de ética, a cristã e a contábil, apresentam determinados princípios normativos. Apesar deste princípio se apresentar de forma distinta, a primeira através das escrituras e a segunda através dos códigos jurídicos, ambas constroem à regularização social.

Neste aspecto da regularização podemos considerar, por exemplo, o respeito à hierarquia, o respeito à propriedade, a obediência, a escritura como o ponto superior e sagrado e a sacralização do espaço. O primeiro se manifesta de maneira distinta, porém, atua no mesmo sentido da regularização social. A ética cristã exige a instituição hierárquica como ponto central de sua base estrutural. Deus está acima de todas as coisas, assim como as escrituras. A humanidade é vista sobre o prisma da divisão entre um ser superior e demais seres inferiores. Há uma hierarquia e cabe a quem está no topo, Deus, definir o caminho a seguir. A ética contábil, por sua vez, apesar de não dar um foco na questão da hierarquia, também a reproduz como ponto central da relação que estabelece. Nesse sentido, o contador é colocado como o ponto central, logo, o solucionador de questões que apontam para desajustes sociais. Os contratantes são os usuários que podem usufruir desta forma prática de pensar a vida, estando a contabilidade e seus profissionais acima de todas as demais coisas para que se efetive o seu objetivo. Capitalistas, governo, empregados e desajustados são aí naturalizados e nem sempre colocados em questão. Por isso, a questão da hierarquia é concebida como ponto reproduzido pelo contador, que antes mesmo de assumir a profissão já trazia consigo, ora oferecido pela ética cristã, o instinto da consciência da hierarquia.

Outro ponto a ser destacado é o respeito à propriedade. No mundo cristão, conceber a vida através da ótica do “não roubarás” é parte de uma lógica que traz consigo a manutenção da propriedade como algo sagrado. Até o alvorecer do capitalismo ainda era possível encontrar terras comunitárias cultivadas por indivíduos distintos sem o crivo do registro de propriedade privada. O capitalismo, no

entanto, elevou às alturas a sacralidade da propriedade. E desde que isso se tornou predominante tem atingido a cultura universal e reproduzida nas suas mais diversas instâncias. A ética cristã reforçou e garantiu a sua permanência no espírito do capitalismo moderno. Desde criança aprendemos que roubar é pecado. Aprendemos que é preciso respeito a propriedade. Isso quer dizer que o contador, antes mesmo de ser um profissional, traz consigo estes ensinamentos. O reproduz no cotidiano. Ao se profissionalizar nada mais faz do que reforçar o que já trazia consigo, ou seja, aprofundar a crença no respeito à propriedade. O seu código de ética é bem claro neste aspecto. Isso quer dizer que a ética cristã e a ética contábil, neste aspecto se reforçam mutuamente.

Nesse sentido é que podemos tratar também da obediência. Vimos que a ética cristã mantém o princípio da obediência como expressão da fé. Se creio em Deus obedeço os seus ensinamentos. A ética cristã aí entendida é visível na atitude de um contador quando não coloca em questão os seus deveres diante do contratante. Se contratado deve obediência ao contrato estabelecido. Na ética cristã a obediência remete a Deus, um ser transcendente, na ética contábil a obediência é remetida ao contrato.

Outro ponto a ser destacado é a escritura como o ponto superior e sagrado. Sabemos que na modernidade o campo científico tem se convertido em um saber que explica a vida. Na maioria das vezes não merece questionamento pois o que diz é verdade, fundamentado metodológica e empiricamente. A ética contábil tem desenvolvido um aspecto cultural profundo. Criou maneiras de comportamento e hábitos fundamentados em uma ampla produção intelectual, científica. O contador que perpassa por uma universidade desenvolve ali uma formação peculiar, fundada na escrita e na leitura. São raras as posições contrárias ao que se aprende. Aparentemente, há nesta posição algo de cristão, por exemplo, o respeito à escritura. Mesmo no campo profissional o que produz, o produto do seu trabalho, é raramente concebido como permeado por limitações. A ética cristã, assim, parece estar muito mais ficada no espírito do contador do que este pode imaginar. Uma vez aprendi que é preciso tornar as escrituras algo sagrado, e aqui estou, enquanto contador, fazendo da escritura no campo da contabilidade, a minha referência, a minha forma ética de atuação profissional.

No capítulo anterior, ao abordar o código de ética do profissional contábil, percebemos que, à medida que evolui a sociedade, o código de ética é atualizado

com intuito de proteger e resguardar as condutas do contador, que se predispõe a ser ético mesmo diante de uma sociedade que se torna cada vez mais ambiciosa em um mundo capitalista.

Assim como nas demais categorias profissionais, o contador tem seu órgão de registro e fiscalização, incumbido de normatizar e observar se o exercício da profissão está em consonância com os preceitos legais. A resolução CFC nº 1.307/2010, normatizou alguns preceitos obrigatórios, uma espécie de manual aos contadores, inclusive com as penalidades aplicáveis em caso de desobediência ao código de ética profissional, os quais são:

I – exercer a profissão com zelo, diligência e honestidade, observada a legislação vigente e resguardados os interesses de seus clientes e/ou empregadores, sem prejuízo da dignidade e independência profissionais;

II – guardar sigilo sobre o que souber em razão do exercício profissional lícito, inclusive no âmbito do serviço público, ressalvados os casos previstos em lei ou quando solicitado por autoridades competentes, entre estas os Conselhos Regionais de Contabilidade;

III – zelar pela sua competência exclusiva na orientação técnica dos serviços a seu cargo;

IV – comunicar, desde logo, ao cliente ou empregador, em documento reservado, eventual circunstância adversa que possa influir na decisão daquele que lhe formular consulta ou lhe confiar trabalho, estendendo-se a obrigação a sócios e executores;

V – inteirar-se de todas as circunstâncias, antes de emitir opinião sobre qualquer caso;

VI – renunciar às funções que exerce, logo que se positive falta de confiança por parte do cliente ou empregador, a quem deverá notificar com trinta dias de antecedência, zelando, contudo, para que os interesses dos mesmos não sejam prejudicados, evitando declarações públicas sobre os motivos da renúncia;

VII – se substituído em suas funções, informar ao substituto sobre fatos que devam chegar ao conhecimento desse, a fim de habilitá-lo para o bom desempenho das funções a serem exercidas;

VIII – manifestar, a qualquer tempo, a existência de impedimento para o exercício da profissão;

IX – ser solidário com os movimentos de defesa da dignidade profissional, seja propugnando por remuneração condigna, seja zelando por condições de trabalho compatíveis com o exercício ético-profissional da Contabilidade e seu aprimoramento técnico.

Essas orientações formam uma proteção ao contador que dispõe a segui-la, e nesse sentido o conceito apresentado por Lisboa, que procura demonstrar a ética como uma ciência do conhecimento, que se normatiza a partir do convívio da sociedade onde está inserida, torna-se explicativo sobre a questão ética do contador e sua relação com a ética cristã.

Enquanto ramo do conhecimento tem por objeto o comportamento humano no interior de cada sociedade. O estudo desse comportamento, com o fim de estabelecer os níveis aceitáveis que garantam a convivência pacífica dentro das sociedades e entre elas, constitui o objetivo da ética (LISBOA, 1997, p. 22).

Desta maneira, quando temos um código de ética do profissional contábil, no qual está explícito que o contador deve procurar atender aos interesses de clientes/empregadores e ao mesmo tempo exercê-lo com honestidade, surge um possível conflito. Este conflito, por sua vez, tende a ser resolvido para além da ética promulgada no campo da contabilidade. Daí exerce o peso necessário a ética cristã, com seus valores de humanidade e solidariedade. A atitude, assim não é racional, retoma e requer os valores cristãos desenvolvidos anteriormente à profissão. Se um determinado empregador não paga pelo trabalho de um contador, por exemplo, isso pode gerar um conflito que pode levar às vias de fato. Em muitos casos a ética cristã do respeito ao próximo e a considerar o outro como emanção de Deus pode fazer a diferença. A ética cristã incorpora-se à ética contábil e torna o conflito, pelo menos aparentemente, superável, já que considera que se o indivíduo não paga aqui pagará conforme as leis de Deus.

Embora a contabilidade seja a ciência que estuda o patrimônio das entidades, quer sejam com fins lucrativos ou não, há que reforçar que vivenciamos a era do capitalismo e este sempre visará o lucro/superávit em detrimento do bem social. Assim, torna-se cada vez mais comum a pressão por parte de clientes/empregadores sobre o contador para que este, mesmo em contrariedade à sua honestidade, à ética cristã, busque artifícios que possam auxiliá-lo a enfrentar situações ilícitas como práticas normais, com a finalidade de lucros.

Nesse momento de conflito é que a ética cristã pode contribuir com determinadas atitudes do contador no exercício de sua profissão como uma espécie de âncora. Andrade (2015) define a ética cristã como normatizadora que irá regular as ações do indivíduo independente deste ser cristão ou não, e a base de orientação é a bíblia sagrada, a qual serve como fonte e inspiração para uma conduta ilibada.

É por isso que pensar a ética contábil sem antes considerar os princípios da ética cristã pode deixar de lado elementos essenciais da vida e da formação do contador. Este não é apenas um profissional que atua conforme a ética de sua profissão. Ele é também um indivíduo que traz consigo elementos da ética cristã, por isso, em determinadas situações, como esta citada no parágrafo anterior, tende a agir de forma inesperada àquilo que aprendeu nos arcabouços da ética contábil. De um lado a ética contábil exige o respeito ao empregador, mas como explicar atitudes de contadores que negam a praticar determinadas condutas solicitadas por seu contratante? Isso não está descrito na ética contábil, pois se considerasse essa, realizaria o que foi solicitado fazer, no entanto, a ética cristã é que interfere e constrange a um comportamento diverso. Daqui emerge um sentido de honestidade, divergente para ambas as éticas.

Para entender isso é necessário considerar que a sociedade, como ressalta Lisboa (1997), é o cerne da questão ética. E nesse aspecto, até mesmo outros autores já concordaram que aquilo que era balizador ético na idade média, na atual sociedade moderna não se aplica mais. Condutas do indivíduo que eram proibidas em uma comunidade, com a evolução da sociedade, tornam-se aceitável e com isso deixa de ser uma infração à ética.

Para Nalini e Korte (1999), a ética advém da moral, sendo a moral o objeto de estudo da ética. Assim, a ética cristã que está pautada nos costumes também reafirma a necessidade de uma conduta moral do contador. E assim, também o é, a orientação quando exige do contador o zelo com seu ofício mesmo que este não seja mais sua obrigação.

VI – renunciar às funções que exerce, logo que se positive falta de confiança por parte do cliente ou empregador, a quem deverá notificar com trinta dias de antecedência, zelando, contudo, para que os interesses dos mesmos não sejam prejudicados, evitando declarações públicas sobre os motivos da renúncia.

O contador tem a prerrogativa de renunciar às suas funções, quer seja por falta de confiança do contratante, e/ou mesmo por não concordar com as condições ali propostas. Contudo, tem que assegurar que a entidade terá outro profissional para assumir as funções, devendo inclusive orientá-lo sobre tais fatos. “VII – se substituído em suas funções, informar ao substituto sobre fatos que devam chegar ao conhecimento desse, a fim de habilitá-lo para o bom desempenho das funções a serem exercidas” (Resolução CFC 1307/2010).

É preciso deixar claro a preocupação dos doutrinadores ao elaborar o código de ética do profissional contábil quanto aos preceitos morais. Nas vedações previstas, em seu artigo 3º inciso II temos: “assumir, direta ou indiretamente, serviços de qualquer natureza, com prejuízo moral ou desprestígio para a classe.” Aqui o sentido da moral não está ligado apenas ao indivíduo/contador e sim aos seus pares, colegas de profissão. O amor ao próximo, característico da ética cristã, aparece e toma a dianteira, principalmente quando o foco torna-se ser generoso e solidário, assim como o foi Jesus.

Como já pontuamos anteriormente, que a contabilidade é uma ciência que estuda o patrimônio das entidades, precisamos compreender também em qual grupo da ciência ela se relaciona. Iudícibus (*apud* COLIATH, 2014, p.153) considera que “há inúmeras classificações de Ciências e elas se dividem em dois grupos: Formais e Exatas; Factuais (que se desdobram em Naturais e Sociais)”, sendo a contabilidade classificada como uma ciência factual (sociais aplicadas).

Nesse sentido, Megale (*apud* COLIATH, 2014, p. 153) “explica que as Ciências Humanas e Sociais investigam as relações sociais, estuda o homem não como ser vivo, mas como ser social, criador de cultura, em quaisquer que sejam os aspectos da vida social”. Justifica-se aqui a preocupação com o comportamento do contador, que é o profissional que irá atuar com os conhecimentos adquiridos através da ciência contábil.

Talvez comece aí os primeiros dilemas do contador, por trabalhar com fatos administrativos cujos impactos serão sociais e não apenas a exatidão da matemática. Quando ocorre uma fraude ou interpretação equivocada da norma contábil, esta irá provocar um benefício a um determinado indivíduo/grupo em detrimento a perda da sociedade. Vide como exemplo: Uma entidade decide adotar um critério de recolhimento de tributos com intuito de diminuir sua carga tributária, a

qual significará menos recursos disponíveis para o Estado investir em serviços básicos à sociedade.

O exemplo posto pode muito bem ocorrer de forma legal, visto que há inúmeras normas (leis) que abordam o tema e a escolha de uma em detrimento da outra será de acordo com o que melhor convier ao cliente/empregador. Até esta decisão, o contador estará agindo conforme preceitua sua ética profissional, visto que ele é o *míster* que detém o conhecimento e expertise sobre como aplicá-lo em benefício do seu cliente.

Contudo, há sempre as lacunas causadas pela interpretação equivocada da legislação. O contador, por sua vez, terá que conviver com clientes/empregadores que ao tomar conhecimento dessas lacunas, o pressionará para que utilize deste recurso como artifício em benefício de seus negócios.

Caberá então exclusivamente ao contador a decisão sobre como agir diante de tal proposta. Justamente nesse momento de tomada de decisão é que a ética cristã ali impregnada no indivíduo contribuirá para que tenha uma decisão coerente. May (2008, p. 19) afirma que “a moral refere-se, sobretudo ao conteúdo ou às respostas específicas que se aceitam como normativas para o comportamento” ou seja, não é mais uma questão ética e sim a moral do indivíduo que designará como ele vai agir.

Percebe-se então que a ética balizará as normas, através do conhecimento e que mesmo o contador, optando por buscar atender os anseios do cliente/empregador, este não deixará de ser ético, já que a sociedade entenderá que não houve uma fissura na relação profissional. Porém, moralmente é constrangido a agir de determinada forma. Pesa em sua atitude as consequências sobre como este se portará diante da comunidade, que será prejudicada em detrimento de uma menor disponibilidade de recursos financeiros para lhe atender através de programas sociais.

O dilema moral e ético prevalecerá no cotidiano, contudo, para Guedes (2015, p.13) “a finalidade da ética cristã é a regeneração espiritual da humanidade, para que seu comportamento se paute na mais perfeita obediência às leis de Deus, que estão devidamente organizadas nas sagradas escrituras”. Resta claro, que o contador terá sua ética profissional influenciada pela ética cristã, desde que este seja obediente às Leis de Deus e busque meios para que não seja confrontado em suas decisões contrárias aos anseios da sociedade capitalista.

Assim,

Acreditamos que a relação humana no campo dos negócios precisa passar pela conscientização das premissas ética de Cristo, para que os valores como integridade, humildade, fidelidade, persistência, coragem, justiça, paciência, modéstia, e a regra de ouro, “não fazer aos outros o que não quiser que os outros lhe façam” norteiem o mundo dos negócios (GUEDES, 2015, p. 32).

É finalmente nesse sentido que norteia o mundo dos negócios que há a sacralização do espaço, último elemento apontado da relação entre ética cristã e ética contábil. A ética cristã estabelece que a igreja é um lugar sagrado. Torna-se sagrado também todos os lugares onde estão estampadas imagens de santos e ou ordenados com determinados símbolos que expressam a ideia de Deus. O contador cria seu próprio espaço, o escritório de contabilidade. Este está presente na maioria das empresas que conseguem financiar um escritório próprio, mas também está disposto em lugares próprios, os quais estão à disposição da sociedade em sua totalidade. Estes lugares tornam-se o centro das atenções no mundo dos negócios, pois cabe a eles ordenarem e sistematizarem os lucros e dividendos, assim como elaborarem formas mais eficazes de efetivar o lucro. Pode-se até mesmo inferir que a sacralização do espaço do contador nada mais é do que expressão da sacralização do espaço religioso. Ali dentro desenvolve-se um conjunto de símbolos, regras, normas. Todas elas influenciam a atitude do contador assim como de seus auxiliares. Estabelece-se uma ética de conduta que deve ser respeitada, caso contrário, a profissão é tornada inválida, pautada pela desconfiança.

Enfim, o contador como as demais profissões, tem a sua formação religiosa cristã como um apoio que recobrirá sua honestidade, seus valores morais e que estes lhe sustentarão na tomada de decisões que irão contribuir para a transformação da sociedade em que vive. Salienta-se ainda, que a formação religiosa apenas não será suficiente para uma conduta digna na profissão e sim todo um arcabouço de construção do profissional, adquiridos com o decorrer do seu crescimento como indivíduo social.

Considerações Finais

Ao iniciarmos esta pesquisa tínhamos como propósito o estudo da ética cristã e sua influência na ética contábil. Assim como a ciência da religião permeia a existência do ser humano, a contabilidade também está inserida no processo de desenvolvimento das relações sociais. Segundo Ludicibus (2002) a contabilidade é uma ciência factual e como tal, tem como objeto de estudo as relações sociais, o homem como ser social.

O contador, enquanto indivíduo, foi o nosso objeto de pesquisa, sobre o qual procuramos investigá-lo a partir de sua formação acadêmica e os princípios éticos da contabilidade elencados pelos estudiosos da área da ciência contábil.

Uma abordagem aos conceitos de religião a partir das obras de Weber, Bourdieu, Boff dentre outros, a estruturação da questão religiosa, bem como sua diversidade foi importante para que trouxéssemos uma discussão sobre os princípios éticos da religião cristã, sistematizados por pesquisas que corroboram para evidenciar sua importância na formação do indivíduo, como os valores morais e éticos manifestam no cotidiano de uma sociedade.

Nosso objetivo com esta pesquisa era verificar a relação entre a ética contábil com a ética cristã, e como se situa a influência de ambas na formação do indivíduo que atua em sua área específica como o contador. O pano de fundo da discussão era compreender se as exigências do modo de produção capitalistas sobrepõem à ética religiosa a partir dos princípios éticos do profissional em contabilidade. Para alcançar os objetivos da pesquisa com o intuito de responder os questionamentos propostos, utilizamos da pesquisa bibliográfica em obras literárias que permitiram inicialmente conceituar ética, religião e também percorrer a história da contabilidade, seus simbolismos e a evolução nos últimos anos, comparando-os com os conceitos e comportamentos existentes na sociedade pós-moderna.

Como forma de melhor apresentar nossa pesquisa no anseio de responder os pressupostos formulados, dividimo-la em três capítulos. No primeiro capítulo discutimos o conceito de ética e religião, foram apresentadas concepções de filósofos e estudiosos desta ciência, sobre os quais buscamos estabelecer uma base conceitual, seja, na definição do que é ética, e a compreensão que moral é um complemento, ou objeto de estudo da ética. Num sub-tópico optamos por trazer a discussão na ética na sociedade, cuja importância recairia sobre o último capítulo

quando fossemos discutir o papel do contador em convívio na sociedade capitalista. Destacamos a religião como parte deste primeiro capítulo, perpassando por uma diversidade de religiões e sempre com enfoque na religião cristã, o que possibilitou uma análise comparativa *a posteriori* sobre ética cristã versus ética contábil. A importância deste capítulo se deu para que pudéssemos construir nosso próprio entendimento sobre a definição de ética que permearia nossa pesquisa. Assumimos a definição de Korte (1999) o qual afirma que o indivíduo que busca justificar sua ação tem que estar em consonância com os anseios da sociedade. Assim, o indivíduo age de tal forma por acreditar que seja a forma correta de agir, independente dos resultados que conseguirá.

No segundo capítulo apresentamos a história da contabilidade e suas simbologias. Trouxemos ainda a discussão sobre a ética contábil, com conceitos sobre o profissional contábil, apresentamos alguns destaques do código de ética, sobre o qual fizemos ainda a relação com a ética cristã no último capítulo. Buscamos estabelecer nessa pesquisa que as relações sociais existentes no capitalismo promovem a ascensão de valores intimamente relacionados aos interesses do capital.

Desta forma, o ter prevalece ao ser, evidenciando assim, o propósito de alcançar apenas a ascensão financeira, a posse de bens materiais que são colocadas sempre em primeiro lugar. Partindo desta ideia, tornou-se indispensável a investigação do papel exercido pela religião na formação do indivíduo, principalmente quando este indivíduo é o contador, um profissional que obrigatoriamente estará inserido em qualquer entidade. Portanto, esta pesquisa tornou-se fundamental para compreender *os princípios que norteiam a formação profissional do contador, os quais podem ser confrontados pela religião, no sentido de promover determinadas atitudes em relação à justiça e à solidariedade, ou, por outro lado, a religião como fenômeno que favorece a manutenção e reprodução de práticas mercantis, ao invés de seu questionamento.*

No último capítulo dedicamos a apresentar as definições de ética cristã, sua evolução com as mudanças da sociedade. Uma abordagem necessária foi a sua apresentação a partir do livro mais importante aos cristãos “a bíblia sagrada”. Tivemos o cuidado de apresentar os conceitos de moral sob a ótica cristã, onde sua definição está direcionada aos valores e condutas do homem em convívio na sociedade. Por fim, a discussão cerne desta pesquisa fora abordada que era a

nossa hipótese de que quando os valores religiosos e éticos estão impregnados na vivência do contador, ele consegue exercer a sua profissão com honestidade, justiça e assim contribuir para a transformação da sociedade.

Destacamos aqui a importância dessa pesquisa, como uma contribuição para as futuras gerações de profissionais contábeis, os quais depararão cada vez mais com uma ética contábil preocupada em ter uma conduta de transparência e que as ações sejam sempre voltadas a sociedade em sua totalidade, a justiça e o bem social.

A partir desta dissertação pude investigar qual a relação da ética cristã e a ética contábil, bem como sua interferência no dia a dia do contador, quando este está preocupado em atuar com zelo e prudência em sua profissão. O resultado que identificamos é que a ética cristã fornece o alicerce para que o contador tenha a melhor compreensão de suas ações em sociedade, discernimento sobre o que é certo ou errado. Porém, caberá somente a este a decisão sobre o agir em sua vida cotidiana. É perceptível nos dias atuais um grande número de profissionais que não se importam em ter seus valores éticos e morais questionados pela sociedade, quer seja através de escândalos de corrupções ou mesmo através de censuras promovidas pelo conselho de fiscalização da classe contábil.

Nosso entendimento é de que o contador e somente ele é que será responsável por conduzir suas ações em prol de uma sociedade justa e valorosa. Que os normativos da ética a sua disposição são suficientes para conduzi-lo no caminho do bem. A crença em Deus como ser superior o ajudará nos momentos de angústia, confortando-o nos momentos de confrontação com a sociedade capitalista.

A afirmativa de nossa hipótese está comprovada a partir de uma mudança cultural de nossa sociedade, onde as pessoas começam a conscientizar que os atos ilícitos são prejudiciais ao todo. Principalmente ações que envolvem corrupção e que normalmente são praticados por pessoas dotas de conhecimentos técnicos. O tema não se exaure com esta pesquisa, haja vista que estamos tratando do comportamento de indivíduos e de como a sociedade reage às suas ações. Pode-se inclusive ser objeto de teses que busquem a compreensão e definição sobre ética e sociedade, no sentido macro do termo.

Assim, finalizamos nossa pesquisa, a qual entendemos que será relevante para a discussão na academia sobre os preceitos éticos da profissão, e ainda, que servirá de subsídio para novas pesquisas a cerca da “ética”, que tornou-se

referência entre os pesquisadores, principalmente para aqueles que se interessam por questões ligadas ao desenvolvimento do indivíduo como ser social.

Ao contador destaco a grandiosa importância dessa profissão que ao trilhar os caminhos da ética e justiça, contribuirá sobremaneira para o desenvolvimento de uma sociedade pós-moderna onde crimes de corrupção, lavagem de dinheiro e sonegação de impostos não serão aceitos. E aquele que seguir por este caminho estará indo contrário ao que precede a ética.

Ao leitor deixo minha modesta contribuição sobre o tema proposto, espero que possa ser de utilidade para repensarmos como nossas atitudes influencia a sociedade onde vivemos. Além mais, que possamos ser referência as novas gerações, indivíduos capazes de conscientizar seus pares sobre a importância de pensar na coletividade em detrimento ao indivíduo.

REFERÊNCIAS

ADRIANO, José. *Apontamentos sobre ética cristã*. Revista de Cultura Teológica, São Paulo, v. 15, n. 59, p. 9-42, abr./jun. 2007.

AGUIAR, Emerson Barros de. *Ética: Instrumento de Paz e justiça*. Natal: Tessitura, 2003.

AMARAL, Andréa Baggio. Quadro 1 - *Filósofos gregos e suas contribuições*. Apresentado em sala de aula. Capivari: Facecap, 2010;

_____. Quadro 2 - *Filósofos modernos – a partir do século XVI*. Apresentado em sala de aula. Capivari: Facecap, 2010;

ANDRADE, Claudionor de. *As novas fronteiras da ética cristã*. Rio de Janeiro: CPAD, 2015.

AZEREDO, Vânia Dutra de. *Nietzsche e a Perspectiva de uma Nova Ética*. Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 85 – 101, Jun 2009.

BARRETO, Ismael Gomes. *Um estudo avaliativo das decisões dos contabilistas no Estado de Pernambuco sob a perspectiva dos modelos éticos contemporâneos: uma abordagem quanto a religião*. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2009.

BÍBLIA SAGRADA. São Paulo: Ave-Maria, 2002.

BOFF, Leonardo. *Ética e moral: a busca dos fundamentos*. Petrópolis: Vozes, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.

BRASIL PROFISSÕES, 2016. Disponível em: <http://www.brasilprofissoes.com.br/verprof.php?codigo=127>. Acesso em: 12 Jan, 2019.

CAMARGO, Marculino. *Fundamentos de ética geral e profissional*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

CARVALHO, Daniel Gomes. *Especial filosofia*. Disponível em <https://guiadoestudante.abril.com.br/especiais/jean-paul-sartre/>. Acesso em: 10 ago. 2018.

CHAGAS, Gilson. *A ética e a atividade contábil*. São Paulo: Biblioteca 24horas, 2008.

CHAUI, M.. *Convite à Filosofia*. 14^a ed. São Paulo: Ática, 2011.

COLIATH, Gleubert Carlos. *A contabilidade como ciência social e sua contribuição para o capitalismo*. ENIAC Pesquisa, Guarulhos (SP), p. 152-161, v. 3, n. 2, jul.-dez. 2014.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. *Princípios Fundamentais e NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE*. Brasília: CFC, 2008.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE GOIÁS. *Livro de Bolso do Contabilista*. Goiânia: CRCGO, 1999.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Institucional*. Disponível em <http://www.crc.org.br/institucional/Caduceu>. Acesso em: 19 jan. 2019.

CORRÊA, D. V.; FERREIRA, C. R.; SHINZAKI, K. *Uma breve reflexão sobre a importância da ética na profissão contábil*. Revista Contemporânea de Contabilidade, v. 2, n. 3, p. 57-72, 2005.

DIAS, R. *Sociologia e ética profissional*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014.

DICIONÁRIO AURÉLIO BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

DINIZ, M. *Os donos do saber: profissões e monopólios profissionais*. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

DUBAR, C. *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. Portugal: Porto Editora, 2005.

DURKHEIM, Émile. *Sociologia religiosa e teoria do conhecimento*. São Paulo: Paulinas, 1989.

ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FORTES, José Carlos. *Ética e responsabilidade profissional do contabilista*. Fortaleza: Fortes, 2002

FRAZÃO, Dilva. Ebiografia. Disponível em https://www.ebiografia.com/immanuel_kant/. Acesso em: 12 ago. 2018.

FROMM, Erich. *Ter o Ser?*. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

GIBELLINI, Rosino. *Teologia do Século XX*. São Paulo: Loyola, 2002.

GOMES, Angélica de Moraes; REZENDE, Maryanna Ferreira. *Ética do profissional contábil: Brasil x Portugal – Um estudo comparativo*. Artigo (Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Contábeis) – Universidade Estadual de Goiás, Uruaçu, 2014.

GUEDES, Paulo. *A ética cristã*. Rio de Janeiro: Clube de Autores, 2012.

HENDRIKSEN, Eldon S.; BREDÁ, Michael F. Van. *Teoria da Contabilidade*. São Paulo: Atlas, 1999.

IWASHITA, Pedro K. Moral e ética cristã: caminho de sabedoria em um mundo fluido e em conflito. *Revista de Cultura Teológica*, São Paulo, ano XXII, n. 84, p. 324-335, jul./dez.2014.

IUDICÍBUS, Sergio de. *Teoria da Contabilidade*. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. *Teoria da Contabilidade*. São Paulo: Atlas, 10ª edição, 2010.

IUDICÍBUS, Sergio de; MARION, José Carlos. *Introdução a Teoria da Contabilidade*. São Paulo: Atlas, 2000.

JACOMINO, Darlen. Você é um profissional ético? *Revista Você S/A*, São Paulo, ed. 25, ano 3, p. 28-36, jul.2000.

KORTE, Gustavo. *Iniciação à Ética*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 1999.

KUNG, Hans. *Uma ética para a política e a economia mundiais*. Petrópolis: Vozes, 1999.

LIMA, Nádia; PINTO, Edson Candido. *A história da contabilidade em Goiás*. Goiânia: Contato Comunicação, 2007.

LISBOA, Lazaro Plácido. *Ética geral e profissional em contabilidade*. Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras; direção geral Eliseu Martins. São Paulo: Atlas, 1997.

MACHADO, Anne Karine Torres; SOARES, Jéssica Lorhane Celestino. *As vantagens e os Benefícios da União dos Profissionais de Contabilidade*. Artigo (Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Contábeis) – Instituto de Ensino Superior de Londrina - INESUL, Londrina, 2013.

MAY, Roy H. *DISCERNIMENTO MORAL: Uma introdução à ética cristã*. São Leopoldo: Sinodal, 2008.

MARION, José Carlos. *Contabilidade Empresarial*. São Paulo: Atlas, 2006.

_____. *Contabilidade básica*. São Paulo: Atlas, 2009.

MARX, Karl. *A Origem do Capital: a acumulação primitiva*. São Paulo: Global, 1981.

MASIERO, Gilmar. *Administração de Empresas*. São Paulo: Saraiva, 2007.

NALINI, J. R. *Ética Geral e Profissional*. Ed. Revista dos Tribunais. São Paulo, 1999.

NIETZSCHE, F. *Fragmentos Póstumos Friedrich Nietzsche*. São Paulo: Trans/Form/Ação, 1990.

OLIVEIRA, A. R.. *Ética profissional*. Belém: IFPA; Santa Maria: UFSM, 2012.

O'DEA, Thomas F. *Sociologia da Religião*. São Paulo: Pioneira, 1969.

PIMENTEL, Jéferson Polidoro Ruaro. Educação cristã para o desenvolvimento da ética e da moral. *Congresso Internacional da Faculdade EST*. São Leopoldo: EST, v. 1, 2012, p. 853-868

RAMOS, Pâmela Gabriela; SILVA, Thainá Dornelas da. Símbolo Contábil: Um estudo com os acadêmicos de Ciências Contábeis da UNEMAT - Cáceres. *Revista Unemat de contabilidade*, Cáceres, v. 3, n. 5, p. 159-172, jan./jun. 2014.

REIMER, Ivoni Richter. *Trabalhos Acadêmicos: Modelos, Normas e Conteúdos*. Goiânia: Oikos, 2014.

RIBEIRO, Osni Moura. *Contabilidade básica*. São Paulo: Editora Saraiva, 1999.

RUSSEL, Bertrand. *Ética e política na sociedade humana*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

SÁ, Antonio Lopes de. *Ética profissional*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. *Ética profissional*. São Paulo: Atlas; 2001.

SANTOS, Antônio Sebastião dos. *Contabilidade*. São Paulo: Pearson Education do Brasil; 2014.

SANTOS, José Luiz dos, et al. *Teoria da Contabilidade*. Introdutória, Intermediária e Avançada. São Paulo: Atlas, 2007.

SCUDELER, Luiz Gonzaga. *Doutrina Social da Igreja e o Vaticano II*. São Paulo: Paulus, 2015.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da, et al. *Abordagens éticas para o profissional contábil*. Brasília: CFC, 2003.

SOARES, Tainara Figueiredo. *O perfil do contador e sua conduta ética*. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Contábeis) – Universidade do Estado da Bahia, Barreiras, 2015.

SOUZA, Wander José Theophilo de; GAETNER, Cesar Augusto. Os símbolos da contabilidade. *Cadernos da Escola de Negócios*. Curitiba, v. 1, n. 14, p. 106-115, 2016.

STUKART, Herbert Lowe – *Ética e Corrupção – Os benefícios da conduta ética na vida pessoal e empresarial*. São Paulo: Editora Nobel, 2003.

SZUSTER, Natan. *Et al. Contabilidade geral: introdução à contabilidade societária*. São Paulo: Atlas, 2013.

TARGINO, M. G. *Quem é o profissional da informação? Transinformação*. Campinas, v. 12, n. 2, p. 61-69, jul/dez.2000.

VASQUEZ, Adolfo Sanches. *Ética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

VAZ, Gabriela Aparecida; MONEGATTO, Milene Aparecida. *A ética como diferencial no mercado*. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Administração) – Faculdade Cenecista de Capivari, Capivari, 2010.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*, vol. 1. Brasília: UNB, 2012.

_____. *Economia e sociedade. Fundamentos da sociologia compreensiva*. Traduzido por BARBOSA, Regis. e, BARBOSA, Karen Elsabe. In: WEBER, Max. *Sociologia da Religião (Tipos de relações comunitárias religiosas)*. São Paulo: UNB, 2004.

WEBER, O. J. *Ética, Educação e Trabalho*. Canoas, 2010. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/46508723/14/ENTENDIMENTO-DE-MORAL-E-ETICA>. Acesso em 15 set. 2012

YARZA, Ignacio. *Ética y dialéctica. Sócrates, Platón y Aristóteles*. Acta Philosophica, vol. 5, fasc. 2, p. 293-315, 1996. Disponível em: <http://www.actaphilosophica.it/sites/default/files/pdf/yarza-19962.pdf>. Acesso em 14/08/2018.

ANEXO I**RESOLUÇÃO CFC Nº 803/96*****Aprova o Código de Ética Profissional
do Contador – CEPC***

O **CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE**, no exercício de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO que o Código de Ética Profissional do Profissional da Contabilidade, aprovado em 1970, representou o alcance de uma meta que se tornou marcante no campo do exercício profissional;

CONSIDERANDO que, decorridos 26 (vinte e seis) anos de vigência do Código de Ética Profissional do Profissional da Contabilidade, a intensificação do relacionamento do Profissional da Contabilidade com a sociedade e com o próprio grupo profissional exige uma atualização dos conceitos éticos na área da atividade contábil;

CONSIDERANDO que, nos últimos 5 (cinco) anos, o Conselho Federal de Contabilidade vem colhendo sugestões dos diversos segmentos da comunidade contábil a fim de aprimorar os princípios do Código de Ética Profissional do Profissional da Contabilidade – CEPC;

CONSIDERANDO que os integrantes da Câmara de Ética do Conselho Federal de Contabilidade, após um profundo estudo de todas as sugestões remetidas ao órgão federal, apresentou uma redação final,

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o anexo **Código de Ética Profissional do Contador**.

Art. 2º Fica revogada a Resolução CFC nº 290/70.

Art. 3º A presente Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Brasília, 10 de outubro de 1996.

Contador **JOSÉ MARIA MARTINS MENDES**

Presidente

ANEXO II

CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO CONTADOR

CAPÍTULO I

DO OBJETIVO

Art. 1º Este Código de Ética Profissional tem por objetivo fixar a forma pela qual se devem conduzir os Profissionais da Contabilidade, quando no exercício profissional e nos assuntos relacionados à profissão e à classe.

(Redação alterada pela Resolução CFC nº 1.307/10, de 09/12/2010)

CAPÍTULO II

DOS DEVERES E DAS PROIBIÇÕES

Art. 2º São deveres do Profissional da Contabilidade:

(Redação alterada pela Resolução CFC nº 1.307/10, de 09/12/2010)

I – exercer a profissão com zelo, diligência, honestidade e capacidade técnica, observada toda a legislação vigente, em especial aos Princípios de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade, e resguardados os interesses de seus clientes e/ou empregadores, sem prejuízo da dignidade e independência profissionais;

(Redação alterada pela Resolução CFC nº 1.307/10, de 09/12/2010)

II – guardar sigilo sobre o que souber em razão do exercício profissional lícito, inclusive no âmbito do serviço público, ressalvados os casos previstos em lei ou quando solicitado por autoridades competentes, entre estas os Conselhos Regionais de Contabilidade;

III – zelar pela sua competência exclusiva na orientação técnica dos serviços a seu cargo;

IV – comunicar, desde logo, ao cliente ou empregador, em documento reservado, eventual circunstância adversa que possa influir na decisão daquele que

lhe formular consulta ou lhe confiar trabalho, estendendo-se a obrigação a sócios e executores;

V – inteirar-se de todas as circunstâncias, antes de emitir opinião sobre qualquer caso;

VI – renunciar às funções que exerce, logo que se positive falta de confiança por parte do cliente ou empregador, a quem deverá notificar com trinta dias de antecedência, zelando, contudo, para que os interesses dos mesmos não sejam prejudicados, evitando declarações públicas sobre os motivos da renúncia;

VII – se substituído em suas funções, informar ao substituto sobre fatos que devam chegar ao conhecimento desse, a fim de habilitá-lo para o bom desempenho das funções a serem exercidas;

VIII – manifestar, a qualquer tempo, a existência de impedimento para o exercício da profissão;

IX – ser solidário com os movimentos de defesa da dignidade profissional, seja propugnando por remuneração condigna, seja zelando por condições de trabalho compatíveis com o exercício ético-profissional da Contabilidade e seu aprimoramento técnico.

X – cumprir os Programas Obrigatórios de Educação Continuada estabelecidos pelo CFC;

(Criado pelo Art. 5º, da Resolução CFC nº 1.307/10, de 09/12/2010)

XI – comunicar, ao CRC, a mudança de seu domicílio ou endereço e da organização contábil de sua responsabilidade, bem como a ocorrência de outros fatos necessários ao controle e fiscalização profissional.

(Criado pelo Art. 6º, da Resolução CFC nº 1.307/10, de 09/12/2010)

XII – auxiliar a fiscalização do exercício profissional.

(Criado pelo Art. 7º, da Resolução CFC nº 1.307/10, de 09/12/2010)

Art. 3º No desempenho de suas funções, é vedado ao Profissional da Contabilidade:

(Redação alterada pela Resolução CFC nº 1.307/10, de 09/12/2010)

I – anunciar, em qualquer modalidade ou veículo de comunicação, conteúdo que resulte na diminuição do colega, da Organização Contábil ou da classe, em detrimento aos demais, sendo sempre admitida a indicação de títulos, especializações, serviços oferecidos, trabalhos realizados e relação de clientes;

(Redação alterada pela Resolução CFC nº 1.307/10, de 09/12/2010)

II – assumir, direta ou indiretamente, serviços de qualquer natureza, com prejuízo moral ou desprestígio para a classe;

III – auferir qualquer provento em função do exercício profissional que não decorra exclusivamente de sua prática lícita;

IV – assinar documentos ou peças contábeis elaborados por outrem, alheio à sua orientação, supervisão e fiscalização;

V – exercer a profissão, quando impedido, ou facilitar, por qualquer meio, o seu exercício aos não habilitados ou impedidos;

VI – manter Organização Contábil sob forma não autorizada pela legislação pertinente;

VII – valer-se de agenciador de serviços, mediante participação desse nos honorários a receber;

VIII – concorrer para a realização de ato contrário à legislação ou destinado a fraudá-la ou praticar, no exercício da profissão, ato definido como crime ou contravenção;

IX – solicitar ou receber do cliente ou empregador qualquer vantagem que saiba para aplicação ilícita;

X – prejudicar, culposa ou dolosamente, interesse confiado a sua responsabilidade profissional;

XI – recusar-se a prestar contas de quantias que lhe forem, comprovadamente, confiadas;

XII – reter abusivamente livros, papéis ou documentos, comprovadamente confiados à sua guarda;

XIII – aconselhar o cliente ou o empregador contra disposições expressas em lei ou contra os Princípios de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade;

(Redação alterada pela Resolução CFC nº 1.307/10, de 09/12/2010)

XIV – exercer atividade ou ligar o seu nome a empreendimentos com finalidades ilícitas;

XV – revelar negociação confidenciada pelo cliente ou empregador para acordo ou transação que, comprovadamente, tenha tido conhecimento;

XVI – emitir referência que identifique o cliente ou empregador, com quebra de sigilo profissional, em publicação em que haja menção a trabalho que tenha realizado ou orientado, salvo quando autorizado por eles;

XVII – iludir ou tentar iludir a boa-fé de cliente, empregador ou de terceiros, alterando ou deturpando o exato teor de documentos, bem como fornecendo falsas informações ou elaborando peças contábeis inidôneas;

XVIII – não cumprir, no prazo estabelecido, determinação dos Conselhos Regionais de Contabilidade, depois de regularmente notificado;

XIX – intitular-se com categoria profissional que não possua, na profissão contábil;

XX – executar trabalhos técnicos contábeis sem observância dos Princípios de Contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade;

(Redação alterada pela Resolução CFC nº 1.307/10, de 09/12/2010)

XXI – renunciar à liberdade profissional, devendo evitar quaisquer restrições ou imposições que possam prejudicar a eficácia e correção de seu trabalho;

XXII – publicar ou distribuir, em seu nome, trabalho científico ou técnico do qual não tenha participado;

XXIII – Apropriar-se indevidamente de valores confiados a sua guarda;

(Criado pelo Art. 12, da Resolução CFC nº 1.307/10, de 09/12/2010)

XXIV – Exercer a profissão demonstrando comprovada incapacidade técnica.

(Criado pelo Art. 13, da Resolução CFC nº 1.307/10, de 09/12/2010)

XXV – Deixar de apresentar documentos e informações quando solicitado pela fiscalização dos Conselhos Regionais.

(Criado pelo Art. 14, da Resolução CFC nº 1.307/10, de 09/12/2010)

Art. 4º O Profissional da Contabilidade poderá publicar relatório, parecer ou trabalho técnico-profissional, assinado e sob sua responsabilidade.

(Redação alterada pela Resolução CFC nº 1.307/10, de 09/12/2010)

Art. 5º O Contador, quando perito, assistente técnico, auditor ou árbitro, deverá;

I – recusar sua indicação quando reconheça não se achar capacitado em face da especialização requerida;

II – abster-se de interpretações tendenciosas sobre a matéria que constitui objeto de perícia, mantendo absoluta independência moral e técnica na elaboração do respectivo laudo;

III – abster-se de expender argumentos ou dar a conhecer sua convicção pessoal sobre os direitos de quaisquer das partes interessadas, ou da justiça da causa em que estiver servindo, mantendo seu laudo no âmbito técnico e limitado aos quesitos propostos;

IV – considerar com imparcialidade o pensamento exposto em laudo submetido à sua apreciação;

V – mencionar obrigatoriamente fatos que conheça e repute em condições de exercer efeito sobre peças contábeis objeto de seu trabalho, respeitado o disposto no inciso II do art. 2º;

VI – abster-se de dar parecer ou emitir opinião sem estar suficientemente informado e munido de documentos;

VII – assinalar equívocos ou divergências que encontrar no que concerne à aplicação dos Princípios de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade editadas pelo CFC;

(Redação alterada pela Resolução CFC nº 1.307/10, de 09/12/2010)

VIII – considerar-se impedido para emitir parecer ou elaborar laudos sobre peças contábeis, observando as restrições contidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade;

IX – atender à Fiscalização dos Conselhos Regionais de Contabilidade e Conselho Federal de Contabilidade no sentido de colocar à disposição desses, sempre que solicitado, papéis de trabalho, relatórios e outros documentos que deram origem e orientaram a execução do seu trabalho.

CAPÍTULO III

DO VALOR DOS SERVIÇOS PROFISSIONAIS

Art. 6º O Profissional da Contabilidade deve fixar previamente o valor dos serviços, por contrato escrito, considerados os elementos seguintes:

(Redação alterada pela Resolução CFC nº 1.307/10, de 09/12/2010)

- I – a relevância, o vulto, a complexidade e a dificuldade do serviço a executar;
- II – o tempo que será consumido para a realização do trabalho;
- III – a possibilidade de ficar impedido da realização de outros serviços;
- IV – o resultado lícito favorável que para o contratante advirá com o serviço prestado;
- V – a peculiaridade de tratar-se de cliente eventual, habitual ou permanente;
- VI – o local em que o serviço será prestado.

Art. 7º O Profissional da Contabilidade poderá transferir o contrato de serviços a seu cargo a outro profissional, com a anuência do cliente, sempre por escrito, de acordo com as normas expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

(Redação alterada pela Resolução CFC nº 1.307/10, de 09/12/2010)

Parágrafo único. O Profissional da Contabilidade poderá transferir parcialmente a execução dos serviços a seu cargo a outro profissional, mantendo sempre como sua a responsabilidade técnica.

(Redação alterada pela Resolução CFC nº 1.307/10, de 09/12/2010)

Art. 8º É vedado ao Profissional da Contabilidade oferecer ou disputar serviços profissionais mediante aviltamento de honorários ou em concorrência desleal.

(Redação alterada pela Resolução CFC nº 1.307/10, de 09/12/2010)

CAPÍTULO IV

DOS DEVERES EM RELAÇÃO AOS COLEGAS E À CLASSE

Art. 9º A conduta do Profissional da Contabilidade com relação aos colegas deve ser pautada nos princípios de consideração, respeito, apreço e solidariedade, em consonância com os postulados de harmonia da classe.

(Redação alterada pela Resolução CFC nº 1.307/10, de 09/12/2010)

Parágrafo único. O espírito de solidariedade, mesmo na condição de empregado, não induz nem justifica a participação ou conivência com o erro ou com os atos infringentes de normas éticas ou legais que regem o exercício da profissão.

Art. 10 O Profissional da Contabilidade deve, em relação aos colegas, observar as seguintes normas de conduta:

(Redação alterada pela Resolução CFC nº 1.307/10, de 09/12/2010)

I – abster-se de fazer referências prejudiciais ou de qualquer modo desabonadoras;

II – abster-se da aceitação de encargo profissional em substituição a colega que dele tenha desistido para preservar a dignidade ou os interesses da profissão ou da classe, desde que permaneçam as mesmas condições que ditaram o referido procedimento;

III – jamais apropriar-se de trabalhos, iniciativas ou de soluções encontradas por colegas, que deles não tenha participado, apresentando-os como próprios;

IV – evitar desentendimentos com o colega a que vier a substituir no exercício profissional.

Art. 11 O Profissional da Contabilidade deve, com relação à classe, observar as seguintes normas de conduta:

(Redação alterada pela Resolução CFC nº 1.307/10, de 09/12/2010)

I – prestar seu concurso moral, intelectual e material, salvo circunstâncias especiais que justifiquem a sua recusa;

II – zelar pelo prestígio da classe, pela dignidade profissional e pelo aperfeiçoamento de suas instituições;

III – aceitar o desempenho de cargo de dirigente nas entidades de classe, admitindo-se a justa recusa;

IV – acatar as resoluções votadas pela classe contábil, inclusive quanto a honorários profissionais;

V – zelar pelo cumprimento deste Código;

VI – não formular juízos depreciativos sobre a classe contábil;

VII – representar perante os órgãos competentes sobre irregularidades comprovadamente ocorridas na administração de entidade da classe contábil;

VIII – jamais utilizar-se de posição ocupada na direção de entidades de classe em benefício próprio ou para proveito pessoal.

CAPÍTULO V

DAS PENALIDADES

Art. 12 A transgressão de preceito deste Código constitui infração ética, sancionada, segundo a gravidade, com a aplicação de uma das seguintes penalidades:

- I – advertência reservada;
- II – censura reservada;
- III – censura pública.

§ 1º Na aplicação das sanções éticas, podem ser consideradas como atenuantes:

(Redação alterada pela Resolução CFC nº 1.307/10, de 09/12/2010)

- I – ação desenvolvida em defesa de prerrogativa profissional;

(Redação alterada pela Resolução CFC nº 1.307/10, de 09/12/2010)

- II – ausência de punição ética anterior;

(Redação alterada pela Resolução CFC nº 1.307/10, de 09/12/2010)

- III – prestação de relevantes serviços à Contabilidade.

(Redação alterada pela Resolução CFC nº 1.307/10, de 09/12/2010)

§ 2º Na aplicação das sanções éticas, podem ser consideradas como agravantes:

(Criado pelo Art. 25, da Resolução CFC nº 1.307/10, de 09/12/2010)

- I – Ação cometida que resulte em ato que denigra publicamente a imagem do Profissional da Contabilidade;

(Criado pelo Art. 25, da Resolução CFC nº 1.307/10, de 09/12/2010)

- II – punição ética anterior transitada em julgado.

(Criado pelo Art. 25, da Resolução CFC nº 1.307/10, de 09/12/2010)

Art. 13 O julgamento das questões relacionadas à transgressão de preceitos do Código de Ética incumbe, originariamente, aos Conselhos Regionais de Contabilidade, que funcionarão como Tribunais Regionais de Ética e Disciplina,

facultado recurso dotado de efeito suspensivo, interposto no prazo de quinze dias para o Conselho Federal de Contabilidade em sua condição de Tribunal Superior de Ética e Disciplina.

(Redação alterada pela Resolução CFC nº 950, de 29 de novembro de 2002)

§ 1º O recurso voluntário somente será encaminhado ao Tribunal Superior de Ética e Disciplina se o Tribunal Regional de Ética e Disciplina respectivo mantiver ou reformar parcialmente a decisão.

(Redação alterada pela Resolução CFC nº 950, de 29 de novembro de 2002)

§ 2º Na hipótese do inciso III do art. 12, o Tribunal Regional de Ética e Disciplina deverá recorrer *ex officio* de sua própria decisão (aplicação de pena de Censura Pública).

(Redação alterada pela Resolução CFC nº 950, de 29 de novembro de 2002)

§ 3º Quando se tratar de denúncia, o Conselho Regional de Contabilidade comunicará ao denunciante a instauração do processo até trinta dias após esgotado o prazo de defesa.

(Renumerado pela Resolução CFC nº 819, de 20 de novembro de 1997)

Art. 14 O Profissional da Contabilidade poderá requerer desagravo público ao Conselho Regional de Contabilidade, quando atingido, pública e injustamente, no exercício de sua profissão.

(Redação alterada pela Resolução CFC nº 1.307/10, de 09/12/2010)

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

(Criado pelo Art. 27, da Resolução CFC nº 1.307/10, de 09/12/2010)

Art. 15 Este Código de Ética Profissional se aplica aos Contadores e Técnicos em Contabilidade regidos pelo Decreto-Lei nº. 9.295/46, alterado pela Lei nº. 12.249/10.

(Criado pelo Art. 28, da Resolução CFC nº 1.307/10, de 09/12/2010)